

Defesa Nacional



VEREIRO
1951

NÚMERO
439

General RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Colonel ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1951	N. 439
-------------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — XIII — Cel. Niso Montezuma.....	5
A guerra se faz com especialistas — Ten.-Cel. Ênio da Cunha Garcia.....	11
A fortificação permanente do futuro — Tradução do Ten. Diógenes Vieira Silva.....	13
Alimentação — III — Ten. Jair de Matos Montedônio.....	21
Cooperação militar inter-aliada — Staff.....	25
Processo de conduta de tiro com o transferidor de locação — Notas de aula da E. A. O.....	33
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — X — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	45
Poderemos enunciar leis na História da Civilização? — Ten.-Cel. Diderot Miranda.....	51
Explosões nucleares e suas conseqüências — Ten.-Cel. Orlando Rangel....	57
Os militares e os problemas sociais — I — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	65
Economia e Finanças:	
A gravidade da situação nacional — Cel. J. B. Magalhães.....	69
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Aproveitamento do São Francisco — IV — Gen. A. de Castro Nascimento	73
Gen. José Maria dos Anjos Espozel Junior — Cel. Laurênio Lago.....	79
Formação territorial do Brasil — Major João Baptista Peixoto.....	83
Batalha do Passo do Rosário — Transcrição do Ten. Rubens Mario Jobim	89
OPINIÕES	
A facilidade com que no Brasil se emprega o nome das classes armadas — Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro.....	91
A nuvem passou... — Major José Codeceira Lopes.....	93
Ans sócios do Clube Militar — Major Obino Lacerda Alvares.....	95
Ligeiras notas sobre organização dos serviços sociais destinados a atender às classes armadas — Dr. Levy Xavier de Souza.....	97
DIVERSOS	
Os rezingões — Tradução do Gen. Bertoldo Klinger.....	103
Português sem mestre — Sgt. Geraldino Maronês.....	117
Noticiário & Legislação.....	125



JOSÉ DE OLIVEIRA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

TIJOLOS, PEDRA, ALVENARIA,
MACADAMES, PÓ DE PEDRA,
AREIA, MANILHA, SAIBRO,
CAL, CIMENTO

ENCARREGA-SE DE TODO E QUALQUER
TRANSPORTE

Escritório e Depósito :

RUA DA IMPERATRIZ N. 217 — REALENGO

DISTRITO FEDERAL — E.F.C.B.

925
56

EDITORIAL

A ASSISTÊNCIA SOCIAL AS CLASSES ARMADAS

Nos tempos que correm a "Assistência Social" é ainda um meio de impedir que o indivíduo, exausto por lutar isolado, se lance desesperado sem escolher caminhos, à conquista do que supõe seus direitos naturais.

Não podemos, pois, deixar de louvar a iniciativa do Ministério da Guerra criando, embora já um pouco tardiamente, uma comissão especial destinada ao estudo de medidas salutareis no sentido de transformar aquela Assistência em verdadeira realidade, de acôrdo com a palpitante esperança de todos os militares, do Exército.

. . .

No entanto, alguns comentários cabem aqui por isso que não devíamos estar tão atrasados naquele mister.

O espírito de cooperação, no que diz respeito às atividades de assistência social, nunca teve entre nós grande desenvolvimento. Isso porque, até a algum tempo passado, o padrão de vida dos militares não era dos mais baixos. O que percebiam eles permitia-lhes viver digna e honestamente, sem luxos, mas com relativo conforto.

Hoje, porém, embora obrigados à mesma representação social, não estão, em geral, economicamente à altura de mantê-la e vivem a esperar que seus problemas vitais sejam solucionados pelas autoridades públicas.

O fato é que se recorressem a empreendimentos importantes no campo do cooperativismo muita coisa de útil, capaz de melhorar a atual situação aflitiva, já poderia ter sido realizada independentemente de providências oficiais.

De uns trinta anos para cá somos, em média, entre Oficiais e Sargentos, cerca de quinze a vinte mil indivíduos, decididos por pendor natural ou por necessidade, a dedicar integralmente nossas vidas ao serviço da Pátria.

Não podendo legalmente empregar sequer fração de nosso tempo em atividades estranhas à profissão, há muito que deveríamos ter pensado em solucionar nossos problemas da vida comum por intermédio da cooperação entre nós mesmos.

Mas, infelizmente, não temos tido iniciativas realizadoras. Tem-nos faltado planejamento coordenado e eficiente. No domínio do cooperativismo não fizemos mais do que ensaiar os primeiros passos...

Contudo, talvez que a solução tentada agora oficialmente venha preservar-nos a nós na nossa velhice, aos nossos filhos no seu futuro e aos companheiros que nos sucederem no honroso serviço à Pátria gloriosa, de males bem grandes!

A época em que vivemos é dissociadora, materialista, inebriante, corruptora...

As más ações ocorrem em verdadeira orgia. A fascinação pelas coisas naturais conduz os indivíduos menos avisados, por sendas fáceis, a regiões ermas, propícias apenas às lutas da consciência...

Há bastante tempo temos observado o abandono que se vota à nossa classe e por vêzes já temos tentado um grito de alerta aqui mesmo nestas páginas.

A necessidade precípua de viver começa a abalar certos princípios que constituíram sempre o apanágio da nossa vida simples de soldados.

Os mais fracos, ante os obstáculos intransponíveis encontrados na luta pela vida ou face aos maus exemplos vindos de todos os lados, começam a se deixar envolver na trama irresistível.

As forças do mal têm efeito magnético: atraem em múltiplas direções, turbam os sentidos, amolecem, dobram, quebram...

. . .

Só a cooperação social ampla e humana nos permitirá manter a integridade moral necessária e a firmeza de conduta que se impõe para que nossa classe continue a bem servir ao Brasil.

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA, Cmt. do Regimento
Tiradentes

XIII

XV — Declarações.

"Art. 256. Não serão escritas as declarações do acusado que não conduzam à elucidação dos antecedentes, das circunstâncias e conseqüências do crime".

O dispositivo parece ser perigoso. O auditor que interrogar o acusado poderá deixar de o julgar. E tanto o seu substituto como os juizes militares poderão interpretar de maneira diferente as mesmas declarações.

Temos dúvidas sobre a constitucionalidade desse dispositivo. Deixando ao arbítrio do auditor escrever ou não as declarações do acusado pode ser convertido em um meio de cercear o direito de defesa, que a Constituição, em seu art. 141, § 25, assegura que seja "plena, com todos os meios e recursos essenciais a ela":

Neste "Capítulo III — do Interrogatório do acusado" ainda cabem duas observações:

1º) escapou à revisão mais uma ridícula preocupação do capcioso anteprojeto repellido em 1945 quando, no art. 253, estabelece "que será assinado pelo juiz auditor e pelo presidente do Conselho", alterando para errado o que está certo no parágrafo único do art. 212 do Código atual estabelecendo que "logo em seguida ao auto do seu interrogatório e à assinatura do presi-

dente do Conselho e do auditor". É como deverá ser conservado, entre outros motivos porque o bom senso repele que um presidente possa ser segunda pessoa em qualquer reunião que presidir...

2º) a necessidade de reproduzir o art. 218 do Código atual.

"As alegações escritas ou orais deverão ser feitas em termos, convenientes ao decôro dos Tribunais e sem ofensa às regras da Disciplina, sob pena de serem riscadas por determinação do Conselho as frases em que isto não se observe, ou de cassação da palavra — e, caso de insistência (propomos nós) pelo presidente do Conselho".

XVI — Correição.

No art. 545 o anteprojeto estabelece a remessa para correição:

a) dos autos de inquérito policial-militar, quando não se tenha apurado a existência de crime ou indício de autoria, logo que terminado o inquérito (§ 5º do art. 138);

b) os autos dos processos julgados pelos Conselhos de Justiça nas Unidades, dentro de cinco dias (art. 549).

No art. 548, entretanto, só se refere a "sentença definitiva de absolvição ou de condenação", quando o n. II, do art. 53 atribui ao "auditor decidir sobre o rece-

bimento da denúncia e sobre o pedido de arquivamento ou devolução do inquérito, representação ou documentos". Estes outros atos não são passíveis de correição? Em que prazo? Não será conveniente estabelecer que, todos eles, uma vez proferida a sentença ou a decisão também sejam remetidos à correição em curto prazo?

XVII — Publicações.

"Art. 576. A Secretaria do Tribunal remeterá à Imprensa Nacional as cópias dos acórdãos que forem proferidos, devidamente emendados pelos ministros relatores, e também os pareceres do Procurador Geral, dentro do prazo de dez dias, contados da assinatura".

E para os Ministérios das três Forças Armadas, para efeito de publicação em seus "Boletins"? Não se fará mais ou se continuará a fazer, por diletantismo, como os processos das medalhas militares de tempo de serviço?

XVIII — Licenciamento de praças à disposição da justiça.

"Art. 574. O acusado ficará à disposição exclusiva da Justiça Militar, não podendo ser transferido ou removido para outro lugar fora da sede da auditoria até sentença final".

"Parágrafo único. O acusado solto não se dispensará do exercício das funções ou do serviço militar".

Esse assunto já foi objeto de acalorados debates no egrégio S.T.M.

... "Ocorrem, com relativa frequência, casos em que as praças (civis prestando serviço militar) e civis, que já o prestaram, ou dele ficaram isentos, se encontram como co-réus ou cúmplices num mesmo processo, respondendo todos soltos

pelo mesmo crime. Não de, pergunta-se, as praças, concluindo o seu tempo e não estando ainda julgados os feitos, continuam sujeitas às imposições do regime militar, quando os civis seguem normalmente vivendo sua vida civil, como, mesmo denunciados, sempre viveram?"

"Há de ser assim, quando entre as exceções, discriminadas na lei, não se encontra a de praças nessas condições e que "quites" com a obrigação, adquirirem o direito de, também, retornarem sua vida civil, embora ainda subordinados ao mesmo processo a que — elas e civis — venham respondendo? Onde está a igualdade "de todos, perante a lei", assegurada na Constituição?"

... "É certo que, licenciado, pode o acusado procurar furtar-se às consequências de uma possível condenação; mas não será com isso tumultuado o processo, pois prosseguirá até o julgamento à revelia, num curso previsto no Código; e terá sido por própria culpa e em seu prejuízo, que o acusado terá perdido a garantia que lhe oferecia o artigo referido..."

... "Indiscutivelmente o licenciamento é ato administrativo. Por isso a Justiça Militar não o pode praticar por iniciativa própria".

"De um lado, porém, está provado, pelo menos até aqui, que é ilegal coagir-se o cidadão a permanecer "na ativa" por tempo superior ao que a lei lhe impõe; por outro, não pode a autoridade militar, nem a administrativa, remediar a ilegalidade, porque o cidadão, no caso em apêço, fica à exclusiva disposição da justiça; há de ser, portanto, recorrendo a esta, que o ilegalmente coagido procurará recuperar a liberdade de viver conforme tem direito e que inclui a faculdade de ir e vir..."

... "Em nossa Justiça Militar os processos são invariavelmente morosos, de sorte que, muitas vezes, o que se chama fase de julgamento "perdura meses" (!).

(1) Ministro Vice-Almirante A.R. de Vasconcelos — num voto vencido no Superior Tribunal Militar — págs. 11, 17, 18 e 21.

O assunto é delicado. Os pontos de vista das duas correntes em que, então, se dividiu o Egrégio Tribunal infelizmente não puderam ser harmonizados em benefício do serviço, como seria de desejar.

Ainda recentemente (Notícias da Marinha — Diário de Notícias de 23-XII-948, 3ª página), solucionando consulta feita pela Diretoria do Pessoal da Armada, o Exmo. Sr. Ministro, em Aviso, de acóreo com o parecer do consultor jurídico do seu ministério declara "que o fato de estar uma praça respondendo a processo no foro civil ou militar não impede o seu licenciamento do serviço ativo, sem prejuízo do processo a que responde, desde que tenha completado o tempo legal de serviço".

Ora, não parece ser justo admitir, nesse assunto, critérios diferentes para idêntica situação de militares sujeitos ao mesmo Estatuto e à mesma Lei do Serviço Militar.

É inequívoco o mal-estar causado por tal situação. Urge saná-lo.

No entanto, a nosso vêr, sua solução exige, também, consideração de outros aspectos não referidos no brilhante voto vencido:

1) anteriormente comentamos a perigosa noção de "prisão preventiva" constante do art. 322 do anteprojeto. Parece-nos que em direito militar ela se deve subordinar à natureza da infração e não ao tamanho da pena cominada.

Como, porém, não está em nossas mãos corrigi-la, mister se torna cogitar do antídoto na solução a sugerir, isto é:

2) mesmo que o acusado não procure "furtar-se às consequências de uma possível condenação", a desincorporação poderá acarretar sérias dificuldades à continuação do processo:

a) nem sempre a sede do corpo coincide com a da Auditoria nem essas duas com a da residência do acusado;

b) o interior do nosso país nem sempre facilita o recebimento oportuno de certas comunicações nem, mesmo, de intimações;

c) a precaridade dos transportes assume, no caso, particular importância;

d) a regra é o indivíduo trabalhar para viver. Muito pouca gente poderá manter-se afastada do local em que exerce atividade. E os deslocamentos exigirão paralisação do trabalho ao mesmo tempo que aumento de despesas com viagem e estadia na sede da auditoria...

3) aplicação rigorosa, e por analogia, dos arts. 407 e 408 do anteprojeto.

Nestas condições, seria possível incluir, onde conviesse, os seguintes dispositivos:

"Art. ... Os incorporados que estiverem respondendo, soltos, a processo na Justiça Militar e não forem julgados dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da instauração do inquérito, ao terminarem o tempo de serviço a que forem obrigados, serão desincorporados sem prejuízo do processo, salvo se forem acusados de crime da natureza dos especificados no parágrafo seguinte.

"§ 1º. Os crimes a que se refere este artigo são os praticados contra: a segurança externa do país; a autoridade e a subordinação militar, néles considerados a violência contra superior, em geral; abandono de posto; dormir ou embriagar-se em serviço de sentinela, vigia, plantão, ronda ou qualquer serviço de natureza semelhante; desacato e desobediência; traição e cobardia ou de perigo comum, incluindo-se entre esses os praticados contra posto de comando contra depósito de material bélico e contra depósito de víveres, cuja destruição puder influir, de qualquer forma, sobre a disciplina da tropa".

"§ 2º. Os desincorporados de acóreo com este artigo serão apresentados por ordem da autoridade militar à autoridade policial civil, para as devidas anotações".

"§ 3º. A autoridade militar comunicará, por meio de officio, o seu ato ao auditor da auditoria por onde correr o respectivo processo, e, a partir desse momento, cessará sua responsabilidade em relação ao acusado".

"Art... Ressalvada a ação penal, se couber, o auditor ficará sujeito a sanções disciplinares aplicáveis pelo Superior Tribunal Militar, quando o processo retardar-se sem motivo justificado nos autos".

XIX — Prisão administrativa.

(arts. 325 e 326)

Eis uma inovação boa, tirada do Código Comum (arts. 319 e 320). Mas o desconhecimento do meio para que se legisla impediu hábil transplantação.

Parece conveniente dar maior amplitude a esse título mudando-o, por exemplo, para "responsabilidade administrativa" e deslocando-o para onde convier.

Realmente, está estabelecido pelo:

1) Regulamento de Administração do Exército (Decreto número 3.251, de 9 de novembro de 1938):

a) Art. 32. Cabe ao "Agente Diretor":

"10) Ordenar o ressarcimento dos prejuízos causados à Fazenda Nacional pelos agentes da Administração, bem como pelos diversos detentores, sem dispensar a sanção disciplinar ou penal correspondente, quando fôr o caso".

b) Art. 55:

"§ 2º. A responsabilidade será pecuniária, disciplinar ou criminal, conforme os preceitos da legislação vigente".

"§ 3º. A responsabilidade será pecuniária sempre que

houver prejuízo para o Estado, Unidade ou pessoa, em virtude de falta de cuidado, interesse e vigilância do agente ou seus auxiliares".

"§ 4º. A responsabilidade pecuniária não exonerará o agente e seus auxiliares da responsabilidade disciplinar, que no caso couber".

"§ 5º. Os débitos resultantes de responsabilidade civil ou "pecuniária" só serão anulados quando ficar plenamente provada, em última instância, de acôrdo com a lei, a inculpadabilidade do devedor".

"§ 6º. Os recursos dos devedores, para suspensão de débitos oriundos de responsabilidade, não interrompem os descontos que venham sofrendo, de acôrdo com o inciso 10 do art. 32 deste Regulamento".

c) Art. 60. Quando o agente diretor receber ordem escrita de autoridade superior, sobre qualquer providência que lhe pareça contrariar disposições em vigor, nenhuma responsabilidade lhe caberá se, antes de executá-la, agir na forma prescrita pelo art. 95 do Código Penal Militar (?).

2) Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto n. 8.835, de 23-II-942).

"Art. 4º. As ordens devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinar".

Parágrafo único. Quando a ordem parecer obscura, compete ao subordinado solicitar os esclarecimentos necessários ao ato de recebê-la.

3) Código Penal Militar (Decreto-lei n. 6.227, de 24-I-944):

a) Art. 62. São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

(2) Decreto n. 18, de 7 de março de 1901, que prescrevia:

"Art. 95. É lícito, porém, representar com reverência acerca da ordem recebida, quando houver motivo para discretamente duvidar-se de sua legalidade, ou quando da sua execução se deva prudentemente recear grave mal: devendo, não obstante, cumpri-la, se o superior insistir.

IV — ter o agente :

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.

c) Art. 72. São efeitos de condenação :

I — tornar certa a obrigação de indenizar o dano resultante do crime.

c) Art. 229, §§ 2º e 3º :

Se o funcionário ou o militar concorre culposamente para o crime de outrem a reparação do dano, se procede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz da metade a pena imposta.

Em face de tudo isso, parece que o referido capítulo IV poderia ser assim redigido :

"Responsabilidade administrativa.

Art... O militar ou funcionário civil ficará isento de responsabilidade pela inobservância de qualquer preceito administrativo nos casos de força maior previstos nos regulamentos, quando devidamente comprovada.

Art... Quando receber ordem escrita, ou em "Boletim" sobre qualquer providência que lhe pareça contrariar disposições em vigor, nenhuma responsabilidade lhe caberá se, antes de executá-la pedir esclarecimentos admitidos pelo Regulamento Disciplinar.

Art... O pedido de esclarecimentos deverá ser feito com referência acerca da ordem recebida, quando houver motivo para discretamente duvidar-se de sua legalidade, indicando os dispositivos que se supõe infringidos, ou quando da sua execução se devesse prudentemente recelar grave mal. Seu despacho deverá ser publicado em Boletim e, na falta deste, dado por escrito.

§ 1º. A ordem de cometer crime não isenta da pena aquele que a executar; todavia, se consistir

em fato que a lei pune somente como abuso de poder ou violação de deveres funcionais, a responsabilidade penal que resultar da execução, em virtude de obediência legalmente devida a superior legítimo, recairá unicamente sobre aquele que deu a ordem.

§ 2º. Reputar-se-á praticado em defesa própria o crime cometido em resistência à execução de ordens ou requisições ilegais, não se excedendo os meios necessários para impedi-lo.

§ 3º. São ordens e requisições ilegais as emanadas de autoridade incompetente, as destituídas das formalidades necessárias para a sua validade, ou manifestamente contrárias às leis e regulamentos.

Art... (o 325 do anteprojeto) — "Qualquer das autoridades referidas no art. 129 poderá prender administrativamente todo e qualquer responsável pelos valores ou por dinheiros ou materiais pertencentes ou na posse da administração militar, nos casos de alcance ou desfalque de dinheiro ou valores, ou desvio de materiais, confiados à sua guarda".

Art... (o 326 do anteprojeto) — "A prisão administrativa não poderá exceder de noventa dias".

"Art... A responsabilidade será pecuniária, disciplinar ou criminal, conforme os preceitos da legislação vigente".

§ 1º. A responsabilidade será pecuniária sempre que houver prejuízo para o Estado, Unidade ou pessoa, em virtude de falta de cuidado, interesse e vigilância do agente ou seus auxiliares.

§ 2º. A responsabilidade pecuniária independe e, por isso, não exonerará o agente e seus auxiliares da responsabilidade disciplinar ou criminal que no caso couber.

Art... Os débitos resultantes de responsabilidade civil ou "pecuniária" só serão anulados ou restituídos quando ficar plenamente provada, em última instância, de acordo com a lei, a inculpabilidade do devedor.

§ 1º. Os recursos dos devedores, para suspensão de débitos oriundos de responsabilidade, não inter-

rompem os descontos que venham sofrendo, por determinação de autoridade militar competente, de conformidade com as disposições vigentes.

§ 3º. A reparação de danos, de acôrdo com a legislação em vigor poderá extinguir a penalidade ou reduzir a pena cominada.

E assim teremos tirado êsses dispositivos do âmbito particular do Regulamento de Administração para colocá-los em devido lugar, na categoria dos princípios gerais a observar.

(Continua)

ARMANDO F. DOS SANTOS



Materiais de construção em geral

MADEIRAS - TELHAS - TIJOLOS - FERRAGENS

CIMENTO - CAL - MANILHAS, ETC.



RUA SIKA, 1 - ESQUINA COM BELIZARIO DE SOUZA

ESTAÇÃO PADRE MIGUEL

A GUERRA SE FAZ COM ESPECIALISTAS

Ten.-Cel. ENIO DA CUNHA GARCIA, da E.I.E.

Se há uma afirmação incontestável é a de que "A guerra se faz com especialistas".

Isso foi o que nos impôs o último conflito mundial, onde cada combatente, na sua função, deveria ser um "virtuoso", para que pudesse produzir o máximo, isto é, tirar o máximo humanamente possível de um material de que estava dotado ou fazer o máximo na função de que estava encarregado.

O americano aceitou a nossa divisa: "A guerra se faz com especialistas" e especializou seus combatentes. Adotou essa política por força da sua situação, isto é, pela necessidade de lancar na luta o número de combatentes que realmente lançou. Essa orientação, de fato, para ele foi fácil adotar, de vez que, nas suas próprias atividades civis, já a adotava. Além disso, o homem americano já tem a mentalidade do especialista, já se convenceu que o "operário que faz tudo, somente pode ser medíocre em tudo". Assim é a guerra, onde a variedade de meios e funções é tal que não se pode admitir o combatente enciclopédico.

E, nós o que temos feito em matéria de especialização?

Muita coisa, pois aqui está a nossa Escola, cujo lema é o título deste nosso "artiguete".

Temos lutado para incentivar em nossos instrutores e monitores a mentalidade da especialidade de cada um: procuramos dar valor ao especialista e nada valoriza mais um indivíduo, seja de que escola for, do que "explorar a sua especialidade", com aquela frase tão conhecida — "você que é especialista..." — e assim vamos convencendo o indivíduo de que ele é um especialista.

A esse respeito, lembramo-nos do nosso tempo de tenente, onde explorávamos a vaidade e aptidão de cada um para organizar o nosso pelotão da melhor maneira. Os homens não eram realmente especialistas, porém tinham que ser especializados. Assim eram os exploradores, os estafetas, os balizadores, os fuzileiros, o condutor de cargueiro, o atirador de bocal, etc.

Depois de algum tempo de instrução, começávamos o trabalho de observação, o qual tinha raízes nas atividades da vida civil de cada um. Aos poucos tínhamos um pelotão organizado, com cada "macaco no seu galho", convencido de que ele, em tal função, era o "tal".

Isso era função de um trabalho psicológico, se bem que aplicado com nossos poucos recursos de tenente. Sempre obtivemos bons resultados.

Como conclusão, podemos dizer que a condição essencial para um especialista, na etapa em que nos encontramos, é que ele se convença de que é realmente um especialista.

De acordo com a técnica moderna da aprendizagem, há outros pontos que hoje em dia devem ser respeitados, para que se possa realmente formar especialistas. Um desses pontos, aliás essencial, é que o indivíduo tenha aptidão para a função.

Dai, então, vai surgir a necessidade de apurar as aptidões de cada um, o que a técnica moderna de ensino já faz com o uso dos "testes de aptidão".

Na nossa E.I.E. formamos especialistas:

- cozinheiros, padeiros e magarefes;
- dactilógrafos, estenodactilógrafos e contadores-arquivistas-dactilógrafos;

- guerra química;
- armeiros, mecânicos de artilharia, munições, instrumentos, material bélico;
- motoristas e manutenção orgânica;
- tratoristas, operadores de motor de pópa, operadores em diversas máquinas mecânicas de engenharia, purificação d'água;
- foto-informação e desenho.

Já é qualquer coisa em especialização.

O nosso objetivo tem sido alcançado — nossos instrutores e monitores têm a mentalidade do especialista.

Nossos alunos — oficiais, sargentos, cabos e soldados — são requisitados, uns voluntariamente, outros compulsoriamente. Entre aqueles, a maioria tem o desejo da especialização, ponto importante na mentalidade do especialista; entre os últimos, encontram-se os que não têm desejo, portanto portadores da reação n. 1 para a formação do especialista.

Os Corpos de Tropa devem indicar os candidatos aos diversos Cursos. Para fazer suas indicações, geralmente, não procuram os que desejam nem os de profissões afins, daí a grande dificuldade para a nossa Escola.

Há, presentemente, um outro grande impedimento para a especialização: é o indivíduo que deseja tirar muitos cursos.

Contra isso já existe legislação proibindo, o que é justo, embora muitos julguem que podem exercer as duas especialidades.

Aí começa a mediocridade, porque o indivíduo com muitos en-

cargos não procura especializar-se, não evolui. Os distintivos dos cursos concedem-lhe autoridade para dizer — "sou especialista".

Um outro perigo contra a especialização é o amparo que certos cursos concedem. Nesse caso, muitas vezes, o indivíduo tira o curso e fica apenas amparado, ocupando vaga e fazendo jus a promoções, pulando de uma a outra especialidade, de vaga em vaga.

Quer nos parecer que devem ser fixadas normas para a indicação do candidato a especialista e somente se dará o título àquele que realmente o mereça. Nada poderá fazer tanto mal ao organismo como uma peça que não engrena, por incapacidade decorrente da falta de aptidão.

A nossa E.I.E. já tem feito muito pela especialização, bastando verificar o número de especialistas que temos formado.

Mas, agora, cremos que já estamos em condições de apertar mais um parafuso, isto é, selecionar mais as aptidões, o que, em grande parte, não depende de nós e sim dos que indicam os candidatos.

Se a indicação for feita de acordo com a aptidão de cada um, o trabalho para E.I.E. será facilimo e, conseqüentemente, a tropa, as escolas e os arsenais receberão homens nos quais poderão confiar.

E, para terminar, lançamos daqui um apelo aos camaradas:

"Mandem-nos candidatos, porém não "a maneador", não por castigo, não porque é errado, para podermos devolver com juros os combatentes que não forem emprestados".

ARMAZÉM E QUITANDA SÃO JORGE

DE

PEDRO ALVES PEREIRA
SECOS E MOLHADOS

Rua Sika n. 10 — o — Padre Miguel — o — Distrito Federal

A FORTIFICAÇÃO PERMANENTE DO FUTURO

VALOR IMUTÁVEL DO OBSTÁCULO, DO FLANQUEAMENTO E DA PROTEÇÃO

Cel. MOCCETTI

(Revue Militaire Suisse, transcrito em "Exército" n. III, de abril de 1949)

(Trad. do 1º Ten. DIOGENES VIEIRA SILVA, da L2º G.A.C. e Fortaleza de São João)

Todo conflito armado certamente traz consigo grande número de novos procedimentos que a teoria da guerra não havia previsto. No entanto, se alguns dentre eles resistem a uma crítica severa e dela surgem capazes de se imporem (em razão dos resultados obtidos) e de fundamentar uma nova doutrina, a maior parte se acha destinada a não representar mais do que episódios, sem dúvida interessantes, mas de um valor secundário e incapazes de dar origem a novas concepções dentro da ciência militar.

Os princípios fundamentais da arte da guerra não ficarão seriamente abalados pelas sugestões de espíritos inquietos e superficiais para os quais todo fato que haja contribuído para o êxito em um dado momento, deveria adquirir só por isso o valor de um princípio. Se toda guerra deu oportunidade a novas experiências e conduziu necessariamente a modificações na teoria da arte bélica, nenhuma conseguiu eliminar por completo aqueles princípios fundamentais.

A última guerra, caracterizada pelo emprego ilimitado de novos meios técnicos de uma potência e uma eficácia extraordinárias, permitiu sobretudo a manobra sobre o campo de batalha, dificultada até aqui pelas metralhadoras, as cercas de arame farpado e as trincheiras.

Foi assim que os carros e a avia-

ção reabilitaram a ofensiva. Este feliz fato não autoriza, entretanto, falsas deduções a respeito de outras formas de guerra, e, especialmente, a respeito da guerra defensiva, que demonstrou sua utilidade em todas as fases do último conflito mundial.

Constituiu sempre um lamentável erro ater-se exclusivamente a uma forma de estratégia e afeitar-se a ela de olhos fechados. No início da primeira guerra mundial, a preponderância exagerada do espírito ofensivo — de acordo com as teorias de Cardot e de Grandmaison — esteve a ponto de provocar a derrota do Exército francês. Em 1940, tratou-se de explicar o desastre do mesmo Exército por uma mentalidade defensiva levada ao extremo e inspirada no mito da linha Maginot.

A defensiva desempenhou um importante papel até na última guerra, se bem que esta tenha apresentado um caráter predominantemente ofensivo, e tal procedimento de combate não será eliminado no futuro, contrariamente às afirmações de certos profetas... Ainda admitindo, prudentemente, um novo desenvolvimento do Exército do Ar (com todas suas especialidades) e da arma blindada, assim como a fabricação em grande escala de bombas atômicas e voadoras de toda espécie — o que ofe-

receria à ofensiva possibilidades incomensuravelmente maiores que as atuais — disso derivaria precisamente a necessidade imperiosa de proteção contra tais engenhos, que só poderia ser satisfeita mediante uma atitude defensiva inteligente, móvel ou rígida, segundo as circunstâncias.

A opinião, sustentada por certos espíritos impulsivos e superficiais de que o valor dos obstáculos naturais ficou diminuído (se não anulado) pelas experiências da última guerra, não se alicerça sobre nenhum fundamento válido e não é provável que se veja confirmada em um futuro conflito. A afirmativa de que as dificuldades oferecidas pelos cursos d'água, pelas cadeias de montanhas e por outros obstáculos naturais foram eliminadas por certos meios de combate já existentes ou em pleno desenvolvimento, foi desmentida terminantemente pelas campanhas da Tunísia, da Itália, da França e da Alemanha ocidental. O aumento quantitativo e qualitativo dos meios capazes de superar impunemente os obstáculos naturais não autoriza a dar como demonstrada a "invalidade" de tais obstáculos. Pode-se afirmar, pelo contrário, sem temor de incorrer em paradoxo, que o obstáculo conservará seu valor no futuro, porque dependerá menos de situações estratégicas e táticas preconcebidas, e poderá desse modo produzir seus efeitos nas situações mais imprevisíveis, absurdas e comprometidas.

Estamos também convencidos de que, em um novo conflito, a decisão se produzirá, em definitivo, em "terra", e que será obtida essencialmente pela infantaria; por uma infantaria provida de um equipamento moderno, treinada para o combate ofensivo e, também, para uma defensiva elástica apoiada em obstáculos naturais e artificiais. E há de ser, sobretudo, em um país como o nosso — cujo Exército é pouco numeroso e conta com meios necessariamente limitados, mas cujo terreno oferece grandes dificuldades — onde a infantaria terá de assumir esse papel

principal. A negação do valor do obstáculo natural (e, por conseguinte, do obstáculo artificial), baseada na convicção de que no futuro existirão cada vez mais possibilidades de flanquear tais obstáculos sem ter, realmente, de abordá-los, denota uma concepção unilateral da guerra e do combate.

As concepções gerais que acabamos de expor nos servirão de introdução ao tema especial que nos propomos abordar neste trabalho.

A fortificação em geral, seja permanente, seja improvisada, vem a ser sempre a realização mais ou menos perfeita de uma concepção defensiva local, com o objetivo de melhorar as condições de manobra do Exército. Sua utilidade, como a de qualquer arma, depende de que se ache bem concebida e seja usada convenientemente.

Acêrca da concepção e da realização das fortificações permanentes, já expusemos o ponto de vista teórico do engenheiro militar em um artigo intitulado "Princípios de fortificação permanente", publicado na "Revista Militar Suíça" de novembro e dezembro de 1938.

Então, criamos necessário recordar os três princípios da arte da Fortificação, no momento preciso em que tal arte, depois de muitos anos de abandono, se achava a ponto de alcançar entre nós um novo e imperioso desenvolvimento.

Para evitar repetições, remetemos o leitor àquela exposição, cuja parte essencial ainda hoje é válida, depois de uma guerra que, na opinião de muitos, tudo revolucionou.

Agora nos propomos, tão somente, a responder à questão que surge naturalmente do que acabamos de expor: Os princípios que então expusemos foram confirmados pelas experiências do último conflito? e, sobretudo, que influência poderá exercer uma próxima guerra, levada a efeito com os poderosos meios de destruição de que tanto se fala, sobre as atuais concepções acêrca da fortificação?

Temos a convicção — sem poder-lá, no entanto, demonstrar — de que as fortificações francesas e as dos países que, por afinidade ou em virtude de convênios, gravitavam em torno da França (Bélgica, Holanda, Tcheco-eslováquia) foram concebidas e construídas de acordo com os mesmos princípios por nós expostos. As excussas e discretas referências sobre o assunto e algumas fotografias das fortificações tchecas publicadas antes da guerra, e, sobretudo, os profundos conhecimentos, a experiência e a tradição dos engenheiros militares franceses nos autorizam a lançar esta afirmativa.

No entanto, em parte alguma, pelo que parece, se chegou a realizar a zona de detenção ideal, cujas condições foram resumidas por nós em cinco pontos (veja-se a "Revista Militar Suíça", n. II, páginas 522-523).

Alguns compromissos substanciais terão, seguramente, se imposto na realização prática das concepções teóricas, mas se pode admitir que as três necessidades fundamentais de flanco, detenção e proteção foram atendidas em todas as partes. Os obstáculos naturais foram utilizados, modificados e flanqueados de acordo com os princípios clássicos; os obstáculos artificiais se achavam localizados, geralmente, na contra-vertente, pois, na fortificação permanente, o muro de escarpa, — sobre a vertente — já havia sido abandonado há sessenta anos, e não existiam motivos para ressuscitá-lo. Os fortins — órgãos típicos de flanco e não de ação longínqua — se encontravam esparsos no terreno, bem dissimulados e protegidos contra os fogos diretos de todas as espécies.

Poderíamos perguntar aqui porque em nosso país — especialmente no que se refere à defesa periférica — se deixou de levar em conta tão salutares princípios.

Talvez, também a Alemanha os tenha relegado a plano secundário ao construir sua linha Siegfried. Temos a impressão de que a linha defensiva do Ocidente — bastante menos amadurecida que a Maginot

— foi colocada em cena apressadamente como linha "fantasma", mais do que como sistema defensivo durável. Uma tão grande empresa teve forçosamente que utilizar em larga escala esquemas que podiam, também, responder a certos princípios úteis, mas não oferecer soluções impecáveis.

O ataque à linha defensiva moderna melhor concebida e mais minuciosamente realizada — a Linha Maginot —, efetuado em condições muito desfavoráveis para a defesa (ameaça de revés, diminuição das guarnições de segurança), não nos permite formar uma opinião categórica acerca dos serviços prestados pelas instalações defensivas permanentes. É indubitável que o Exército francês se beneficiou de 1939 a 1940 de um evidente apoio indireto, se bem que seu Alto Comando não tenha sabido tirar partido dele para ganhar a batalha da Bélgica da mesma maneira que Joffre ganhou a do Marne graças às fortificações do Leste. Nem a queda do forte Eben-Emael da defesa de Liège, nem a da obra de Ferte da cabeça de ponte de Malmedy, na ala extrema do dispositivo, nem a entrega sem defesa de certas obras do bosque de Marfée, ao norte de Sedan, constituem provas suficientes para negar a utilidade da fortificação permanente. Não se trata mais do que de episódios desgraçados e inevitáveis que não bastam para desacreditar nenhum dispositivo nem para manchar de modo perdurável a fama de um Exército.

Na França se tinha plena consciência das imperfeições de todo sistema defensivo, ainda os melhor realizados, e contava-se com os possíveis desfalecimentos da defesa. O Marechal Franchet D'Espèrey se fez eco, em 1935, dessa corrente de opinião em seu memorável prefácio ao livro do General Cl. Grandcourt: "O drama de Maubeuge", cheio de ensinamentos sobre o problema da fortificação permanente. Entre outras coisas substanciais, o ilustre Marechal dizia o seguinte: "Recordemos que em Boussois (forte da defesa de

Maubeuge) os sapadores territoriais, apesar de se acharem bem enquadados e comandados, abandonaram a seu chefe e abriram ao inimigo as portas da fortificação, e perguntemo-nos se, baixo o fogo dos modernos canhões e entre as nuvens de gases tóxicos e as explosões de bombas de Aviação, o grupo de combate isolado em sua casamata da Linha Maginot não se deixará levar por um momento de fraqueza e sentirá a tentação de entregar ao inimigo o escalão da linha defensiva que lhe havia sido entregue..." Um relato histórico do sítio de Sebastopol poderia servir-nos de base para julgar seriamente acerca da utilidade das fortificações permanentes modernas. A duração do sítio, os episódios da luta a curta distância, demonstram claramente que apesar dos meios de ataque ultra-modernos de que dispunham os alemães, estes foram mantidos nas suas bases de partida durante muito tempo por um defensor tenaz, instalado segundo os seus princípios da arte defensiva. Necessitaram-se de bombas de aviação de dimensões especiais, projéteis disparados por super-canhões e, sobretudo, os recursos mais refinados da luta aproximada para vencer a resistência de obras bem concebidas, ao abrigo das vistas e dos fogos diretos do adversário. É de se desejar que o novo Todleben nos relate, com a mesma precisão que o general russo da guerra da Criméia, a saga desse novo sítio, que, sem dúvida, nos faria reviver os emocionantes episódios do bastião de Kornilof e da torre de Malakof em um quadro moderno, mas com o espírito guerreiro de todos os tempos.

Outra linha defensiva que nos poderia subministrar também alguns elementos de apreciação é a Mareth — a Linha Maginot do deserto — no sul de Tunis. Esta linha foi defendida pelo General italiano Messe contra os ingleses de Montgomery. E se não proporcionou ao defensor todo o apoio que era de desejar, foi devido precisamente a que a Comissão italiana do armistício exigira terminantemente seu desmantelamento.

Não duvidamos que a história da guerra acabará por demonstrar documentadamente que as fortificações permanentes seriamente preparadas não somente proporcionaram vantagens indiretas à manobra dos Exércitos, mas também resistiram aos ataques diretos executados com os poderosos meios não em desuso, certamente — de beligerantes devidamente equipados.

Resta-nos, no entanto, examinar a influência provável que uma nova guerra efetuada com os meios cujo desenvolvimento se prenuncia, terá sobre as futuras instalações defensivas de caráter permanente.

Desde o ponto de vista estratégico, cremos haver dado já uma opinião sintética acerca da questão mediante nossas considerações sobre o obstáculo, que ainda consideramos como vigentes não obstante a existência de múltiplas possibilidades que permitem superá-lo. Com efeito, toda fortificação pode ser considerada como um obstáculo com um máximo de reações estáticas (resistências materiais) e um tanto por cento mais ou menos elevado de reações dinâmicas (fogos e outros meios ofensivos). Os dispositivos essenciais se conservarão, disseminados ou agrupados, segundo a missão que se lhes dê e as condições do terreno. E se se acham estabelecidos de acordo com os princípios por nós já expostos anteriormente à guerra, poderão resistir, inclusive aos ataques de enfiada, sem abatimento excessivo de sua capacidade defensiva.

A possibilidade de serem utilizados em uma luta com frentes invertidas é efetiva e digna de ser levada em consideração.

Desde o ponto de vista tático-técnico a questão parece se colocar na seguinte forma: Os dispositivos existentes — sobretudo onde o engenheiro militar pode operar "ex-novo" — foram construídos tendo em conta a aviação e os carros assim como seu possível desenvolvimento futuro. E, igualmente, o problema da proteção do homem, desde ambos os pontos de vista, material e moral, foi resolvido levando em consideração as experi-

ências dos bombardeios dos fortes franceses durante a guerra de 1914-18 (veja-se a "Revista Militar Suíça", número 12, dezembro de 1938, página 598). Já o concreto da época — não armado — havia resistido perfeitamente às granada-minas de uma tonelada.

Durante a guerra de 1939-45 ouvimos falar — precisamente a propósito do sítio de Sabastopol pelos alemães — de um morteiro de 60 cm — ou, talvez, ainda, de calibre maior — e de bombas de aviação de pesos e de cargas as mais dispares. Mas, quantos se achem um pouco familiarizados com os princípios da balística interior e exterior, bem como com o emprego dos explosivos, conhecem as dificuldades iniciais que se opõem à destruição de obras fortificadas enterradas e revestidas de concreto, contra as quais somente é de temer a granada-mina explodindo a certa profundidade. Qualquer outro explosivo que atue mais superficialmente causará efeitos desagradáveis, mas não constituirá um perigo para a existência mesma da obra.

O desenvolvimento dos meios de destruição das obras fortificadas não parece se encaminhar para um aumento da potência da granada-mina — difícil de realizar —, e sim para as bombas de aviação (ou de outras classes) ultra-potentes e dotadas de uma força de penetração considerável; duas qualidades que ulteriormente terão de se revelar contraditórias entre si.

A própria bomba atômica — se podemos nos arriscar, já hoje, a extrair ensinamentos de seu emprego no Japão e das experiências mais recentes — não parece exercer um efeito radical sobre as instalações maciças de que nos ocupamos.

Poder-se-ia, pois, concluir que com as experiências da última guerra nem o previsível desenvolvimento dos futuros meios de ataque conseguirão modificar a estrutura das fortificações concebidas de acordo com os princípios atualmente admitidos. Esta conclusão, baseada unicamente na doutrina e na lógica do raciocínio, resulta, evi-

dentemente, um tanto subjetiva, e talvez, demasiado ingênua. Acha-se, portanto, pendente do juízo daqueles que disponham de meios, mais adequados que os nossos, para modificar a doutrina estabelecida ou para criar outra nova.

Nosso trabalho, porém, ficaria incompleto se nos contentássemos com refletir sobre o passado ou considerar o presente, sem tratar de adivinhar o futuro e de sugerir concepções novas susceptíveis de uma realização útil e prática. Apesar das dificuldades a que aludimos de passagem a propósito do desenvolvimento dos meios de ataque futuros, estes aumentarão certamente em potência e em rapidez de execução. Sem exagerar as perspectivas de aperfeiçoamento de todas as armas destruidoras — projetis foguetes, bombas de aviação, voadoras e atômicas —, a fortificação permanente deve considerar o futuro, sob pena de ficar antiquada antes da ação.

Na atualidade — como há sessenta anos, ao generalizar-se o uso de granadas explosivas com espoleta de retardo — é necessário perguntar-se: se convém opor à força bruta dos meios de destruição a resistência também brutal da matéria inerte em proporções sempre crescentes, ou limitar-se a proteger na medida do possível, dos projetis de toda espécie, certos órgãos defensivos reduzidos em número e em superfície.

A resposta não pode ser hoje diferente da que já se deu então em favor do segundo ponto de vista.

Para satisfazer a esse postulado incontrovertível, cremos que a fortificação permanente deve renunciar às instalações não indispensáveis, isto é, às destinadas à artilharia de longo alcance, examinadas na "Revista Militar Suíça", n. II, novembro de 1938, página 522-528.

Simplificação importante, que reduziria o número e a superfície dos objetivos visíveis e vulneráveis e suprimiria as instalações amplas e custosas.

A renúncia a uma ação longínqua própria, terrestre e aérea, se acha plenamente justificada pela

crise em que se debate — queirá-mo-lo ou não — a artilharia em geral, ainda a do Exército em campanha, e pela possibilidade de dotar uma região fortificada de fogos longínquos atuando de fora da mesma, mediante a aviação, a artilharia de grande alcance, os projetis auto-propulsados ou os carros de combate. O desaparecimento dos grandes canhões sob cúpula simplifica enormemente as instalações, reduz os alvos e diminui a vulnerabilidade.

Estas considerações são aplicáveis, por analogia, à ação por fogos a curta distância, que pode também ser substituída pelos mesmos meios que acabamos de citar. A concepção que expomos não é, talvez, absolutamente nova; em todas as épocas, os países pobres, em meios financeiros ou em produtos metalúrgicos, reduziram seu armamento de ação longínqua para concentrar seus esforços na defesa próxima, que, definitivamente, é a que assegura a posse do terreno que não se quer ceder ao adversário.

Uma fortificação privada dos meios de luta que acabamos de enumerar poderá parecer excessivamente limitada em suas possibilidades de manobra pelo fogo. A objecção é digna de ser levada em conta, mas cremos que a simplificação que se obteria nos dispositivos e a diminuição da vulnerabilidade das obras seriam suficientes para compensar amplamente a limitação das reacções dinâmicas próprias.

Vislumbramos, além disso, no futuro desenvolvimento de certos meios de combate, capazes de atuar a mui grandes distâncias, a possibilidade de suprir do exterior os fogos que a fortificação tinha até hoje de efetuar por seus próprios meios. Esta sugestão parece interessar especialmente ao problema de uma fortificação permanente de nosso país.

Certas praças-redutos, com missões bem definidas e imutáveis, poderiam conservar a estrutura clássica; nos demais casos, sobretudo nos dispositivos periféricos,

cabeças de ponte ou linhas de detenção, acreditamos que o sistema que propusemos poderia resistir melhor aos futuros meios de ataque que são vislumbrados. Especialmente, pelo que se refere a fortificação de nosso país — cujo objetivo, à parte do reduto central, se limita a barrar as principais linhas de penetração, em combinação com as destruições, e à defesa de fortes linhas naturais ou de regiões delimitadas —, o dispositivo que preconizamos bastaria, com ou sem possibilidades de apóio exterior.

Sobre esta questão que nos interessa particularmente, remetemos o leitor ao que escrevemos na "Revista Militar Suíça" de dezembro de 1938, páginas 602 a 610.

Continuamos sendo, como naquela época, adversários ferrenhos dos dispositivos ultra-periféricos, sobretudo porque — em nosso país —, desgrazadamente, tudo é... periférico. Os princípios que expusemos, então, conservam toda sua atualidade. Os "fortins-espumadeiras" com amplo campo de tiro, com os muros a pique vistos desde grandes distâncias, com saliências flanqueantes em forma de "mirante", se achavam antiquados desde a época de sua construção. Nunca será demais insistirmos afirmando que no futuro, ainda mais que no passado e no presente, somente as construções que não se exponham inutilmente, pelos seus altos muros, aos fogos do adversário; que não ofereçam mais que alvos quase imperceptíveis, e que se contentem com deter o ímpeto inimigo ante um obstáculo bem dissimulado, terão direito a ser consideradas modernas e úteis.

A "cortadura" — vocábulo tradicional de fortificação permanente — consiste na preparação simples e eficaz de uma importante barreira. Consta de um obstáculo (escarpa natural ou contra-escarpa artificial) e de um órgão de flanqueamento. A "cortadura" deve ressuscitar na sua concepção antiga, adaptada às necessidades modernas. Contém, em germe, os

órgãos indispensáveis para uma resistência extrema e pode ser considerada como um escalão seguro de todo o sistema defensivo.

A utilização da contra-vertente se impõe cada vez mais; nosso terreno nos convida formalmente a isso e nos dita soluções simples. Os fogos de flanco e de revés são os únicos que importam. A proteção contra o assalto será tanto melhor assegurada quanto melhor incorporados à massa cobridora natural se achem os órgãos da defesa, e os acessos sejam mais difíceis e pouco numerosos.

A casamata simples ou dupla, na rocha ou de concreto, o muro de contra-escarpa, o abrigo profundo e o armamento adequado para impedir o acesso a um determinado setor constituem um mínimo de elementos com que se pode obter um máximo de vantagens. Qualquer solução mais econômica equivaleria a renunciar a toda instalação defensiva permanente. Essa solução radical poderia encontrar hoje maiores aquiescências que no passado. A potência cada vez maior dos meios de destruição aduza em favor desta tese.

A idéia de renunciar por completo às fortificações permanentes, em cimento ou em aço, data da época da introdução da granada explosiva. Já então, espíritos clássicos preconizaram a idéia dos fortes improvisados mediante o uso de cúpulas encouraçadas móveis inventadas pelo Major de Engenheiros Schuman. Nosso Coronel Julius Meyer escreveu, quando era Capitão, dois livros notáveis sobre essa questão: "O emprêgo de elementos encouraçados móveis na fortificação do território suíço", e "Metz defendida por frentes encouraçadas". A idéia de Meyer era então difícil de aplicar na prática, por não se haver inventado ainda o motor a explosão nem a tração lagarta. Hoje é perfeitamente realizável. Não podemos, no entanto, aceitá-la senão como um importante complemento de posições de campanha improvisadas ou

como parte integrante de dispositivos permanentes, mas não como um equivalente destas últimas.

Os meios encouraçados móveis, de que dispõe hoje, profusamente, todo Exército equipado para a ofensiva, permitem a improvisação de uma praça de circunstância de grande capacidade defensiva. A falta de um obstáculo material e resistente e de um abrigo à prova — características que continuamos considerando ainda como essenciais em todo dispositivo permanente — nos leva a pensar que os engenhos blindados poderão ser empregados útilmente em cobrir os intervalos entre regiões fortificadas, e, especialmente, nas reações dinâmicas exigidas pelo desenvolvimento da luta em torno de uma praça forte.

As obras permanentes, reduzidas a sua expressão mais simples, continuarão constituindo o equivalente do escudo; ao passo que os elementos encouraçados móveis — os carros —, juntamente com os demais engenhos de ação longínqua, poderão constituir a lança do dispositivo.

E podemos concluir afirmando que os sistemas de fortificação permanente, na atual estrutura, continuam conservando sua potência e utilidade, e que nem ainda o futuro desenvolvimento dos meios de ataque poderá comprometer sua eficácia. A mesma bomba atômica — a julgar pelas experiências conhecidas — só causou efeitos terríveis sobre objetivos móveis ou de perfil elevado, ou seja, contra uma classe de construções que a arte da Fortificação havia proscrito há muito tempo.

Não duvidamos que os eruditos estrangeiros em matéria de Fortificações nos levarão a conhecer muito em breve o fruto de suas reflexões e de seus trabalhos baseados em uma experiência direta. Sentiríamos-nos satisfeitos se, por meio destas linhas os houvéssimos estimulado a expor sua opinião sobre tão importante e delicada matéria.

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :

- a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
- b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
- c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
- d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.

2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interêsse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

ALIMENTAÇÃO

1º Ten. JAIR DE MATOS MONTEBÔNIO,
da E. I. E.

III

I — FUNCIONAMENTO DO RANCHO

A seção de abastecimento no funcionamento do rancho é o órgão central que supervisiona todas as seções encarregadas da alimentação da tropa. Nela estão concentrados os elementos necessários ao controle, abastecimento, o funcionamento do rancho. A sua DIREÇÃO está afeta ao oficial aprovisionador que é o principal responsável pelo seu funcionamento. Ele dá os meios aos seus auxiliares e traça as normas a serem seguidas. Exercendo a FISCALIZAÇÃO controla a escrituração de entradas e saídas de gêneros não só no abastecimento mensal como no diário do rancho. Na ORIENTAÇÃO do serviço de aprovisionamento orienta o sargento contador na confecção dos mapas e documentos.

Na seção de rancho propriamente dito é o oficial intendente que, na sua DIREÇÃO, organiza o cardápio e o distribui pelo horário organizado pela Unidade. Na FISCALIZAÇÃO exerce controle rigoroso nos depósitos e do material distribuído. Na CONFEÇÃO é o responsável pela execução do cardápio nele introduzindo as modificações necessárias à sua melhoria ou melhor apresentação. Na fase de DISTRIBUIÇÃO do alimento preparado faz obedecer às tabelas regulamentares e ao horário aprovado.

Para se desobrigar desses múltiplos encargos conta com um certo número de AUXILIARES especia-

lizados que, treinados em suas várias funções, fazem um entrosamento perfeito que facilita as funções de controle e disciplina atribuídas ao oficial aprovisionador. Desses auxiliares:

- o Sargento contador é o encarregado da escrituração do aprovisionamento;
- o sargento do rancho é o encarregado da confecção do alimento e dos serviços próprios do rancho;
- os cabos contadores e encarregados de depósitos são os auxiliares diretos dos respectivos sargentos;
- soldados de rancho e de aprovisionamento são os encarregados da distribuição dos alimentos em espécie ou manufaturados, da faxina, e nos deslocamentos, utilizados como cozinheiros da Subunidade.

As ESCALAS DE SERVIÇO organizadas pelo serviço de aprovisionamento ficam a cargo do sargento contador a quem está afeta a responsabilidade de organizá-la, respeitar os preceitos regulamentares referentes a variação dos elementos que a compõem.

a) Cozinha:

A cozinha, órgão central na organização de rancho, não obedece ainda a um tipo uniforme. Variáveis são os tipos de FOGÕES empregados, havendo uma tendência,

quase generalizada, para a adoção do tipo a óleo cru, que tem demonstrado ser de maior rendimento, mais fácil manutenção, e mais econômico. De modo idêntico poderemos encarar a questão do COMBUSTÍVEL pela dificuldade existente em determinadas regiões para o transporte e aquisição da lenha, carvão e gasolina utilizados nos demais tipos de fogão. Em toda a cozinha deveremos ter um local adequado à conservação dos alimentos que se alteram com facilidade, principalmente aqueles de emprêgo diário e que são fornecidos muito tempo antes de sua utilização. Para sanear este inconveniente temos a REFRIGERAÇÃO que poderá ser feita seja em instalações comerciais padronizadas ou em câmaras frigoríficas de fácil construção desde que tenhamos a unidade elétrica necessária à sua instalação. A ESTOCAGEM de uma cozinha para o seu perfeito funcionamento e conservação dos gêneros utilizados deve ser no máximo de dois dias, devendo existir depósitos diferentes para a guarda dos gêneros e da carne e verdura. Em seu PESSOAL permanente ela possui cozinheiros e auxiliares encarregados de confeccionar as refeições de acordo com o cardápio e o horário do dia, para isso recebendo os gêneros e entregando aos coapeiros o alimento preparado. São eles responsáveis pelo asselo, disciplina e boa ordem do serviço executado, conservando e respondendo pelo material que utilizam. A cozinha deve ser ampla, ventilada, e ter seus elementos fixos dispostos de tal modo que permita a fácil circulação dos elementos que nela trabalham e um fácil acesso à entrada de gêneros a serem manipulados e à saída da ração preparada. Sua TOPOGRAFIA em relação ao refeitório deve permitir a chegada do alimento em um mínimo de tempo entre a retirada dos panelões e a distribuição à tropa. Deve ser o máximo possível afastada das instalações sanitárias, baias e estrumeiras, para ser possível um melhor combate aos insetos e aos odores provenientes da decomposição dos excretas

orgânicos ou dos antissépticos empregados na higienização destas dependências.

b) Refeitório:

Para melhor apresentação e perfeita higienização de um refeitório está assentado que o melhor tipo de instalação é o constituído por MESAS e BANCOS de mármore ou marmorite ou similar e que sejam fixos para evitar danos motivados por queda ou deslocamentos trazendo como consequência o congestionamento do local. O PISO e as PAREDES até 2,50 m de altura devem ser revestidos de material impermeável — cimento, ladrilhos e azulejos — que são de fácil limpeza, resistentes ao uso e de substituição econômica. A VENTILAÇÃO e a ILUMINAÇÃO devem ser suficientes para manter um ambiente agradável e de temperatura uniforme. Como PINTURA de paredes e teto deve ser utilizada a de tipo óleo pela facilidade de limpeza com água e sabão. Dos SISTEMAS DE FUNCIONAMENTO adotados no refeitório para a distribuição da ração preparada à tropa três se apresentam de maior preferência — o tipo SAPS, o do prato servido, e o de material individual. O primeiro é o processo da bandeja onde cada soldado recebe o seu próprio alimento e se localiza onde lhe convém para fazer a refeição. No segundo ao entrar no rancho já encontra sobre as mesas e prato servido e vai se localizando à proporção que entra no refeitório. No terceiro, o portador que é de instrumental individual, recebe na hora da entrada o alimento. Todos tem suas vantagens e desvantagens. Se um falha por ser moroso precisando de grande cópia de material; outro tem a inconveniência da ração fria; e o terceiro permite a refeição do alimento que lhe não agrada ou que não esteja dentro do hábito alimentar de quem recebe. O terceiro processo, do material pré-distribuído, tem sobre os outros vantagens econômicas e alimentares que indicam a sua preferência. É econômico — porque prevê a distribuição a cada homem do material a utilizar e pelo qual é res-

ponsável na limpeza e na conservação, e elimina a necessidade de mais empregados no ranho — seção de copa — para a lavagem dos utensílios; evitando ainda possíveis extravios. É higiênico porque só um homem se utiliza de material e este pode ser eliminado na desincorporação. É dietético — porque a ração é paga em temperatura ideal despertando o apetite pelo aroma que se desprende e possibilita a verificação pelo próprio homem do aspecto do alimento que está distribuído. O RENDIMENTO do refeitório está condicionado às facilidades de CIRCULAÇÃO e ao grau de TREINAMENTO da tropa que dele se utiliza. Tecnicamente as instalações do rancho devem ser situadas em pavilhão separado dos demais, equidistantes dos mesmos e de fácil acesso por todos os elementos que dele se utilizam. A facilidade de circulação deve permitir que todos os arranchados possam ser atendidos no menor prazo possível sem qualquer congestionamento. Deve-se ter a preocupação de dar o maior conforto possível ao homem, prevendo nas suas imediações coberturas suficientes para proteger a tropa que espera, das intempéries.

O treinamento do homem deve ser levado aos menores detalhes não só quanto ao acesso e circulação do refeitório como também na perfeita higienização dos utensílios individuais. O PESSOAL utilizado no refeitório — os cassineiros — devem ser praças escolhidas e esmeradamente instruídas de modo a que possam bem servir rápida e eficientemente, devendo ainda possuir conhecimentos de arte culinária que os façam aptos a proceder ao aquecimento da ração, organização de pratos, ornamentação de mesas e o modo correto de servir.

c) Copa:

A COPA como dependência subsidiária do refeitório ainda é utilizada em algumas organizações de rancho. O tipo mais comum é aquele em que vemos instalações de água quente e fria e se destina à lavagem do material utilizado no refeitório. Em organizações mais

modernas poderemos encontrar esterilizadores para uma melhor higienização do material. A ela podemos nos reportar ao que foi dito em relação ao refeitório quanto ao piso, paredes, pintura e fixação do material. Os copeiros e seus auxiliares devem ter uma instrução especializada de modo a que possam receber a manipular o alimento a ser entregue no refeitório e proceder a uma perfeita limpeza no material que lhe for entregue. No rancho comum de praças, aos serviços de copa estão afetos a distribuição do material e o pagamento do alimento preparado. No de oficiais e sargentos este serviço é mais aprimorado devendo ainda ser feito o preparo do refeitório, organização dos pratos a serem servidos e o controle da temperatura dos alimentos entregues à distribuição.

II — HIGIENE

Não se concebe em absoluto o funcionamento de um rancho sem obedecer aos mínimos preceitos de higiene que deve ser esmerada não só em relação às instalações e aos utensílios, como em relação ao pessoal.

Sempre que possível todas as aberturas devem ser teladas e as entradas com instalações duplas como prevenção contra os insetos que devem ser combatidos tenazmente. Todas as dependências devem ser lavadas diariamente com escovão, água quente e sabão — pisos, paredes, mesas e bancos. Todo o material utilizado deverá ser igualmente tratado com escovão, água quente e sabão após cada refeição. O utensílio individual deverá sofrer antes da utilização, uma escaldagem e, após, uma lavagem cuidadosa com água quente e sabão.

O pessoal empregado no rancho deve ser selecionado com cuidado pois sabemos que inúmeras doenças são facilmente transmissíveis por intermédio dos utensílios manuseados em comum. Deve ser examinado pelo médico uma vez por mês e este exame incluirá, o clínico e o de laboratório (fezes, urina, secreções anormais), devendo ser verificado, cuidadosa-

mente o asseio corporal. Deve se apresentar com aspecto asseado, barbeado, cabelos cortados e unhas aparadas rente. Todo e qualquer empregado de rancho — efetivo ou eventual — que apresentar qualquer sintoma mórbido será afastado imediatamente do serviço e apresentado ao médico. Este controle diário está afeto ao encarregado de cada dependência. Esse rigor cresce de importância ao se referir aos cozinheiros e copeiros que mais de perto lidam com os alimentos e com o homem o que os torna facilmente transmissores de doenças infecciosas ou parasitárias.

III — CONCEITO DE ECONOMIA NO RANCHO

Encararemos a economia no rancho sob o aspecto estritamente alimentar. Como consequência dum serviço mal feito e de um alimento mal elaborado, teremos o repúdio por parte da tropa da ração preparada ocasionando sobre a repetição de um mesmo cardápio chegaremos ao mesmo fim em virtude da monotonia e sem o cuidado educacional do homem, oriundo de outras regiões, teremos o mesmo resultado pela rejeição sistemática da comida por não estar habituado. No entanto com pequenos artifícios poderemos contornar o problema e chegar ao resultado de termos uma alimentação sadia e bem aceita por todos os arranchados.

É necessário porém cuidarmos da APRESENTAÇÃO da ração

cuidando do seu aspecto, da sua consistência que devem estar de acordo com o alimento preparado e, principalmente, do odor oriundo de uma boa cocção e duma sábia condimentação.

Da VARIACÃO na organização do cardápio só poderemos obter bons resultados desde que saibamos fazer a associação ou combinação de dois alimentos num mesmo prato sem dar-lhe aspecto que desinteresse a quem vai utilizá-lo. A variedade de elementos constitutivos de uma refeição traz consigo o despertar do apetite quebrando a monotonia dos mesmos alimentos entregues quotidianamente sob vários aspectos ao mesmo indivíduo. Outro artifício interessante que sempre dá resultado é a arrumação dentro do cardápio que recreando a vista desperta o apetite e melhora a refeição. No entanto nada do que se fez produzirá o resultado esperado se não tivermos a preocupação de respeitar, inicialmente, o hábito alimentar da maioria dos homens a arração e, por meio de propaganda — palestras, conferências — não ressaltarmos em linguagem simples e acessível a necessidade de modificarmos para equilibrar o hábito que vem sendo seguido por eles, de modo a que coooperem voluntariamente na finalidade a atingir que é a da correção do hábito alimentar pois só com ração variada e equilibrada podemos dizer que o funcionamento do rancho é perfeito.

(Continua)

ARMAZÉM SÃO JORGE

DE

GOMES & BARROS

SECOS, MOLHADOS, BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Rua Nilo Peçanha n. 215 — OLINDA — Estado do Rio

COOPERAÇÃO MILITAR INTER-ALIADA

STAFF

Os problemas de cooperação militar entre nações aliadas, em tempo de guerra, podem se apresentar sob formas extremamente diversas.

Dependem do tipo, extensão e vulto da cooperação; dos próprios aliados, como nações, governos e estruturas econômicas e militares; da região em que será prestada a cooperação, por suas características, distância e situação; etc.

As questões referentes à cooperação militar inter-aliada tiveram enorme desenvolvimento no decorrer do 2º conflito mundial.

Entretanto, a experiência relativa a este assunto parece não ter sido convenientemente aproveitada; em nenhuma nação mereceu, ao que se presume, um estudo aprofundado que conduzisse a um conhecimento mais sistemático e difundido.

Ao tratarmos do mesmo, ventilando somente alguns aspectos de uma forma definida de cooperação e sem outra base a não ser a da própria observação, deixamos ressalvada qualquer deficiência com o justificativa de não haver o intuito de sistematizar idéias, mas simplesmente um desejo de focalizá-las.

O quadro da cooperação militar, ao qual se referem os aspectos que serão, sumariamente, tratados neste esboço, é todo aquele que se assemelha, de uma forma geral, ao da participação da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália, durante a última guerra.

Este quadro é definido da seguinte forma: uma nação coopera com outras nações aliadas, em tempo de guerra, enviando uma força combatente, de certo vulto, para além-mar.

É óbvio, que os aspectos podem ser outros, face a qualquer quadro distinto, ou que devam ser apreciados diversamente da forma abaixo descrita.

Os títulos que se seguem, portanto, dizem respeito àquela forma definida de cooperação e constituem aspectos que, nesse caso, devem ser motivo de atenta consideração.

1) Objetivo político.

O governo da nação cooperadora, desde o momento em que chegue a encarar como inevitável ou imprescindível a cooperação por meio de força combatente, deverá ter estabelecido, adequadamente com seu objetivo político, dois elementos essenciais dessa cooperação: a oportunidade e o seu vulto.

A impropriedade na definição de qualquer deles pode acarretar graves prejuízos não só para a nação cooperadora, mas também para as demais nações aliadas.

Pode mesmo ocorrer a situação em que uma ou várias nações cooperem mais objetivamente assegurando sua ordem interna e a utilização, pelos aliados, das facilidades que estes podem encontrar no território daquelas.

Em última análise, a finalidade e os aspectos materiais da cooperação decorrem do seu objetivo político e devem estar em conformidade com este.

2) Extensão e vulto.

Ao se constituir uma força expedicionária, não se pode olvidar que ela deve ser integrada, além do efetivo combatente, pelos elementos de serviço e outros que lhe são

anexados, sem deixar ainda de considerar os indicados nos aspectos de números 6, 7, 10 e 11.

Elementos dos serviços de saúde, suprimentos, transporte, polícia, correios, justiça, finanças e assistência religiosa são indispensáveis, não só pela maior facilidade na execução desses serviços por indivíduos da mesma nacionalidade, como por motivos de ordem moral e psicológica. Naturalmente, tais serviços estarão integrados no escalão superior da força aliada e disso se beneficiará a nação coo-peradora, pela experiência que colher.

Entre os elementos anexados estão as enfermeiras, os jornalistas e pessoal bancário (Banco do Brasil) que serão revestidos de caráter militar, logo que incorporados à força expedicionária, embora não sejam integrantes das forças armadas da nação coo-peradora.

O vulto da força, por outro lado, é ainda acrescido pelo pessoal destinado a recompletar os efetivos, em consequência das baixas; estas atingem a porcentagens bastante elevadas nos casos de operações muito ativas, no período inicial da campanha, numa permanência prolongada nas frentes de combate, em condições desfavoráveis e por outras causas fortuitas.

O mais importante, a respeito das necessidades de pessoal de recompletamento, é que ele deve atender à possibilidade de substituir indivíduos de todos os postos e todas as especializações, cada vez mais numerosas, o que eleva consideravelmente a estimativa do seu efetivo global, em particular quando este não puder ter o seu nível mantido por um fluxo constante de novos contingentes enviados do território nacional. Acredita-se ser perigoso enviar reduzido número de homens para recompletamentos, num total que seja inferior a, pelo menos, dois terços da força combatente destinada às operações de combate.

Conforme se vê, o efetivo combatente a ser empregado numa coo-peração exige um efetivo total equivalente, no mínimo, ao dobro.

Este é o cálculo a se levar em conta somente para o início das

operações, pois que o prosseguimento da campanha imporá maior sobrecarga, à vista das imposições expostas no número 6.

3) Planejamento militar.

Decidida que seja a coo-peração e já definida, embora em termos gerais, sua extensão (qualificação) e vulto (efetivo inicial e sua manutenção), torna-se urgente o estabelecimento de um plano geral das atividades a desenvolver.

Essas atividades devem abranger, entre outros, os aspectos indicados no presente estudo. Mas, além dos que aqui serão referidos e condicionando mesmo quase todas as demais questões, devem ser consideradas como da máxima importância e merecer metuculozo preparo aquelas que se referem à organização militar da tropa e dos outros elementos componentes da força expedicionária.

Queremos nos referir especificamente às duas questões básicas dessa organização militar:

— a que se refere ao tipo de organização (quadros de efetivos e de dotações);

— a que diz respeito à seleção do pessoal integrante, compreendendo normas e condições de escolha e de rejeição, problemas correlatos de transporte, concentração, instalação, exames, alimentação, despesas, legislação, etc.

É tão ingrata essa tarefa, de que se incumbe uma 1ª Seção, que se pode assegurar nunca serem resolvidas completa e satisfatoriamente essas questões. Os problemas da seleção apresentam inúmeras falhas e a organização inicial sofre diversas modificações.

4) Preparação psicológica da nação e moral da tropa.

A preparação psicológica de uma nação, para essa forma de coo-peração, é baseada essencialmente, quanto à sua execução, num "serviço de relações públicas", destinado a orientar a opinião pública (civil e militar) e criar um sentimento geral favorável.

Não existindo esse serviço organizado — o que exige tempo e experiência comprovada — é difícil obter algo de razoável em preparação psicológica. A maré do sentimento nacional, sem controle, pode fortuitamente atingir grandes alturas, encobrindo os escolhos e se aproximando dos mais altos objetivos; mas também poderá, desafortunadamente, retrair-se em baixa-mar, afastando-se dos que esperassem sua contribuição para embargar o destino nacional.

Essa falta de preparação pode representar um obstáculo intransponível para a realização dos projetos ou pode acarretar, tempos após, uma inesperada reviravolta na situação do governo.

A preparação moral da tropa expedicionária decorre inicialmente dessa preparação psicológica e, a partir de sua organização, depende ainda do melhor êxito na solução apropriada dos diversos aspectos deste estudo, muitos dos quais se entrosam intimamente.

5) Direção militar superior

Os órgãos existentes numa instituição militar têm seus encargos normais absorventes e se demonstram pouco adequados para tratar, em tal caso, com oportunidade e unidade de ação, das múltiplas, exigentes e urgentes tarefas relativas à cooperação militar.

Parece ser excelente medida a criação de um órgão, no respectivo ministério militar, destinado exclusivamente a esse novo encargo. Ele deve receber a maior autoridade cabível e as melhores facilidades para o seu funcionamento, sendo aconselhável que dependa diretamente do respectivo ministro e que seu chefe seja da maior confiança deste.

A estruturação desse órgão não deve ter caráter rígido; é aconselhável dar-lhe bastante flexibilidade para que possa adaptar-se constantemente às necessidades.

6) Corrente de recompletamento.

Já nos referimos, no aspecto n. 3, à existência de um depósito de pessoal, destinado a cobrir, na

própria frente de operações, aos claros abertos nas fileiras da força expedicionária.

Esse órgão, além de recompletar os efetivos das unidades combatentes e de serviços, atende ao eventual desenvolvimento dos últimos e dispõe de sua própria estrutura de enquadramento, a qual varia em correspondência com o vulto do efetivo de substituição que mantiver enquadrado.

O efetivo de substituição deve ser repartido, na proporção estimada de baixas, entre as diversas armas, postos, categorias, funções e especializações.

Não é tão simplista a idéia de manter o nível total do pessoal de substituição, pois é indispensável a manutenção do nível de cada espécie de pessoal.

O depósito de pessoal, caso não atenda às necessidades específicas da tropa acarretará o enfraquecimento desta até o ponto em que ocasione sua retirada da frente, o que pode ocorrer ainda que o depósito disponha de pessoal numeroso, mas não indicado para as funções exigidas.

Resalta logicamente ser imperioso um fluxo, pelo menos periódico, de novos homens enviados da zona do interior (território nacional) para além-mar (teatro de operações).

Caso contrário, corre-se o risco de que a tropa combatente, após certo tempo de emprêgo, seja afastada da frente, com o decorrente desprestígio das forças armadas e da nação a que pertence.

Esta deve assumir, então, conforme se vê, não somente o encargo de enviar a força expedicionária, como ainda o de mantê-la até o final das operações, em condições lisonjeiras de emprêgo.

Sem levar em consideração, como ocorrência normal de guerra, a eventualidade de um desastre mais ou menos completo no curso da batalha, o que pode acontecer até com escalões do vulto de uma Divisão, mas, raciocinando apenas com o desgaste normal em campanha, constatado durante o último conflito mundial, é natural que se deva estar preparado para, dentro

da pior hipótese, recompletar inteiramente a tropa de combate da força expedicionária, de seis em seis meses. Proceder diversamente é esperar que a tropa combata por vezes e descanse bastante, mas a realidade pode não se conformar com esta expectativa.

Tudo isto representa, em síntese e como idéia global, a necessidade de que a nação renove cada ano, no que respeita a pessoal, a sua contribuição inicial em unidades de combate.

Quando um governo encarar tal cooperação como excessivamente pesada esta deverá ser reservada para uma fase mais adiantada do conflito, quando já se possa entrever o seu desfecho final. Se tal decisão puder ficar exclusivamente a cargo da nação cooperadora, é da maior importância que esta procure reservá-la para a melhor oportunidade.

7) Comando das forças expedicionárias.

É imperioso que se organize um comando superior distinto do próprio comando da força combatente, mesmo no caso de ser esta reduzida e ainda que não seja apoiada por outros elementos da sua nacionalidade.

Um comando de tropa na frente de operações não se pode voltar para problemas diversos daqueles que, à sua frente, absorvem toda a sua atenção. Ainda que não lhe sobrecarregassem os relativos aos serviços da retaguarda, não estaria em condições de dar a atenção devida aos que se relacionam com o seu enquadramento no escalão superior das forças aliadas e com o governo do seu país.

O comando tático deve limitar-se às atribuições táticas e outras específicas da organização, para as quais está normalmente capacitado; isto se aplica inclusive para o escalão Corpo de Exército.

8) Equipamento bélico em geral.

A padronização do equipamento bélico das forças aliadas impõe-se

por motivos muito poderosos. Entre outros, podem ser citados:

— uniformidade na ação e facilidade nos entendimentos;

— possibilidade de substituição e recuperação dentro dos escalões aliados;

— maior flexibilidade para a substituição de unidades aliadas nas frentes de combate;

— dificuldade da nação cooperadora suprir, a tempo e em quantidade, todo o material que a tropa necessita para recompletar as dotações, o que exigiria estocagens desproporcionadas no teatro de operações.

Os problemas que surgem da utilização de equipamento diverso da nação com a qual se coopera — mesmo quando essa cooperação se dá entre grandes potências — são difíceis, algumas vezes insolúveis e, em certos casos, verdadeiramente paradoxais.

Por outro lado, as nações que cooperam não desfalecem sua força territorial para esta finalidade; elas organizam uma força especial para a cooperação, sem diminuir aquela e quase sempre aumentando-a.

Assim, o equipamento bélico existente no território nacional não deve ser retirado das forças territoriais, que continuarão utilizando-o, inclusive para o treinamento das forças expedicionárias. Torna-se imperativa tal exigência quando a nação cooperadora não fabricar esse material bélico.

Dessas considerações decorrem duas questões importantes:

1ª) Fornecimento de todo o equipamento bélico pela nação que recebe a cooperação; isto abrange a quantidade, prazos e locais de entrega, transporte, condições de fornecimento, de financiamento, indenização, substituições, dotações, reparações, etc.

2ª) Quando a nação cooperadora não tiver sua força militar equipada com material que será utilizado pela força expedicionária, é necessário maior tempo para o preparo prévio desta, a fim de que possa:

— receber inicialmente, no território da nação, parte do material

utilizar, para o seu conhecimento e instrução da tropa com o mesmo ;
— traduzir, adaptar, imprimir e difundir as publicações táticas, técnicas e administrativas que se relacionam com o emprego desse material ;

— instruir previamente os quadros a respeito da doutrina, tática e técnica respectiva ;

— instruir e adestrar a tropa no emprego do material, da tática e no âmbito da nova organização.

Neste caso, quando as forças armadas tenham de encarar uma organização diversa daquela que possui, é enorme o esforço e complexas são as questões que surgem para toda a instituição militar da nação que se proponha a dar sua cooperação.

9) Atualização da instrução.

Antes do seu emprego, os quadros e a tropa que integram uma força expedicionária devem atualizar o seu conhecimento e experiência com o material a ser utilizado.

Essa atualização é necessária não só porque nem todo o pessoal estará instruído com aquele material, como pelo fato de que, na oportunidade da cooperação, existirá sempre certo material ainda não conhecido da força destinada às operações.

Quando se tratar apenas de atualização parcial, pode a instrução ser completada no próprio teatro de operações ; entretanto, se ela tiver de ser mais ou menos completa, particularmente se abranger parte da instrução básica, é de absoluta conveniência que seja ministrada no território nacional e, para isso, deve existir neste o material imprescindível.

A presença, no T.O., de uma tropa com instrução incompleta acarreta uma sobrecarga — em pessoal e material — para a força expedicionária e para aquela que recebe a cooperação. Por outro lado apresenta o perigo de ser lançada à luta, em momentos de crise, antes que tenha sido convenientemente preparada, até mesmo sob o aspecto moral.

Consentir na partida para além-mar de uma tropa incompletamente instruída é autorizar o seu lançamento ao combate nessa situação e isso revela desumanidade e irresponsabilidade.

10) Ligação idiomática.

A falta de entendimento linguístico dificulta muitas das tarefas da preparação e da execução de um empreendimento militar de cooperação ; dela decorrem, inevitavelmente, atritos diversos que prejudicam a boa cooperação e perturbam as relações mútuas.

A nação que recebe a cooperação terá de destacar pessoal que conheça o idioma da força aliada, principalmente para funções de ligação e instrução, sendo esse pessoal de vários postos, categorias e especialidades.

Também a nação cooperadora deverá dispor de indivíduos nas mesmas condições, em todos os escalões e serviços, e não limitá-los às funções e órgãos destinados às diversas ligações.

11) Ligação com o comando do T.O.

Junto ao mais alto comando aliado do teatro de operações deverá a nação cooperadora ter um órgão credenciado para tratar, diretamente com ele, dos mais altos problemas da cooperação.

Não basta dispor de ligações operacionais ou táticas na frente de combate e dentro do escalão em que estiver enquadrada a força expedicionária.

Além dessas ligações e dos entendimentos entre os governos das nações aliadas, muitas são as questões não abrangidas nesses escalões da cooperação, as quais devem ser tratadas entre os mais altos comandos das duas forças aliadas, no teatro de operações.

12) Compreensão mútua.

Referimo-nos apenas ao elevado entendimento moral que deve haver, no teatro de operações, entre as forças aliadas.

É uma grande responsabilidade a cargo dos comandos de todos os escalões que tiverem interferência nessa questão.

Depende de um bom estabelecimento das ligações referidas nos números 10 e 11, bem como da exata compreensão por parte dos auxiliares mais diretos dos comandos.

Surgem situações em que os Chefes devem estar enérgicamente dispostos a afastar óbices e até indivíduos, para que não se apresente uma irremediável ruptura na cooperação e nas relações.

O precedente excepcional das relações mais frutuosas e amistosas, durante nossa última cooperação inter-aliada, deixou patenteada essa necessidade.

Um programa de relações públicas visando a melhor compreensão e a maior cordialidade deve ser estabelecido, mediante íntima ligação entre os planejadores das nações aliadas.

Seja por intermédio desse serviço, ou por qualquer outra forma, é indispensável que os Chefes estejam informados a tempo sobre as dificuldades e deficiências da mútua compreensão entre seus subordinados e as forças aliadas.

13) Condicionamento do emprego.

Dentre as normas que condicionam, sob o ponto de vista estritamente militar, o emprego de uma tropa numa frente de operações, estão as que dizem respeito à sua adequada organização e ao seu adexramento pelo menos razoável, bem como a uma ambientação progressiva sob os aspectos geral e tático-operativo.

Ora, tais normas são de todos conhecidas, sendo até regulamentares e, no entanto, nem sempre são respeitadas, particularmente a referida por último.

As imposições da luta nunca podem respeitar, integralmente, todos os preceitos e normas estabelecidas. Daí decorre, logicamente, que os Chefes se devem precaver contra tais possibilidades, para que o inesperado não venha ressaltar uma inexperiência.

Contudo, um fator novo de condicionamento do emprego, no caso de cooperação inter-aliada, não pode deixar de ser atentamente examinado, durante todo o curso da campanha.

Trata-se da permanência da cooperação, que tem o mais alto significado moral e psicológico para as forças militares, para o governo e para as tradições da nação coooperadora.

Com efeito, enquanto as grandes potências lançam suas forças à batalha contando com reforços suficientes para enfrentarem perdas de unidades ou sua substituição, os reflexos desfavoráveis da luta só terão grande significado quando as baixas forem de enorme vulto.

No entanto, para a nação que só dispõe de um contingente no teatro de operações, o seu prematuro ou acelerado desgaste poderá, com facilidade muito maior, conduzir a uma situação irremediável.

É óbvio que o irremediável pode vir, como é de se esperar no curso de uma campanha, mas como um acontecimento inevitável e honroso para a nação que coopera.

A experiência passada mostra que os comandos táticos aliados, até o Corpo de Exército, não levam na devida consideração esse fator político, de fundo psicológico, porque eles encaram as forças militares simplesmente como forças a empregar e, portanto, a desgastar da mesma maneira que as da própria nacionalidade. Seria mesmo difícil que fossem levados, na devida oportunidade, a poupar preferentemente as forças estrangeiras.

Muito ao contrário, o comando mais elevado está capacitado para compreender tal diferença no emprego das forças de cooperação e pode melhor aquilatar até que ponto se deve correr o risco de perder inteiramente uma delas.

A responsabilidade desse assunto foge, quase sempre, à alçada dos respectivos governos e está muito acima dos comandantes das frentes de combate. Ela deve ficar a cargo, inteiramente, dos Cmts. em Chefe de ambas forças aliadas, nos teatros de operações.

14) Complemento alimentar.

A alimentação das tropas de cooperação, na forma aqui encaráda, não pode deixar de ficar a cargo das forças com as quais se coopera; a padronização do material e a utilização dos seus serviços são necessariamente impostas, ficando a questão de sua eventual indenização a cargo dos respectivos governos.

No entanto, o hábito alimentar dos indivíduos de cada nação pode aconselhar que recebam um complemento de gêneros e artigos, suficientes para mantê-los nas condições físicas e morais desejadas.

Cada espécie desse complemento pode ser fornecida de forma intermitente ou constante, proveniente dos recursos nacionais ou obtida na região de destino.

15) Serviço de correspondência.

Embora se conheça sua enorme importância para o moral da tropa expedicionária e do povo da nação cooperadora, este serviço permanece, quase sempre, abaixo de sua finalidade.

Concorrem para isso: sua organização geral deficiente, por falta de meios, em pessoal habilitado e material; má compreensão e execução no serviço de censura postal; transportes e meios de transmissão reduzidos; incompreensão, falta de prática e excesso no serviço de encomendas; deficiências nos entendimentos e facilidades mútuas entre os serviços das nações aliadas.

16) Problemas de imprensa e relações públicas.

Os militares brasileiros não dispensam a esses problemas o cuidado requerido, tanto no âmbito nacional como no das forças militares, o que constitui uma grave falta.

Dessa forma, o tratamento unilateral das questões decorrentes, por parte da imprensa e dos órgãos ou autoridades aliadas, pode tomar o aspecto de interferência indébita, por falta de cooperação entre os interessados.

Nenhuma preparação psicológica poderá prescindir dos meios e pro-

cessos que a imprensa e um serviço de relações públicas colocam à disposição dos responsáveis por aquela.

17) Problemas de evacuação.

A evacuação dentro da corrente hospitalar pode apresentar questões como as seguintes:

- necessidade de manter intérpretes nos diversos pontos da cadeia hospitalar;

- destino dos baixados após deixarem o T.O., podendo ser aconselhável, em casos a definir, que sigam para o território da nação aliada, antes do regresso definitivo ao país de origem;

- satisfação das necessidades correntes: bagagem, vencimentos, correspondência, fardamento e objetos, publicações, contactos e ligações com camaradas e Chefes, etc.

A evacuação fora daquela corrente, por sua vez, exige que sejam resolvidas questões de concentração de pessoal (instalações, restabelecimento do moral e da saúde, diversões, etc.), do seu transporte para o território nacional, além das necessidades correntes acima descritas.

18) Problemas diversos

Ainda outros aspectos podem ser considerados numa cooperação; limitamo-nos simplesmente a relacionar mais alguns, que não devem deixar de ser apreciados:

- serviço de finanças: agências de pagamento, ligações com os órgãos aliados;

- serviço especial: organização da parte nacional e utilização da existente nas forças aliadas;

- prisioneiros e material capturado: política a estabelecer e destino fora do âmbito das forças em campanha;

- requisições e indenizações: entre os aliados e no território ocupado;

- instrução no T.O.: utilização das facilidades aliadas;

- sepultamento: cemitério próprio, assistência religiosa, traslado dos corpos.

Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada

PROPOSTA PARA ASSOCIADO

(Artigo 13, do Capítulo II, dos Estatutos)

.....
(pôsto e nome por extenso)

Natural de

Nascido em
(data do nascimento)

Estado civil

Residente à

..... N. Telefone

Cidade

Estado

Servindo
(designação da unidade)

Número de "cotas-partes" que deseja subscrever

.....
(assinatura)

.....
(proponente)

.....
(proponente)

Observações :

- Juntar duas fotografias de 3 x 4.
- Remeter a importância da jóia.
- Indicar como deseja pagar as cotas-partes.

Processo de conduta de tiro com o transferidor de locação

(Notas de aula da E.A.O.)

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Parte da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 4
120 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Moção de tiro : AQ 41 MT — L Ø31Ø
M PV RD RAL — MTR POS — 1ØØ x
1ØØ
MÃO POSSO OBS — EFI

Ordem do S/3 : TRP SB PV — GR
CV — ADC

Direção		Alcance
Car. dir.	DR 17	Distância
Transporte	D 26ØØ	• 48ØØ
Observação	ES 4	
Datagem	DR	
Quando	D 2587	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON ≠ 4
Munição	16 EX. 5 EI
Direção	D 2587
Distribuição	SB Ø2 FC H8
Sítio	S. 291
Mec. eficácia	TB Q. 4
Modo desencadea.	AMC
Regulação	
Alça	A. 3Ø4

Correções subseqüentes

Comandos subseqüentes

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Estalocia	2Ø8	5Ø	3Ø
Comunida	16	—	—
Na existindo	192	5Ø	3Ø

BIA RP VG

Correção para as outras bias :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

FICHA DE CALCULADOR

VR BATERIA

Frente da bta : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 4
 140 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro :

IDEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

IDEM CALCULADOR PR

Direção		Alcance
		Distância
Corr. dir.	DR 17	4800
Transporte	D 2600	
C/derivação	ES 4	
Centragem	DR	
Comando	D 2587	

Comando

Unidade	B. AT
Missão	CON 4
Munição	16 EX. 5 EI
Direção	D 2587
Distribuição	SB 02 FC H 10
Sítio	S. 290
Mec. eficácia	TB Q. 4
Modo desencadea.	AMC
Regulação	
Alça	A. 297

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

BIA RP VG

Munição (esp.)

EX PE	EX TE	FU
-------	-------	----

Existência

208	50	30
-----	----	----

Consumida

16	—	—
----	---	---

Fica existindo

192	50	30
-----	----	----

Correção para as outras bias. :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

FICHA DE CALCULADOR

AZ BATERIA

Fonte da b'ia. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 4

83 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Estado de tiro :

DEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

DEM CALCULADOR PR

Direção		Alcance Distância
Car. dir.	DR 17	
Transporte	D 2600	
Quadratura	ES 4	
Deflexão	DR	
Comando	D 2587	4850

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON ≠ 4
Munição	16 EX. 5 EI
Direção	D 2587
Distribuição	SB 02 FC H 6
Sítio	S 292
Mec. eficácia	TB Q. 4
Modo desencadea.	AMC
Regulação	
Alça	A 301

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	208	50	30
Consumida	16	—	—
Re existindo	192	50	30

Correção para as outras bias. :

Elementos de relocação

Direção : Alcance :

OBSERVAÇÕES : (a) As dimensões são majoradas, pois, o tiro não vai ser observado.
(b) Desencadear toda eficácia pois é tiro não observado.

5ª Missão — AQ A3 MT — L Ø5ØØ Do PV ES 4ØØ AB 1Ø ALO 7ØØ — RE-
SERVAS — INI — GR — AJ

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido : Hora do recebimento : _____ Missão n. 5

A3 Hora do desencadeamento : _____ Data : _____

Missão de tiro :
RESERVAS INIMIGAS
GR
AJ

Ordem do S/3

Aos calculadores e ao observador do tiro:

Decisões do S/3 :

Transporte sobre o	PV
Dimensões do objetivo	2ØØ x 2ØØ (a)
Dimensões majoradas	
N. de baterias	Grupo
Quantidade de munição	60 EX 5 TE
Duração da eficácia	2 m

Nome e n. da missão CON $\neq$ 5

Unidade que atira GR

Unidade que regula (1) PR

Quem observa (1)

Munição (2) 20 EX 5 TE

Feixe (3)

Mecanismo de eficácia Q5 (b)

Escalonamento de alça ADC

Desencadeamento (4) QP (c)

Horário e cadências (5)

Munição :

Ordem do comandante do Grupo :

Espécies	EX PE	EX TE	FU	
Existentes	576	15Ø	9Ø	
Creditada	—	6Ø	—	
Fica existindo	576	9Ø	9Ø	

Comunicação ao escalão superior :

CON $\neq$ 5 (5302) RESERVAS INIM-
MC — RESERVAS DISPERSADAS

- NOTAS : (1) Se for o caso.
(2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.
(3) Se "normal" não comandar.
(4) Sob uma das formas : quando pronto (QP), ao meu comando (AM), tempo no objetivo (TO) e hora tal (H).
(5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Parte da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 5

120 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Calo de tiro : AQ A3 MT — L Ø 500
 PV ES 400 AB 10 ALO 700 — RE-
 ERVAS INI — GR — AJ

Calo do S/3 : TRP SB PV — GR — PR

Direção		Alcance
Dir. dir.	DR 17	Distância
Importe	D 2710	5500
Derivação	ES 5	
Derogem	DR 3	
Acordo	2695	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON $\approx$ 5
Munição	20 EX. 5 TE 20,2
Direção	D 2695
Distribuição	SB Ø2 (d)
Sítio	S 294
Mec. eficácia	TE Q. 5
Modo desencadea.	QP
Regulação	AJ SO C Q1
Alça	A 356

Correções subseqüentes

80 TE ALO 200

110 TE ENC 100

GENI RAL

RESERVAS DISPERSADAS

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU	
Distância	192	50	30	
Derivada	—	24	—	
Em existência	192	26	30	

Comandos subseqüentes

D 2706 A 375

D 2700 A 365

SB Ø2 FC H 1 EPI A 365

BIA RP VG

Correção para as outras bias :

$$\begin{array}{rcl} 2700 & & 365 \\ - 2695 & ES 5 & - 356 \\ \hline 5 + & & + 9 \end{array}$$

Elementos de relocação :

Direção : 2715 Alcance : 5600

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Fonte da bfa. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 5

12⁰⁰ M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Modelo de tiro : AQ A3 MT — L Ø 5ØØ
De PV ES 4ØØ AB 1Ø ALO 7ØØ — RE-
SERVAS INI — GR — AJ

Ordem do S/3 : TRP SB PV — GR — PR

Direção		Alcance
Err. dir.	DR 17	Distância 55ØØ
Transporte	D 271Ø	
Derivação	ES 5	
Centragem	DR 3	
Comando	2695	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON = 5
Munição	20 EX. 5 TE 20,2
Direção	D 2695
Distribuição	SB Ø2 (d)
Sítio	S 294
Mec. eficácia	TE Q. 5
Modo desencadea.	QP
Regulação	AJ SO C Q1
Alça	A 356

Correções subseqüentes

Comandos subseqüentes

ES 4Ø TE ALO 2ØØ

D 2706 A 375

DR 3Ø TE ENC 1ØØ

D 27ØØ A 365

NO EFI RAL

SB Ø2 FC H 1 EFI A 365

MC — RESERVAS DISPERSADAS

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU	
Existência	192	5Ø	3Ø	
Consumida	—	24	—	
Fica existindo	192	26	3Ø	

Correção para as outras bias :

$$\begin{array}{rcl} 27ØØ & & 365 \\ - 2695 & ES 5 & - 356 \\ \hline 5 + & & + 9 \end{array}$$

Elementos de relocação :

Direção : 2715 Alcance : 56ØØ

FICHA DE CALCULADOR

VR BATERIA

Frente da b'ia. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 5
 1400 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro :

IDEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

IDEM CALCULADOR PR

Direção		Alcance
		Distância
Corr. dir.	DR 17	5410
Transporte	D 2700	
C/derivação	ES 5	
Centragem	DR 3	
Comando	2685	

Comando

Unidade

B. AT.

Missão

CON $\approx$ 5

Munição

20 EX. 5 TE 20,0

Direção

D 2685

Distribuição

SB 02 FC H 3

Sítio

S 293

Mec. eficácia

TE Q. 5

Modo desencadea.

NC 6

Regulação

Alça

A 349

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

ES 5 A 358

MC — RESERVAS DISP.

BIA RP VG

Munição (esp.)

EX
PEEX
TE

FU

Correção para as outras bias. :

Existência

192

50

30

Elementos de relocação :

Consumida

—

20

—

Direção :

Alcance :

Fica existindo

192

30

30

FICHA DE CALCULADOR

AZ BATERIA

Bateria da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 5

20 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Bateria de tiro :

DEM CALCULADOR PR

Comando

Unidade

B. AT.

Ordem do S/3 :

Missão

CON ≠ 5

DEM CALCULADOR PR

Munição

20 EX. 5 TE 19,9

Direção

Alcance

Direção

D 2705

arr. dir. DR 17

Distância

Distribuição

SB 02 ABR 1

Transporte D 2720

Sítio

S 294

Derivação ES 5

5400

Mec. eficácia

TB Q. 5

Atuação DR 3

Modo desencadeada

NC 6

Comando D 2705

Regulação

Alça

A 348

Correções subsequentes

Comandos subsequentes

ES 5 A 357

NC - RESERVAS DISP.

Munição (esp.)

EX
PEEX
TE

FU

Correção para as outras bias. :

Existência

192

50

30

Elementos de relocação :

Consumida

—

20

—

Direção :

Alcance :

Fm existindo

192

30

30

- OBSERVAÇÕES :
- Quando não houver elementos para estimar as dimensões do objetivo o Grupo bate 200 x 200.
 - Não divide a eficácia porque há uma ajustagem.
 - QP porque comporta uma ajustagem.
 - A adaptação do feixe da Bta. que ajusta só é comandado quando for desencadeada a eficácia.

6ª Missão — AQ OAE MT — Do PV ES 45Ø ALO 6ØØ PEL INF.
REUNIAO — AJ

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido: Hora do recebimento: _____ Missão n. 6
OAE Hora do desencadeamento: _____ Data: _____

Missão de tiro:

PEL. INF. REU. —
AJ

Ordem do S/3

Aos calculadores e ao observador do tiro:

Nome e n. da missão CON $\neq$ 6

Unidade que atira GR

Unidade que regula (1) PR

Quem observa (1)

Munição (2) 20 EX 5 CR

Feixe (3)

Mecanismo de eficácia Q5

Escalonamento de alça ADC

Desencadeamento (4) AMC

Horário e cadências (5)

Decisões do S/3:

Transporte sobre o PV

Dimensões do objetivo 2ØØ x 2ØØ

Dimensões majoradas

N. de baterias Grupo

Quantidade de munição 60 EX 5 CR

Duração da eficácia 2 m

Munição:

Ordem do comandante do Grupo:

Espécies

EX
PEEX
TE

FU

Existente

576

9Ø

9Ø

Creditada

6Ø

—

—

Fica existindo

516

9Ø

3Ø

Comunicação ao escalão superior:

CON $\neq$ 6 (55Ø2) PEL. INF. REU —
MC — PEL. DISPENSADO

- NOTAS: (1) Se for o caso.
(2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.
(3) Se "normal" não comandar.
(4) Sob uma das formas: quando pronto (QP), ao meu comando (AMC), tempo no objetivo (TO) e hora tal (H).
(5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Fonte da b'ia. : Hora do recebimento da miss'ao : _____ Miss'ao n. 6

320 M Hora do t'ermino da miss'ao : _____ Data : _____

Modo de tiro : AQ OAE MT —
 20 PV ES 450 ALO 600 — PEL.
 37 REUN. — AJ

Orden do S/3 : TRP SB PV —
 38 — PR

Direc'ao	Alcance
Dir. dir. DR 17	Dist'ancia 5530
Transporte D 2680	
Deriva'ao ES 5	
Desajuste DR 3	
Comando D 2665	

Comando

Unidade	B. AT.
Miss'ao	CON 6
Direc'ao	20 EX. 5 CR
Distribuic'ao	D 2665
Sitio	SB 02
Mec. eficacia	TB Q. 5
Modo desencadea.	AMC
Regulac'ao	AJ SO C Q1
Alca	A 360

Correcoes subsequentes

2100 ALO 200

500 ENC 100

1000 ALO 50

K — PEL. DISP.

Comandos subsequentes

D 2648 A 380

D 2658 A 370

SB 02 FCH 1 EFI QP A 375

BIA RP VG.

Aziao (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Amplificac'ao	192	26	30
Quantidade	26	—	—
Em exist'ncia	166	26	30

Correcao para as outras bias :

2658	375	
— 2665	— 360	A + 15
— 7	+ 15	

Elementos de relocac'ao :

Direc'ao : D 2673 Alcance : 5700

FICHA DE CALCULADOR
VR BATERIA

Frente da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 6
 140 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro :

IDEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

IDEM CALCULADOR PR

Direção		Alcance
Corr. dir.	DR 17	Distância 5450
Transporte	D 2675	
C/derivação	ES 5	
Centragem	DR 3	
Comando	D 2660	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON ≠ 6
Munição	20 EX. 5 CR
Direção	D 2660
Distribuição	SB 02 FCH 3
Sítio	S 291
Mec. eficácia	TB Q. 5
Modo desencadea.	NCG
Regulação	
Alça	A 354

Correções subseqüentes

Comandos subseqüentes

DR 7 A 369

MC — PEL. DISP.

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	192	30	30
Consumida	20	—	—
Fica existindo	172	30	30

Correção para as outras bias :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

FICHA DE CALCULADOR

AZ BATERIA

Fonte da bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. _____

80 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Nome de tiro :

DEM CALCULADOR PR

Ordem do S/3 :

DEM CALCULADOR PR

Comando

Unidade

B. AT.

Missão

CON 6

Munição

20 EX. 5 CR

Direção

D 2681

Distribuição

SB 02 ABR 1

Sítio

S 293

Mec. eficácia

TB Q. 5

Modo desencadea.

NCG

Regulação

Alça

A 349

Direção		Alcance
Dist. dir.	DR 17	Distância
Transporte	D 2696	
Conservação	ES 5	
Centragem	DR 3	
Comando	D 2681	

Correções subseqüentes

Comandos subseqüentes

MC -- PEL. DISP.

DR 7 A 364

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Relâmpago	192	30	30
Comunicação	20	—	—
Em extinto	172	30	30

Correção para as outras bias :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Serviço de Informações e de Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.....	11,00
O 8º R. I. Expedicionário — Cap. Antonio Silveira..	35,00
Psicologia da Aprendizagem.....	1,00
Probabilidades e Dispersão do Tiro — Cel. A. Morgado da Hora.....	60,00
Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari.....	4,00
Pedagogia da Educação Física Feminina — J. B. de Aquino.....	25,00
Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Cel. José Gomes S. Chaves.....	15,00
Travessias de Cursos D'agua — Cap. José H. Garcia	6,00
Tática de Infantaria — Gen. X.....	3,00
Telêmetros de Inversão — Cap. José Joaquim G. Silva.....	9,00
Tabela de Vencimentos de Militares — Lei n. 488, de 15-XI-948 — Cap. Macedo.....	26,00
Transferidor Militar tipo "A" grande — Carlos Morim	85,00
Transferidor Militar tipo "B" pequeno — Carlos Morim.....	25,00
Um Ano de Observação no Extremo Oriente — Cel. Lima Figueiredo.....	20,00
Vamos Aprender Inglês — Ten. Eugenio Malanga	25,00
Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa.....	6,00
Pub. 11 — Cavalaria, Organização e Emprego — Segurança — E. A. O.....	17,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

X

O VALOR DA ECONOMIA PLANEJADA

(Um pouco de estatística)

Não há como um quadro estatístico para se verificar a situação de um determinado assunto. As estatísticas de um país retratam a situação desse país. Cumpre a quem as lê, tirar as conclusões que sugerem, na frieza de seus nú-

meros. Vejamos, por exemplo, a distribuição das correntes mercantes do Brasil, por cabotagem, em 1946, através das regiões geoeconômicas brasileiras.

As estatísticas revelam o seguinte, por regiões:

<i>Região Sul</i>	— S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul
(36 % do valor total do comércio)	— População — 13.922.400 habitantes
	— Exportou — 5.994 milhões de cruzeiros
	— Importou — 5.132 milhões de cruzeiros
	— Saldo — 862 milhões de cruzeiros
<i>Região Leste</i>	— Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal (e M. Gerais, cuja exportação se faz pelo D. Federal)
	— População — 16.828.100 habitantes
(35 %)	— Exportou — 5.149 milhões de cruzeiros
	— Importou — 5.348 milhões de cruzeiros
	— Deficit — 199 milhões de cruzeiros
<i>Região Nordeste</i>	— Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
(22 %)	— População — 10.713.800 habitantes
	— Exportou — 3.281 milhões de cruzeiros
	— Importou — 3.452 milhões de cruzeiros
	— Deficit — 171 milhões de cruzeiros
<i>Região Norte</i>	— Pará, Amazonas, Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá
(8 %)	— População — 1.591.000 habitantes
	— Exportou — 944 milhões de cruzeiros
	— Importou — 1.412 milhões de cruzeiros
	— Deficit — 468 milhões de cruzeiros

Região Centro — Oeste — Mato Grosso e Goiás

População — 1.344.700 habitantes

Exportou — 1 milhão de cruzeiros (dados conhecidos só de M. Grosso)

(percentagem ínfima) — Importou — 5 milhões de cruzeiros

Deficit — 4 milhões de cruzeiros

Analiseemos, agora, esses números. Ressalta à 1ª vista que a porcentagem do valor total do comércio é maior na região Sul (36%) e vai diminuindo à proporção que avançamos para o Norte (34%, 22%, 8% e menos de 1%) sem que a população diminua na mesma proporção. Ao contrário, aumenta, na região Leste. O saldo de 862 milhões de cruzeiros, da região Sul, é mais ou menos equivalente ao deficit total de todas as outras regiões e que soma 841 mi-

lhões de cruzeiros. Isto é, as faltas dessas regiões são cobertas, através da cabotagem, pelos excedentes da região Sul, o que indica também o sentido da maior corrente de cabotagem útil: do Sul para o Norte. 4 Estados da região Sul suprem as faltas de 17 outros e do Distrito Federal, 32% da população total do país, existentes na região Sul, cobrem o "deficit" dos 68% restantes. O total das exportações e importações assim se distribui, pelas regiões:

Sul — 11.128 milhões de cruzeiros

Leste — 10.497 milhões de cruzeiros

Nordeste — 6.733 milhões de cruzeiros

Norte — 2.356 milhões de cruzeiros

C. Oeste — 6 milhões de cruzeiros

Basta observar esses números, para verificarmos que a economia da Nação repousa sobre as regiões Leste e Sul, de área muito menor que a soma das demais regiões. A cada habitante da região Sul correspondem 800 cruzeiros, exportados e importados. A cada habitante de todas as demais regiões correspondem 642, ou, menos 158 cruzeiros. Devemos notar que nos 6.733 milhões de cruzeiros exportados e importados pela região Nordeste, a qual abrange 7 Estados, mais da metade, ou sejam 3.408 cruzeiros, corresponde a Pernambuco, porque de Recife parte extensa rede ferroviária servindo diversos Estados, que exportam e importam através dessa rede e daquele porto. Minas exporta pelo Rio e Vitória e quer agora exportar por Angra dos Reis. No total da região Leste, que abrange 5 Estados, cabem 9.543 milhões de cruzeiros, ou praticamente tudo, ao Distrito Federal, o que vem mostrar o volumoso comércio desse Distrito e a inconveniência da lo-

calização da Capital Federal junto de tão grandes interesses econômicos e financeiros. Ainda podemos deduzir: 70% do comércio total do país estão localizados nas regiões Leste e Sul, contra 30% localizados em todas as demais regiões. Não é sem razão que muitos afirmam que o Sul sustenta o Norte. Mas a grande verdade que transparece de tudo isso é o desaparecimento do país e a falta de uma política econômica nacional. Não é porque o Sul é mais frio e habitado por muitos estrangeiros que produz mais do que o Norte, mas, sim, porque é cortado de vias de comunicações (o mais denso sistema de comunicações do país está localizado na região Sul), possui os melhores portos do país e tem melhor assistência técnica. Ninguém é mais operoso do que o nordestino, porém falta-lhe estímulo para produzir numa região completamente desaparelhada, sem portos e sem vias de comunicações. A só circunstância de mais da metade do comércio total de 7 Estados da

região Nordeste se fazer através de Pernambuco, o Estado mais aparelhado dessa região, mostra-nos o que falta a todo o Nordeste. É anti-econômico, mil vezes antieconômico, levar gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul para as regiões Leste e Nordeste — e esse é o grosso do comércio de cabotagem — viajando 5 ou 6 mil quilômetros de costas queimando carvão estrangeiro, quando esses mesmos gêneros poderiam ser produzidos nessas regiões. Falta-nos uma política econômica nacional que preveja todos esses grandes erros; que promova o saneamento, o povoamento das regiões Norte e Nordeste ou, ao menos, a fixação do homem dessas regiões ao solo natal; que aparelhe o Norte de portos e de vias de comunicações que fomentam, por si sós, a economia de qualquer região.

Dê-se tudo isso ao Norte e ter-se-á equilibrado economicamente essa vasta e abandonada região ao Sul, pois não falta ânimo ao nordestino para trabalhar.

UMA INICIATIVA DESCOMPASSADA COM A ECONOMIA NACIONAL

As considerações acima surgiram à mente quando soubemos que o Lóide Brasileiro encomendara a estaleiros americanos 14 navios, no valor de 37 milhões de dólares, financiados pelo "Import and Export Bank", mais 6 a estaleiros canadenses, ao preço de 15 milhões de dólares canadenses, liquidáveis em pagamentos parcelados e adquirira, ainda nos Estados Unidos, mais 18 navios, excedentes de guerra, ao preço de 12,5 milhões de dólares. Em resumo, o Brasil, numa época de aperturas financeiras e de crédito internacional disputado, consegue e joga no mar, tudo de uma vez, 84,5 milhões de dólares, ou sejam um bilhão e 207 milhões de cruzeiros. Foram comprados, de choíre, 38 navios. Longe estamos de afirmar que o Brasil não precise de navios, principalmente depois de perder 30 barcos na guerra. Muitas das causas de nossas dificuldades residem na escassez de transportes. Não queremos mesmo lançar pedras sobre o Lóide

que, ao aumentar o seu patrimônio, conserva-se dentro de sã política administrativa, principalmente quando substitui barcos obsoletos e onerosos por outros novos e rendosos. Está no seu papel. Vamos mais longe. Não desejamos criticar ninguém. O fato de não possuírmos uma Economia Planejada provém de distante passado e todos os brasileiros têm uma parcela de culpa nisso. Ao votar-se um dos orçamentos do Plano de Obras e Equipamentos, na Comissão de Finanças da Câmara, certo deputado declarou que ele se caracterizava por não possuir plano nenhum. Tratava-se de iniciativas isoladas, incluídas naquele Plano ao sabor dos interesses dos Estados ou por deliberação do próprio governo federal. Nada que obedecesse a uma idéia de conjunto. Aumentar os transportes marítimos do Brasil sem reaparelhar os seus portos, dragar-lhes os canais, desobstruir-lhes as barras e sem renovar o material de suas deficientes estradas de ferro e nem construir outras, para equilibrar e incrementar a incipiente economia de suas regiões naturais, é, positivamente, um erro de visão. É gastar tudo no jardim, deixando o interior da casa sem mobília. O desenvolvimento do Brasil deve fazer-se do centro para a periferia. Na ordem de urgência de uma economia planejada (não confundir com economia dirigida) vem, em primeiro lugar, o reaparelhamento das estradas existentes e a construção de novas; depois, o reequipamento dos portos e, por último, a expansão da marinha mercante. Nada adianta ao país adquirir centenas de barcos, se o seu interior permanece fechado ao progresso, amordaçado de pés e mãos por falta de vias de comunicações. O papel da via marítima é o de servir à exportação, ao escoamento dos excedentes das riquezas produzidas no interior. Não constitui, por si só, o fim de uma economia. Os 38 novos navios adquiridos de uma só vez desafogarão a nossa economia, mas não poderão produzir o milagre de aumentar a produção do país, grandemente tra-

vada, prejudicada pela falta de vias de comunicações terrestres.

A só presença dos barcos não fará acumular-se, no cais, milhares de toneladas de mercadorias, porque, antes de precisarem de navios, essas mercadorias precisam de vias férreas e estradas de rodagem. Já se fala mesmo, até no Congresso, que o Lóide anda sem carga para transportar, depois de receber a maioria daqueles navios. Seis deles foram cedidos à Companhia Costeira. Não faz muito tempo, os navios seguiam para o Sul quase vazios, por falta de cargas e de lá deveriam voltar cheios, principalmente de gêneros alimentícios, mas tal não se dava porque as condições de navegabilidade da Lagoa dos Patos não o permitiam. Voltavam com meia carga, porque a profundidade dos canais de acesso a Porto Alegre não autorizava lotá-los completamente. Estavam obstruídos, causando às Companhias vultuosos prejuízos, porque os navios queimam a mesma quantidade de combustível, com toda ou meia carga. No porto de Aracaju, segundo o Comandante Pena Botto, de nossa Marinha de Guerra, só entram 4 calhambeques mercantes, tais as condições de obstrução de suas duas barras. De maneira geral, precárias são as condições de acesso aos nossos portos. Faltam-lhes instalações para fornecimento de carvão, óleo e, em alguns até de água. As suas disponibilidades de cais e equipamentos para carga e descarga são tão escassas que ficaram (a maior parte) congestionados durante o período do pós-guerra, quando se reiniciaram as importações e até hoje ainda não voltaram à completa normalidade. A afluência de navios tende cada vez mais para a diminuição, mas essa diminuição não vai desobstruir barras, aumentar cais e melhorar equipamentos de carga e descarga. As deficiências que existem, persistirão sempre.

O QUE PODERIAMOS TER FEITO

Julgamos que, em vez de comprar, de uma assentada, 240.000 toneladas de navios para repor 130.000 perdidas na guerra (ou 8

ou 80%), deveríamos ter reposto estas e gasto o restante no reaparelhamento de nossos portos e de nossas estradas de ferro, para não falar em novas vias férreas. Para se ter uma idéia do que se poderia fazer com o dinheiro que se empregou só em navios, basta atentar para os dados abaixo. Com um bilhão e 207 milhões de cruzeiros (custo dos 38 novos navios) poder-se-ia construir a seguinte quilometragem de estradas de ferro, bitola de 1 metro:

— 4830 km, a 250 mil cruzeiros por km (preço médio do km do ramal Campo Grande — Ponta Porã, da Noroeste), ou seja a distância Manaus — Rio — Natal;

— 2415 km, a 500 mil cruzeiros por km (preço médio do km do ramal Porto Esperança — Corumbá, da Noroeste), ou seja a distância de Pirapora ao Cabo Orange, no extremo N. do Brasil;

— 1207 km, a um milhão de cruzeiros por km (preço de estrada eletrificada), ou seja a distância do Rio a Campo Grande, no Estado de Mato Grosso. É claro que se não iria gastar tudo só em estradas de ferro, em contraposição à política de gastar tudo só em navios. Mas os números acima mostram eloquentemente que, além de navios, poder-se-ia fazer muito pelas nossas vias férreas e pelo reequipamento de nossos portos. Eles indicam também que falta à nossa máquina administrativa uma peça mestre e essa é um Conselho ou mesmo um Ministério da Economia Nacional, ao qual poderia ser anexado o "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Órgão planejador, por excelência, coordenaria as atividades nacionais, encarregando-se não só de estudar planos gerais de serviços a cargo do Governo, como de harmonizá-los com os empreendimentos particulares. É claro que não se trata de fazer o Estado intervir na iniciativa privada. Trata-se de encarar questões num amplo quadro de conjunto. "O Estado — escrevia recentemente Robert Jacomet, um economista moderno, em seu estudo: La fonction economique de l'Etat

—, tornou-se uma grande empresa, cujo sucesso liga-se às condições gerais da produção. Não mais lhe é possível situar-se como outrora numa posição de neutralidade a respeito das atividades produtoras. O Estado deve agir sobre a formação e distribuição das riquezas. Ele é mesmo chamado, do setor público, a transformar as riquezas." Muito recentemente um deputado pediu na Câmara a criação de um "Departamento do Rio S. Francisco", que se encarregaria de superintender todos os melhoramentos da zona servida pelo grande rio. E a seguir defendeu a remessa de maior quantidade de caminhões para o Brasil Central e mais racional distribuição de combustíveis, a fim de que os Centros produtores fôssem melhor aquinhoados. Eis um exemplo de falta de planejamento no Brasil. Seria o órgão que indicamos que, agora, objetaria ao Lóide: "Não, tudo só para navios, não! 40 % (digamos) para as estradas de ferro, 35 % para os portos e 25 % para os navios". Seja dito de passagem e nisso não vai nenhuma razão justificadora de nossa incúria, que não é só o Brasil que sofre da falta de planejamento. Esclarecendo o seu Plano Quinquenal, o Presidente Peron declarou aos jornalistas que mandara proceder a devassas nos arquivos do Estado, em todos os Ministérios, para descobrir algo que orientasse, com segurança, a ação de seu governo. Nada, absolutamente nada, foi encontrado, disse. Daí o lançar-se ao seu já famoso plano. É que, lá como cá, trata-se de equacionar problemas fundamentais e encaminhar-lhes as soluções metódica e sistematicamente. Trata-se de gastar com proveito geral o dinheiro da Nação e orientar as iniciativas e os esforços particulares como quem umbina forças, de modo que a resultante tenha o sentido, a direção e a intensidade desejados, expressos, no caso, pelo bem comum e pelo progresso nacional. Abrir mão do planejamento é o mesmo que dar murros isolados em pontas de facas, como é o caso do Lóide.

Comprar mais navios do que necessita é acentuar cada vez mais a dependência do Norte quanto ao Sul. Não se trata de deixar o Norte imobilizado, esperando que tudo lhe venha do Sul em navios, mas rasgar o Norte de vias férreas e estradas de rodagem, para fazê-lo trabalhar e produzir.

Esforços isolados e não coordenados conduzem à dispersão de energias e recursos, à desordem e a êxitos medíocres. Muito dinheiro se tem gasto, em nosso país, em iniciativas não reprodutivas ou mal orientadas economicamente, por falta de planejamento e método. Exemplo: gastou-se fortunas na construção do porto do Rio Grande. Não se previu que, dragando-se a Lagoa dos Patos e construindo-se o porto de Porto Alegre, como mais tarde se o faz, possibilitando aos navios irem diretamente à capital gaúcha, pôr-se-iam em concorrência transportes por terra e transportes por água, entre 2 pontos. Ora, estes são mais baratos que aqueles. Resultado: hoje, o porto do Rio Grande vive às moscas e Porto Alegre é o empório exportador da terra dos pampas. Outros exemplos poderiam ser citados ainda, como a construção de autoestradas paralelas às vias férreas, a diversidade de bitolas de nossas estradas de ferro, impedindo que as riquezas produzidas circulem livremente no interior do país, a derrubada sistemática de matas sem a compensação do reflorestamento, etc. A verdade é que os dinheiros que tomamos, pelo prazo de 20 anos, para a compra dos navios do Lóide, dariam juros colossais à Nação, nos próximos 20 anos, se empregados em vias férreas. Poder-se-ia com eles fundir o arquipélago de vias férreas brasileiras num só sistema, o qual, conjugado com a mudança da Capital Federal para o Planalto Central (iniciativa autofinanciável), daria ao país um desenvolvimento assombroso.

O NOSSO DEVER

Somos uma potência atlântica, sem dúvida. Mas o mar é um meio e não um fim.

É do âmago da terra e com o suor do nosso rosto que devemos tirar o pão nosso de cada dia e forjar os instrumentos com que movimentar a nossa economia. Precisamos investir o centro, deixando à periferia o papel de intermediário entre o nosso mundo inte-

rior e o mundo exterior. Jogar, de vez, somas tão grandes no mar é inverter dados de problemas fundamentais da Nação. É querer aumentar o débito do rio, sem aumentar o débito dos tributários. Que venha, pois, após um "mea culpa" geral, o planejamento econômico nacional.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

PODEREMOS ENUNCIAR LEIS NA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO ?

(Conferência feita pelo Tenente-Coronel DIDEROT MIRANDA no 4º R.I. a 13-IV-949.)

I — O ESTUDO DA HISTÓRIA

Em todos os povos civilizados, faz-se o estudo da história de Civilização, normalmente, obdecendo-se à sequência cronológica dos acontecimentos. Forma-se assim, um repositório de fatos, onde frequentemente todo aquêlê entregue a atividades intelectuais, procura êste rico manancial, buscando tudo o que quer.

Dêste modo, políticos e jornalistas, procuram na História Geral argumentos para justificar ou combater projetos :

- oradores colhem incentivos para seus ouvintes ;
- professores orientação para seus alunos ;
- os militares extraem ensinamentos ;
- artista catam na H. Geral, inspiração para suas obras.

Enfim, todos os intelectuais, a cada passo, utilizam o que foi catalogado pela História. Assim os historiadores registram os fatos e o estudo da História se apresenta como que uma descrição cronológica de acontecimentos ou como sendo um arquivo, um documentário, onde qualquer pessoa folheia e lê um episódio.

Mas... não haverá leis regendo estas ações ? Não o sabemos ; talvez ignorância nossa. Vejamos porém, inicialmente, alguns princípios já estabelecidos na Geopolítica.

II — RECORDANDO NOÇÕES DE GEOPOLÍTICA

A História nos apresenta tudo que foi realizado pelos guerreiros, artistas, chefes religiosos, estadistas, mas em regra, descrevendo, a ação, os feitos dos Estados.

Ora, desde o fim do século XIX que certos aspectos das tendências dos Estados é descrita sob o nome de Geopolítica.

Nova ciência, de campo um tanto nebuloso e controvertido, cujo nome varia desde Ritter como Geografia Comparada, a Ratzel como Antropogeografia e mesmo Geografia Política para Artur Dix.

Hodiernamente, aceita-se o nome de Geopolítica e o General Chassin atribuiu a ela o estudo da influência que podem ter, sobre a Política Mundial, as constantes geográficas eternas de nosso planeta. Os mestres de Geopolítica têm estabelecido regras ou princípios que seriam seguidos pelos Estados ao buscarem seu engrandecimento, a fim de melhorarem as condições de vida de seus povos.

Baseando-nos em um destes mestres, Artur Dix, vamos recordar alguns dos aludidos princípios que nortelam o espraiar das Nações :

1º *Avança sobre a linha de mais fraca resistência.*

As tribus em busca de novas e mais apropriadas terras para a sua incipiente economia, ao esbarrarem em altas montanhas ou largos mares seguiam outros caminhos ou linhas de mais fácil transposição.

Evitavam igualmente os poderosos povos e se expandiam seguindo zonas de fraca resistência quer pelas acidentadas geográficas, quer pelas forças políticas opostas. Nos tempos modernos o presente princípio é em regra seguido, tendo em vista o maior ou menor poder ou melhor fraqueza do povo ocupante das regiões cobiçadas.

2ª Ocupação de toda a bacia hidrográfica por um só governo.

Na realidade o estudo da História nos mostra inúmeros exemplos deste princípio; relembramos apenas o império caldeu ocupando toda a Mesopotâmia dos rios Tigre e Eufrates e os esforços dos faraós egípcios ao procurarem atingir a nascente do Rio Nilo.

3ª Aspiração a uma saída para o mar.

Entre outros exemplos aqui mesmo na América do Sul, a Bolívia durante muitos anos pleiteia uma saída para o Oceano Pacífico, pretendendo reincorporar suas terras perdidas para o Chile, durante a guerra ocorrida no século XIX, entre a Bolívia e Peru de um lado e o Chile em campo oposto.

4ª Obtenção de vários acessos para o mar.

O país que conseguiu uma saída para um mar, procura também outros portos noutro mar, respirando deste modo por vários pulmões.

Sabemos que os primitivos povos eslavos foram derrotados e submetidos ao jugo de invasores do oriente, mongóis e tártaros, particularmente a célebre Horda de ouro que durante séculos cobrou tributo dos russos.

Logo que os eslavos conseguiram reorganizar um governo independente chamado principado de Moscovo, este procurou obter uma saída para o mar. Chegou ao mar Negro e quase simultaneamente, após duras lutas contra os suecos, a Rússia atingiu o mar Báltico.

Depois obtiveram portos no gelido oceano Glacial Ártico e por fim Vladivostoch, no oceano Pacífico.

Passemos ao princípio seguinte:

5ª Aspiração a costas opostas.

Há tendência da nação possuidora de uma faixa litorânea de um mar, para ocupar as demais porções daquele mesmo mar. Assim a pequenina e histórica Grécia, ao recobrar sua independência no século XIX após secular e brutal opressão do império otomano, logo procurou e conseguiu uma faixa litorânea da Ásia Menor, no mar Egeu, fronteira ao território nacional helênico. O notável reformador turco, Kernal Pachá, porém, após a guerra de 1923, rechassou os gregos da Ásia Menor.

6ª As grandes Vias Transcontinentais.

Este princípio é o inverso do precedente.

O governo cujo território tem praias em oceanos ou mares diversos, procura ligar as faixas litorâneas opostas por grandes vias de comunicações. O primeiro a efetivar este princípio por meio de ferrovias foi os E.E.UU. contruindo as estradas de ferro do oceano Atlântico ao Pacífico. Por sua vez o Brasil, após as campanhas submarinas da primeira e segunda guerras mundiais tem dado passos para a ligação ferroviária do Nordeste ao Sul do país o que parece será uma realidade dentro em breve.

7ª Unidade Nacional.

Sob este título são englobados os movimentos para unir, debaixo de um mesmo governo, os povos da mesma língua ou raça; fez ele vibrar de patriotismo ou nacionalismo exaltado, aos franceses até uni-los sob a mesma bandeira tricolor. Ainda seguindo este princípio os nacionalistas italianos lutaram e juntaram vários principados, expulsaram os invasores e formaram a Itália no século passado; entraram em luta contra o papa e incorporaram à Itália os estados pontificiais, inclusive a própria Roma.

8ª Fronteiras naturais.

Este princípio abrange as idéias e ações visando levar a fronteira do

país até uma poderosa barreira. Em alguns casos isto é feito naturalmente, visto que o obstáculo geográfico impede a circulação desembaraçada. Assim os Pirineus formaram a fronteira natural entre a Gália e a Ibéria; após as invasões dos bárbaros, os limites entre os impérios dos visigodos e dos francos, permaneceu seguindo aquela cadeia de montanhas. Com a derrota dos visigodos face aos conquistadores árabes, estes transpuseram os Pirineus penetrando no império dos francos; foram porém repellidos e durante séculos, os reinos árabes eram separados da França ainda por aquelas montanhas, como ainda hoje a Espanha, da França. Em outros casos contudo, esta idéa da fronteira natural, dá lugar a longas e penosas lutas, como é bem nossa conhecida a pendência sobre o Rio Reno.

9ª Zonas de antagonismo

Duas ou mais nações, seguindo simultaneamente os princípios acima, ou complexas razões económicas e financeiras, tudo em relação a uma mesma região, ocasionam o que se chama Zonas de Antagonismo. Assim na última região geográfica citada, isto é, a margem esquerda do Reno, a França desejando-a pelos princípios de fronteira natural e em parte Unidade Nacional, aliados às necessidades económicas das ricas jazidas de ferro do Sarre chocou-se com a Alemanha; esta última imitando outras nações, procura ter sob seu governo e responsabilidade os povos de língua alemã à esquerda do Reno, como também os minérios de ferro do Sarre para alimentar a bacia hulfífera do Rhur.

Em nosso continente, no passado, a questão da Colônia do Sacramento ocasionou muitas lutas entre portugueses e hespanhóis e mais tarde brasileiros e argentinos, terminando pelo reconhecimento do Uruguai como país independente. Os platinos desejavam ambas as margens do rio da Prata, isto é, aspiravam o domínio de costas opostas. Os portugueses, de posse dos cursos

superiores dos Rios Uruguai, Paraguai e Paraná, queriam assegurar o livre acesso dos portos fluviais até o oceano Atlântico.

III — A GEOPOLITICA NAO EXPLICA, APENAS SISTEMATIZADA OS FATOS

Meus companheiros, citamos oito leis de Geopolítica extraídas de uma obra de Arthur Dix, exemplificamos estes princípios e concluímos pelas Zonas de Antagonismo. Mas outros autores poderão desenvolver mais alguns, além dos já citados. Assim no meio de tantos e tão variados princípios, qualquer expansão dos povos, quer sobre os vizinhos, quer em longínquas terras em ação colonizadora, sempre encontrará guarida em um dos enunciados geopolítico. Eis porque tantos ultranacionalistas agressivos ou estadistas de nações em expansão, têm se valido de geopolítica para justificar suas idéias e, em contraposição, essa ciência tem sido olhada com temor e desconfiança pelos pacifistas.

Assim, segundo nossa interpretação, os caminhos seguidos pelos povos em expansão são analisados e sistematizados pela geopolítica que apenas estabelece correlação entre a política e as constantes geográficas de território habitado pelo povo em apêreo.

Mas além destes princípios geopolíticos, não seria possível descobrir o móvel que impele estes povos, acima destas leis geográficas, já que estas são múltiplas e variadíssimas, a tudo se postando?

Rebusquemos no estudo da História da Civilização pura, pairando acima da política e da geografia.

IV — A FORÇA CENTRIPETA DOS ESTADOS

A civilização que durante milênios floresceu em torno do Mediterrâneo e na Ásia Menor, caracterizou-se pela aparição inicialmente de culturas isoladas umas das outras, quer no espaço quer no tempo.

Mais tarde as civilização destes povos coexistentes se chocam, uma prevalece sobre a outra. Exemplifiquemos.

Dentre as mais antigas civilizações, desta parte do mundo, recordamos a da Suméria lá na Mesopotâmia, que atingiu ao ponto culminante de sua cultura ali pelos 2.500 anos A.C. Esta cultura, tão antiga, não chegando mesmo a ser citada pelo célebre Heródoto, desconhecida para os gregos, romanos e judeus, nos legou o código de Hammurabi, grande e sábio governante de tão priscas eras.

Dando um salto, da Mesopotâmia para o Mediterrâneo, fixamo-nos na vetusta e brilhante civilização cretense, onde admiramos as ruínas do palácio de Cnossos, com seus banheiros e condutores embutidos levando água, talvez mesmo... água aquecida para banhos tépidos.

Sabemos das invasões do Egito pelos persas; a conquista do Vale do Nilo pelos gregos de Alexandre, etc. Não negamos a existência de trocas comerciais, de influência artísticas, contudo a evolução da cultura egípcia, como dos hebreus, medas, persas, assírios e babilônios, etc., fez-se normalmente de modo isolado, apenas tênues e fugazes contactos. Não têm, nem de longe, as intensas relações económicas e políticas entrelaçadas como vemos nos estados da época moderna.

Desta recordação das principais civilizações da Antiguidade, que poderia ser aprofundada, desejamos extrair um aspecto comum, ou um princípio geral que haja presidido a evolução de todas as civilizações. Parece-nos possível concluir que, o desabrochar de uma sólida cultura em uma tribo, povo ou nação, se fazia sempre com a tendência para absorver ou suplantar os vizinhos, fossem eles mais ou menos bárbaros.

Quer pelo mar os fenícios navegando, fundando colônias no norte da África e Ibéria, quer os persas, em terra, espalhando-se da Índia ao Egito; pelo comércio, ou pelas armas; levando seus deuses tutelares e sua tosca moeda; os povos mais fortes sempre procuraram jungir os demais, a seu centro estatal.

Reafirmamos após estas breves retrospectos, ser lícito admitir que

o nascimento de uma sólida cultura em dado povo, está intimamente ligado à formação em seu bôjo de um núcleo estatal que funciona como um poderoso ímã, atraindo, absorvendo outras tribus ou povos. Este núcleo é dotado de poder centrípeto, com suas linhas de força ora atuando na vizinhança imediata (estado continental) ora através longas vias marítimas (Colônias gregas ou fenícias em todo o Mediterrâneo). Toda nação possui, em estado latente uma força expansionista. Estabelecida esta lei ou princípio centrípeto que presidiria à formação das civilizações, deixamos a outros, o cuidado de estudá-lo e examinar estas linhas de forças centrípetas atuando ora em tom bélico, levando as hostes espartanas à batalha contra os vizinhos ou sutilmente pelas trocas comerciais, em Galeras atenienses, defendendo, aparentemente, a liberdade de outras clãs gregas, mas na realidade jungindo-as ao brilhante centro de Atenas. Este poder centrípeto, esta atração exercida por um só ou gânglio político sobre os demais procurando absorvê-la, se fez pelo menos uma vez de modo assaz curioso.

Quando os irmãos Rômulo e Remo fundaram a cidade de Roma, esta povoou-se principalmente com aventureiros: o número de mulheres era escasso. Os romanos, aproveitando-se da saída dos vizinhos sabinos para o trabalho ou para uma expedição, lançaram-se de surpresa sobre a vizinha cidade e raptaram as sabinas, levando-as para Roma. Entre o regresso dos sabinos, sua reorganização e marcha para enfrentarem os romanos medeou certo tempo. Assim quando os dois exércitos iam travar a luta, esta foi impedida porque as sabinas irromperam entre os contendores procurando aplacá-los o que foi conseguido; não sei se porque alguns maridos sabinos quisessem se desfazer de suas esposas ou porque muita solteirona ou moça casadeira sabina estivesse satisfeita com seu companheiro romano obtido tão originalmente.

V — A FORÇA CENTRÍFUGA DOS POVOS

As tribus e povos perenemente lutam para sobreviver conservando sua língua, usos e costumes. Instintivamente ou não todos reconhecem esta sobrevivência só é possível conservando ou readquirindo a independência política. Ao se organizarem, estabelece-se um nó ou sede de poder político. Este nó, varia desde a tenda do chefe da tribo nômade, até a metrópole moderna, com milhões de habitantes e milhares de funcionários públicos, todos impulsionando a nau do Estado.

O Estado ao procurar conservar seu poder e em consequência, a língua, os costumes e a cultura do povo, por vezes isola-se dos demais, corta drasticamente os liames com os vizinhos por temor deles. De passagem observamos que, em geral, este isolamento é de funestas consequências, levando, o isolado ao definhamento e a uma catástrofe. Normalmente a defesa é paralelamente a sobrevivência das peculiaridades de sua cultura se faz por variadíssimas e complexas maneiras máxime na época moderna.

Seria ocioso citar exemplos ou procurar demonstrar este apêgo de cada nação à sua língua, uso e costumes.

Concluimos que a cultura gerada em um determinado núcleo estatal, embora sofrendo influxos de outras das quais frequentemente haure forças, ela sistematicamente foge à atração exercida pelos demais, esforçando-se em não ser absorvida. A sede do Estado donde emana esta civilização denota normalmente estar dotado de uma força centrífuga em relação aos demais centros de atração. Teríamos pois um princípio centrífugo de sentido oposto ao princípio centripeto e ambos coexistindo em toda tribo ou nação, exercendo normalmente atração nos demais povos procurando atraí-los à órbita de sua influência e repelindo-se quando o contrário dispõe de maior força ou poder de absorção.

Esta tendência centrífuga é tão forte que em pelo menos um caso, o do povo judeu, após haver perdido

o centro propulsor de seu poder e de sua cultura, continuou sistematicamente a conservar suas peculiaridades.

Durante dois mil anos os hebreus erraram pela superfície do globo e agora, reorganizando a República de Israel, porflam em reestabelecer solidamente completa independência para seu modo de sentir e viver. É a vitória do princípio centrífugo de sua cultura, em relação aos diversos centros centripetos que seu povo milenarmente palmilhou.

VI — ENTRECHOCQUE DOS PRINCÍPIOS CENTRÍPETO E CENTRÍFUGO

Já sugerimos que a civilização desabrocha em torno do Estado e que este possui ao mesmo tempo, um poder de absorção (Força Centripeta) e outro de repulsão à atração dos demais estados (Força Centrífuga). Estas forças são desiguais e da luta entre os Estados adiantamos que em regra tem prevalecido o princípio centripeto ocasionando a destruição ou absorção de certas nações por outras.

Volvendo novamente ao período de História Geral conhecido por antiguidade, vimos os estados aparecerem, mas, aos poucos, Roma vai absorvendo os demais estendendo seu domínio sobre todo o mundo civilizado então conhecido, de Portugal até a România; da Inglaterra ao norte da África. Houve então a unificação do mundo em torno de um só estado (O Império Romano). Foi o predomínio integral do princípio centripeto.

A destruição do Império Romano por tribus bárbaras deu lugar a época medieval em que na realidade não havia nações e sim uma infinita poeira de reis, duques, condes e outros fidalgos, todos mais ou menos independentes.

Após alguns séculos das invasões de bárbaros germânicos, normandos e mussulmanos, foi-se delineando novamente o arcaboço de grandes nações. Em fins do século XIX havia cerca de uma vintena de grandes potências. Ao ter começo a primeira conflagração mundial 1914, podíamos alinhar os seguintes colossos: Estados Unidos

e Japão (não europeus) e Alemanha, Áustria, Hungria, Império Otomano, Inglaterra, França, Itália e Rússia. Ao começar a segunda guerra mundial não se contavam entre os grandes o Império Austro-Hungaro, que havia desaparecido, nem a Turquia; mesmo a Itália não era considerada grande potência. Após o último conflito restam apenas a Rússia, Estados Unidos e a Inglaterra.

VII — UM SÓ MUNDO

Observa-se portanto na época moderna o mesmo fenómeno que na antiguidade: quer dizer, o predomínio da força centrípeta de certos países sobre os demais. É verdade que existem dezenas de nações independentes, porém, há uma preponderância incontrastável de apenas três delas, em todos os assuntos de importância capital. E, essas três, já se alinham em apenas dois campos opostos. As demais, com muito esforço conservam sua independência política ou promovem o bem-estar de seus povos a custa de ingentes esforços.

Se são verdadeiros estes dois princípios, centrípeto e centrífugo, bem como o lento predomínio do princípio centrípeto, concluiremos que no futuro restará uma só grande potência no globo terrestre. Como lá chegaremos?

— durante a persistente e surda luta económica entre os grandes e seus hábil esgrimir político, tudo em plena paz, uma ou duas delas, poderão baquear.

— ou então o "prélio terrível das armas".

Três guerras púnicas, entre romanos e cartagineses foram necessárias, para decidir sobre o predomínio de um só no mar mediterrâneo, dentro da antiga civilização.

E hoje?

Concluindo podemos afirmar que além de eventuais lutas entre pequenos vizinhos, já existe um conflito político e económico entre dois mundos, conduzindo-nos após guerras e sofrimentos a um só mundo.

Cabe aos cidadãos bem intencionados evitar à humanidade, esta dura contingência. A nós militares incumbe preparar a nação para a luta, pois "viver é lutar".

AOS NOSSOS ASSINANTES

Com o presente número de "A Defesa Nacional" encerram-se as assinaturas referentes ao ano de 1950.

Para as assinaturas correspondentes a 1951, ficam mantidos preços e condições de pagamento em vigor.

ARMAZÉM SÃO BORGES

DE

SABINO DA SILVA MAGALHAES

SECOS, MOLHADOS E REFRIGERANTES

RUA MESQUITA N. 2 — REALENGO

EXPLOSÕES NUCLEARES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Conferência realizada pelo Tenente-Coronel
ORLANDO RANGEL, em 26 de outubro de 1950,
na Sociedade Mineira de Engenheiros,
Belo Horizonte

Muita gente pensa que a era atômica teve início com o lançamento da bomba sobre a cidade japonesa de Hiroshima, na manhã de 6 de agosto de 1945. Nesse dia, realmente, o mundo recebeu a notícia do sensacional acontecimento, que vinha abrir novos horizontes à humanidade. Era, porém, a primeira aplicação prática de um gigantesco esforço técnico científico, iniciado em 1939, que custou 2 bilhões de dólares, mobilizou os melhores cérebros do mundo e utilizou os estupendos recursos do maravilhoso parque industrial dos Estados Unidos da América do Norte.

O ponto singular da trajetória da civilização que marca o início da idade atômica é, segundo o consenso geral dos cientistas, o dia 2 de dezembro de 1942. As 3.25 da tarde desse memorável dia, entrou em funcionamento a pilha urânio-grafite montada na Universidade de Chicago — a primeira máquina de energia nuclear ideada e operada pelo homem. Foi nessa tarde histórica que se conseguiu liberar e dominar a energia armazenada no núcleo atômico. Os homens de ciência, reunidos secretamente em Chicago para resolver o problema, conseguiram iniciar e controlar uma reação nuclear em cadeia, auto-entretida, isto é, mantida por si mesmo.

Logo após o funcionamento dessa máquina de energia nuclear, a primeira do nosso planeta, o professor Compton, responsável pela experiência perante o Conselho de Pesquisas Científicas dos Estados Unidos, chamou ao telefone, em Harvard, o Dr. James Conant, que

aguardava o resultado desse ensaio decisivo, e, sem nenhum código previamente combinado, disse somente o seguinte:

— “O navegador italiano desembarcou no Novo Mundo” —

Referia-se ao grande físico Fermi, italiano de nascimento, exilado voluntariamente nos Estados Unidos e citado pelo “War Department” como o primeiro homem que obteve e controlou uma reação nuclear em cadeia. O Novo Mundo que a ciência acabava de descobrir é a “Idade Atômica” que estamos vivendo.

O Dr. Conant perguntou em seguida: — “Como se portaram os nativos?”. A resposta de Compton foi sintética e precisa:

— “Muito amigavelmente”.

Esse interessante e curto diálogo telefônico, bastou para que os dois cientistas se entendessem perfeitamente, sem quebrar o sigilo que as circunstâncias exigiam para salvaguarda dos interesses da segurança nacional da grande democracia americana, já empenhada na maior guerra da história.

A célebre pilha de Chicago foi posteriormente desmontada, mas a histórica cena de 2 de dezembro de 1942 está fixada em um desenho do artista Melvin A. Miller, do “Argonne National Laboratory”, de Chicago.

A era atômica, que estamos vivendo, acha-se às vésperas de seu 8º aniversário, que se completará em 2 de dezembro próximo.

Durante esse tempo muito se conseguiu de progresso em todos os se-

tadores da física nuclear e suas aplicações. Continuaram em ritmo acelerado os estudos de ciência pura; aperfeiçoaram-se os processos de produção dos combustíveis nucleares; criaram-se novos tipos de reatores para aplicação industrial da energia atômica; desenvolveu-se enormemente a produção de rádio isótopos, utilizados em medicina e reclamados também pelos pesquisadores dos segredos da natureza. Por outro lado, as armas atômicas foram aperfeiçoadas, surgiram novos modelos, inclusive a chamada super-bomba ou bomba de hidrogênio.

* *

Para não fugir ao tema que nos foi proposto, vejamos um rápido histórico das explosões nucleares que, até o presente momento, ocorreram na face da terra.

A primeira Bomba Atômica explodiu às 5,30 da manhã de 16 de julho de 1945, em Alamogordo, Estado de New México. A experiência, denominada "Trinity Test", foi o coroamento feliz do "Manhattan Project", que custou 2 bilhões de dólares. A espetacular explosão vaporizou a torre de aço que sustentava a bomba, fundiu a areia do solo, abriu profunda cratera e elevou a mais de 12 mil metros de altura uma nuvem multicor. A bola de fogo, milhares de vezes mais luminosa que o sol, foi vista a 300 milhas de distância.

Tudo se processara no maior sigilo, talvez o mais difícil e bem guardado segredo da última grande guerra. A estupenda realização científica, técnica e industrial, só foi divulgada depois que a bomba atômica n. 2 explodiu sobre a cidade japonesa de Hiroshima, às 8,15 da manhã de 6 de agosto do mesmo ano de 1945, destruindo 60 mil edifícios e devastando uma área de 4,4 milhas quadradas. Matou 39 mil e feriu 25 mil pessoas.

Três dias mais tarde, às 10,58 da manhã de 9 de agosto, explodia sobre Nagasaki a bomba n. 3. Destruuiu 14 mil edifícios, devastou uma área de 1,8 milhas quadradas, matou 39 mil e feriu 25 mil pessoas.

Essas 2 bombas atômicas precipitaram a rendição do Japão, decidida no dia seguinte à destruição de Nagasaki, poupando aos americanos mais de 1 milhão de vidas, em quanto era calculado o custo da tomada e ocupação do Japão pelas forças militares dos EE.UU.

As bombas atômicas ns. 4 e 5 foram utilizadas para as experiências de Bikini — teste Able (bomba aérea) e teste Baker (bomba submarina) — que tivemos ocasião de assistir na qualidade de observador brasileiro. A gigantesca operação foi denominada "Operation Crossroads".

A bomba n. 4, batizada de "Gilda", foi lançada de avião, às 9 horas da manhã de 1 de julho de 1946, sobre uma esquadra-alvo fundeada no atoll de Bikini, afundando 23 mil toneladas de navios de guerra (5 navios).

O clarão ofuscante da bola de fogo inicial era milhares de vezes mais intenso que o do sol. Aumentando com extrema rapidez a bola de fogo foi perdendo, gradativamente, a intensidade luminosa e tomou as formas de elipse e semi-esfera brilhante, com uma base turbulenta. Surgiu então a nuvem, espessa e maciça, em forma de cogumelo, branca com veios avermelhados e amarelos, que subiu a 15 mil metros de altura, sempre com a forma característica de cogumelo.

Dos 3.100 ratos, 150 porcos e 150 cabras que tomaram parte no 1º teste, como "tripulantes" dos navios-alvos, 10 % morreram devido ao choque, 15 % em virtude da radioatividade e 10 % foram sacrificados para estudo.

A bomba n. 5, denominada "Helen de Bikini", colocada no meio da esquadra-alvo e mantida na profundidade desejada pelo pequeno navio suicida "Cinderela" (L.S.M. 60), foi detonada pelo rádio às 8,33 da manhã de 23 de julho de 1946, de bordo do navio laboratório "Cumberland Sound", a 20 milhas de distância. Levantou gigantesca e impressionante coluna d'água e de vapor, branco-cinzenta, semelhante a um vulcão, com 600 metros de diâmetro e quase dois mil

de altura. Dois milhões de toneladas d'água foram lançadas no espaço e, enquanto voltava ao oceano parte dessa água, formou-se imponente nuvem, fracamente colorida, que cresceu em direção ao céu, tomando a já clássica forma de cogumelo. Morreram perto de 40 mil peixes e a onda formada (de 30 metros de altura a 300 metros do ponto de explosão) deslocou-se com uma velocidade de 50 milhas por hora. Depois de inundar as praias, carregou de volta para a laguna de Bikini, 50 mil toneladas de areia. A 8 milhas de distância os sismógrafos instalados no atoll de Amen registraram um forte tremor de terra. Cem mil toneladas de navios de guerra (9 navios) foram ao fundo. Dos porcos e ratos colocados a bordo sobreviveram somente alguns ratos, devido à forte radioatividade provocada pela explosão nuclear.

Dos 92 navios-alvos principais dos 2 testes de Bikini, somente 9 ficaram ilhoses, isto é, em perfeitas condições de serviço, sem sofrer nenhuma avaria ou efeito radioativa, devido à explosão das bombas atômicas. A radioatividade decorrente da bomba submarina excedeu todas as expectativas. O material radioativo da explosão nuclear correspondia a centenas de toneladas de radium. Noventa por cento dos navios-alvos estiveram inabordáveis por mais de dez dias e durante várias semanas a contaminação radioativa foi o principal problema.

Quase dois anos após os testes de Bikini, realizaram-se novas experiências com armas atômicas, em "Eniwetok Atomic Proving Ground", nas ilhas de Marshall, atoll de Eniwetok, a cerca de 200 milhas de Bikini. A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos anunciou as provas em 19 de abril de 1948, mas não revelou a data exata nem quaisquer detalhes a respeito. O 4º relatório semestral da Comissão, publicado em fins de julho de 1948, esclareceu, porém, que foram realizadas em Eniwetok 3 explosões, (bombas atômicas ns. 6, 7 e 8) utilizando 3 armas atômicas de novo e aperfeiçoado modelo, com resul-

tados altamente satisfatórios. A "Operation Sandstone", como foi denominada, semelhante ao "Trinity Test" de 16 de julho de 1945, confirmou que a posição dos Estados Unidos no campo das armas atômicas foi sensivelmente melhorada.

A bomba atômica n. 9, de origem soviética, explodiu em julho de 1948, não se conhecendo maiores detalhes. Seguiram-se as explosões n. 10 e 11, em outubro de 1948 e junho de 1949, também na Rússia, as quais, segundo os americanos, foram explosões acidentais.

Não sabemos se a próxima explosão será ainda de uma bomba atômica, de urânio ou plutônio, ou de uma bomba de hidrogênio, cuja fabricação já deve ser uma realidade.

Durante a última guerra mundial, em 1944, as bombas explosivas da aviação aliada carregavam 11 toneladas de TNT (Grand Slam), pois as de 5 toneladas (Block-buster) foram consideradas insuficientes. Em princípios de 1948, os norte-americanos experimentaram em "Muroc Air Force Base", Califórnia, bombas de trótil com 42 mil libras (ou sejam cerca de 20 toneladas de explosivo), projetadas no início de 1945 mas não terminadas até o fim da guerra. Tudo isso nada representa comparado com a bomba atômica, tipo Hiroshima, já obsoleto, equivalente a 20 mil toneladas de TNT. Para mostrar o poder mortífero dessa incrível arma de saturação, os ingleses estabeleceram um índice numérico — o rendimento padrão de mortos — para cada tipo de bomba, considerando como objetivo uma zona urbana com 1 habitante por mil pés quadrados (93 metros quadrados). O "standard killed rate" para uma bomba de 500 libras é de 6 mortos; para a bomba de uma tonelada sobre a 50 e atinge a respeitável cifra de 75 mil para a bomba atômica.

Os explosivos nucleares utilizados nas bombas atômica e de hidrogênio, constituem, indubitavelmente, os maiores recursos bélicos postos à disposição do homem, e o seu advento modificou profundamente a arte da guerra. Não são,

porém, armas sobrenaturais, capazes de destruir, com um único impacto, cidades, esquadras e exércitos, ou provocar fenômenos anormais e cataclismas que ponham em perigo a própria Terra, como a propaganda leiga e sensacionalista pretendeu insinuar a princípio. Os testes de Bikini Atoll, testemunhados por 42 mil pessoas, serviram para colocar a bomba atômica no seu verdadeiro lugar.

• • •

Antes de entrarmos na outra parte do tema sugerido pela "Sociedade Mineira de Engenheiros", isto é, as consequências das explosões nucleares, parece interessante, recordar algumas noções essenciais e básicas que permitiram o advento da era atômica. Para não roubar o precioso tempo de tão distinto auditorio, procuraremos fazê-lo da forma mais resumida possível.

Energia atômica ou, mais propriamente, *energia nuclear*, é a energia obtida por meio de reações nucleares, isto é, que atingem o núcleo dos átomos, e cuja fonte primária é a modificação das massas em jogo.

Até o advento da era atômica, a energia utilizada pelo homem provinha, na grande maioria dos casos, do aproveitamento das quedas d'água e das reações químicas, especialmente as de combustão, isto é, queima dos combustíveis clássicos: lenha, carvão, petróleo etc. etc.

Os núcleos atômicos, onde se acham armazenadas as forças nucleares, que o engenheiro humano já desencadeou, eram até então inexpugnáveis aos elementos que a ciência dispunha.

As reações nucleares consistem em uma transmutação de elementos, realizando assim o velho sonho dos alquimistas medievais.

O homem conseguiu, afinal, aproveitar para uso na terra a energia criadora do universo.

As noções fundamentais para a perfeita compreensão dos assuntos relativos à energia nuclear podem ser resumidos no estudo da "cons-

tituição dos átomos" e da "inter-conversão de massa e energia".

Todas as substâncias existentes na face da terra — desde as mais simples até as mais complexas — são constituídas de moléculas, consideradas como as menores unidades físicas dos diferentes corpos. Essas moléculas são compostas de átomos, menor subdivisão da matéria que conserva as propriedades e características do elemento químico a que pertence.

Apesar de sua significação etimológica de "indivisível", o átomo é, na realidade, constituído de corpúsculos ou partículas elementares.

Considera-se hoje em dia que o átomo compreende um núcleo composto de prótons e nêutrons (genéricamente denominados *núcleons*) em torno do qual gravitam *electrons*, à semelhança de um minúsculo sistema planetário. *Protons*, *nêutrons* e *electrons*, são pois, os corpúsculos ou partículas elementares, supostas indivisíveis, que constituem os átomos de todos os elementos químicos.

"As diferenças entre os tipos de átomos — no dizer de Paul Valéry — são unicamente pontos de vista arquitetônicos". Todos os átomos se compõem das mesmas espécies de corpúsculos, em número variável e distribuídos de modos diversos.

Encontram-se na natureza 92 tipos diferentes de átomos, variando do elemento mais simples e leve — o *hidrogênio* (pêso atômico ... 1,008) — ao mais complexo e pesado — o *urânio* (pêso atômico 238,07). Com o advento da era atômica o homem produziu artificialmente elementos transurânicos, isto é, mais pesados que o urânio. Até março do corrente ano de 1950, tinham sido obtidos seis novos elementos, atingindo-se o número atômico 98.

As reações químicas passam-se na superfície dos átomos, interessando somente a camada dos *electrons* que giram em redor do núcleo; este porém não é atingido e o átomo mantém a sua estrutura. As explosões e combustões químicas

cas consistem na destruição do edifício molecular, mas não se verifica transmutação de elementos, que reaparecem íntegros entre os produtos finais da combustão ou explosão. Há somente uma decomposição em elementos mais simples. A maioria das explosões são combustões rápidas, sendo que a velocidade distingue uma reação da outra.

Nas reações nucleares o núcleo atômico é atingido, havendo portanto uma transmutação dos elementos que participam da reação. Esses elementos se desintegram e os produtos finais são elementos químicos completamente diferentes daqueles que existam no início da reação nuclear.

* *

Em seguida o conferencista passou a explicar os quadros expostos, onde estavam esquematizadas as reações químicas e nucleares, com diversos exemplos típicos comparativos. Mostrou a reação química da oxidação da trimetilpentana (gasolina octana) e a decomposição explosiva da nitroglicerina. Chamou a atenção para as diferenças entre as reações nucleares de cisão ou fissão e as de fusão ou condensação. Destas últimas foram explicadas as reações de fusão entre os isótopos do hidrogênio.

Exibiu 6 quadros coloridos, publicados pelo "Westinghouse Scholl Service", em cooperação com os cientistas de "Westinghouse Electric Corporation". O 1º quadro tratava das partículas nucleares; o 2º da estrutura do núcleo atômico (com tabela de isótopos e noções de forças nucleares); o 3º das reações nucleares; o 4º das ferramentas de física nuclear (inclusive os aparelhos para observar e provocar as reações nucleares); o 5º dos usos da energia nuclear. Finalmente, o quadro n. 6 mostrava os progressos de física nu-

clear, fixando as grandes etapas do seu desenvolvimento. Fechando o ciclo das descobertas importantes, encontramos a produção dos mesons artificiais, devida ao nosso ilustre patriótico, o Prof. Cesar Lattes. (*)

* *

As consequências ou efeitos principais de uma explosão nuclear, são de 3 diferentes espécies:

- I — Onda de choque e sopro.
- II — Irradiação de calor.
- III — Emissão de radiações e partículas nucleares.

Enquanto os dois primeiros, guardadas as proporções, são comuns aos explosivos ordinários, os terceiros constituem uma característica específica das explosões nucleares, de consequências perigosíssimas para o homem.

O efeito relativo de cada um desses elementos de destruição varia com uma série de fatores diversos, tais como: espécie e potência da bomba; sua posição, altitude ou profundidade; condições meteorológicas (temperatura, humidade, vento, pressão etc.), espécie de material existente ou colocado junto à bomba, etc. etc.

Com o jogo desses fatores, é possível, dentro de certos limites, regular as consequências prováveis da explosão nuclear.

I — O efeito destruidor propriamente dito é devido a concussão do fenómeno explosivo, que provoca uma onda de choque, violentíssima, seguida de um sopro. Na técnica dos explosivos esse poder demolidor é avaliado pela brisância.

O trotil ou TNT, explosivo militar tipo, possui uma brisância da ordem de 10^{12} (1.000.000.000.000) kgm/kg/m²/seg.

Os mais potentes explosivos militares conhecidos não excedem o dobro desse valor, enquanto o explosivo nuclear é bilhão de vezes

(*) OBSERVAÇÕES: Em números anteriores da "Defesa Nacional" foram publicados outros artigos, do mesmo autor, versando o assunto em apêndice: n. 413, de setembro de 1948 — "A Bomba Atômica e as experiências de Bikini" e n. 426, de novembro-dezembro de 1949 — "Utilização da energia nuclear para fins industriais". Vide também "Bomba termo-nuclear de hidrogênio", Boletim do Circulo de Técnicos Militares, n. 37, julho-setembro de 1950.

mais brisante que o TNT, atingindo o valor de 10^{21} , segundo os cálculos é a teoria original do Almirante Álvaro Alberto.

Outra característica importante é a velocidade de detonação que, para o trotil, é de 6.800 metros por segundo, não chegando a 10 mil para os mais potentes explosivos comuns. A velocidade de detonação do explosivo nuclear é da ordem de 10 milhões de metros por segundo ou ainda maior, segundo certos autores. Não se deve confundir essa velocidade, que é o espaço percorrido pela reação na massa explosiva na unidade de tempo, com a velocidade de propagação da onda de choque. Esta, para o explosivo nuclear, é de 15 mil pés por segundo (cerca de 4.600 m/s).

II — O efeito do calor nos explosivos comuns, mesmo os mais quentes, é praticamente nulo, pois a temperatura de explosão não chega a 5.000 graus centígrados. Para o TNT é de 3.00 graus centígrados. No explosivo nuclear, porém, a temperatura ultrapassa 1 milhão de graus, sendo que alguns autores consignam valores de 100 milhões até 1 bilhão de graus centígrados.

A temperatura do sol na face externa é de 6.000 gr. cgr., atingindo 20 milhões no interior.

Devido a elevadíssima temperatura da explosão nuclear, o ar é aquecido até ficar incandescente, formando, a chamada "bola de fogo", que dura alguns milionésimos de segundo. No fim de 0,1 milissegundo, a temperatura desce da casa dos milhões para 300 mil gr. cgr. e a luminosidade baixa também muito rapidamente. Naquele instante, na distância de 10 mil jardas (9144 metros) a luminosidade é 100 vezes maior "quo o do sol visto da terra".

No momento da explosão a bola de fogo tem um brilho milhares de vezes mais intenso que o do sol, como tivemos ocasião de observar pessoalmente em Bikini, protegidos por óculos que deixavam passar apenas 0,003 % da luz. A bola de fogo cresce rapidamente e no fim de 15 milissegundos atinge o raio de

300 pés (91 metros) aumentando até o máximo de 450 pés, quando começa a se formar a nuvem atômica com a clássica forma de cogumelo.

A elevadíssima temperatura de explosão provoca facilmente incêndios e causa queimaduras muito sérias. Uma pessoa a 4.000 jardas (3.750 metros) do ponto de explosão tem a temperatura da pele aumentada de 50 graus centígrados no primeiro milissegundo após a explosão nuclear.

Dentro de um raio de 1 quilômetro, uma bomba atômica tipo Hiroshima causa queimaduras fatais ao ser humano não protegido e sujeito diretamente a ação do calor irradiado. A proteção contra as queimaduras é relativamente fácil e os efeitos de absorção, principalmente em distâncias grandes, atenuam muito as consequências.

III — Além dos efeitos comuns a todos os explosivos a bomba atômica, pelas radiações e partículas provenientes da explosão nuclear, exerce um terrível efeito mortífero contra pessoal. As mais perigosas dessas radiações e as partículas nucleares, não podem ser vistas, ouvidas e nem sentidas. Também não possuem cheiro ou sabor; o seu elevado poder letal é insidioso e traiçoeiro.

As radiações das explosões nucleares podem ser grupadas em 2 classes:

A) Radiações electromagnéticas

- a) luz visível
- b) raios ultra-violeta
- c) raios infra-vermelhos
- d) raios gama.

B) Partículas nucleares

- a) neutrons
- b) partículas beta (electrons negativos)
- c) partículas alfa ou núcleos de hélio (2 protons e 2 neutrons)

As radiações iniciais, isto é, emitidas até o primeiro minuto da explosão nuclear, incluem as radiações luminosas e coloríficas, cujos efeitos já foram descritos. Além dessas

são simultaneamente emitidas as seguintes radiações nucleares:

raios *gama* e
neutrons

Na realidade há emissão instantânea de partículas alfa e beta. Dado porém o fraco poder penetrante dessas partículas, que não conseguem atravessar uma camada de ar relativamente pequena, podem os seus efeitos serem desprezados na ocasião da explosão, sendo porém importantes nas radiações residuais.

Os raios *gama*, semelhantes aos raios X, têm efeitos destruidores terríveis sobre as células vivas e os neutrons são partículas muito nocivas aos seres humanos.

As radiações residuais, isto é, que persistem após a explosão e constituem a radioatividade remanescente, são provenientes:

- do explosivo nuclear não fissionado;
- dos produtos da fissão nuclear;
- da radioatividade induzida nos materiais terrestres ou marítimos.

Tais radiações compreendem:

raios *gama*
partículas alfa
partículas beta.

O efeito das radiações varia com a espécie, exigindo proteções de natureza diversa. Os raios *gama* constituem o maior perigo e são de difícil defesa, em virtude do grande poder de penetração que possuem. Os seguintes dados concretos esclarecem o assunto.

A 3.000 pés (945 metros) do ponto de explosão, as radiações iniciais causam a morte de 50 % dos seres humanos, mesmo protegidos por 12 polegadas (30 cm) de concreto.

A unidade de medida de radiação é o roentgen (r) que se define como a quantidade de raios X, ou raios *gama*, que produzirão 2 bilhões de pares de ions em um centímetro cúbico de ar, na temperatura e pressão normais.

A dose letal para uma pessoa humana é de 400 roentgens. Um

indivíduo pode receber até 0,3 r por semana (média de 0,05 r, por dia) ou sejam 15 r por ano, sem nenhum dano, durante a vida inteira. 25 a 50 r, em uma única dose, causam distúrbios que são prontamente reparados pelas defesas orgânicas.

Em geral considera-se que mais de 0,1 r por dia é nocivo; de 50 a 100 perigoso e além disso fatal.

A 2.100 pés (638 metros) da explosão a dosagem recebida é de 10.000 r. Para reduzir essa dose mortal ao limite suportável pelo homem, a proteção necessária é de:

20 polegadas (50,8 cm) de concreto;

3 polegadas (7,6 cm) de chumbo, ou

30 polegadas (76,2 cm) de terra.

Uma pessoa desprotegida a 4.200 pés (1.280 metros) do ponto zero, receberá uma dose letal de raios *gama* (400 roentgens).

Esses dados são todos para a bomba tipo Hiroshima, já obsoleta (equivalente a 20 mil toneladas de TNT) e cujo efeito é decorrente da cisão de 1 quilo de urânio 235 ou plutônio 239.

• •

Os efeitos das radiações residuais dependem da "meia vida" dos produtos radioativos provenientes da explosão nuclear. Entre esses produtos, por exemplo, contam-se o próprio urânio 235 e o plutônio 239 que não chegaram a tomar parte na reação de cisão nuclear, pois esta só atinge 1 a 5 % da massa do explosivo nuclear utilizado. A meia vida desses dois elementos radioativos, isto é, o tempo no qual metade do núcleo se decompõe, emitindo radiações, é a seguinte:

Urânio 235 — 7×10^8 anos (700 milhões de anos).

Plutônio 239 — $2,4 \times 10^4$ anos (24 mil anos).

• •

No caso de uma explosão aérea, os efeitos das radiações imediatas são muito fortes, e os das radiações residuais quase nulos, pois os produtos radioativos sobem com a nu-

vem atômica e se dispersam na estratosfera.

Uma explosão no solo, ou perto dele, produz radiações imediatas de reduzido efeito e radiações residuais perigosas.

Na explosão submarina são quase nulos os efeitos das radiações imediatas e muito consideráveis os das radiações residuais, devido a contaminação radioativa da água, principalmente água salgada. A explosão submarina de Bikini (teste Baker) mostrou que grandes quantidades do sódio existente na água do mar absorvem neutrons, formando um isótopo radioativo que emite raios gama e partículas beta, transformando-se em magnésio.

O efeito calorífico é muito grande na explosão aérea; reduzido a uma pequena área na terrestre

e praticamente nulo na explosão submarina.

O poder destrutivo aumenta proporcionalmente a raiz cúbica da potência do explosivo. Assim, um explosivo 1.000 vezes mais potente que outro, tem o seu poder destruidor ou, melhor, o seu raio de ação, somente 10 vezes maior.

O raio de ação de calor irradiado pela explosão atômica varia, teoricamente, na razão da raiz quadrada da potência.

Para terminar, comparemos uma bomba atômica de cisão nuclear, tipo Hiroshima (equivalente a 20 mil toneladas de TNT) com a super-bomba de hidrogênio (que utiliza a reação de fusão nuclear) suposta com uma potência mil vezes maior. Teríamos então:

	Bomba Atômica	Super-bomba de hidrogênio
Raio de destruição	1,6 quilômetros	16 quilômetros
Raio de queimaduras fatais (pessoas desprotegidas)	1 quilômetro	30 quilômetros

Nossa geração teve o privilégio de liberar e dominar a energia armazenada no coração dos átomos. A primeira aplicação prática dessa força incomensurável foi de natureza militar, apressando a vitória dos que lutavam pela causa justa, em defeza da civilização e da liberdade.

O emprêgo futuro da energia atômica é ainda incerto, em face dos dias agitados que estamos vivendo, num mundo inquieto, desequilibrado econômica e socialmente, dividido por ideologias antagônicas e, talvez, irreconciliáveis. Se as forças nucleares forem outra vez empregadas em uma luta armada, por certo hão de novamente concorrer para a vitória da civilização contra a barbárie e o despotismo, salvando mais

uma vez a liberdade e a dignidade humanas, que constituem o nosso mais precioso patrimônio moral.

Os nossos votos, porém, são para que essas forças — que mantêm o calor solar e asseguram a vida na face da terra — correspondam às expectativas da humanidade. Os homens que as descobriram e dominaram, hão de saber empregá-las para o bem estar do gênero humano. Iniciar-se-á então, uma nova era atômica de paz e fartura, com o domínio definitivo do espírito sobre a matéria, do amor sobre o ódio. E quando chegar essa época — com a qual todos nós sonhamos — o Brasil terá certamente o lugar que merece e lhe está reservado no conjunto das nações livres e predestinadas.

OS MILITARES E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

I

IMPORTANCIA E NECESSIDADE DO ESTUDO DA QUESTÃO

É possível que a simples enumeração do título destas notas venha a causar estranheza em muitos camaradas e suscitar, naturalmente, indagações e perguntas como as seguintes:

— Que têm os militares a ver com os problemas sociais?

— Para que distrair a atenção, quem sabe perder tempo, com questões dessa natureza, que podem facilmente levar ao debate de assuntos inconvenientes, ou perigosos, no seio das classes armadas?

— Não é bastante, ou suficiente, a um militar, conhecer perfeitamente as prescrições dos regulamentos, a nomenclatura e o emprego tático do armamento, de modo a poder conduzir acertadamente a tropa de seu comando e empregá-la bem, taticamente, na ocasião oportuna e necessária?

Essas e outras interrogações semelhantes poderão ocorrer diante do tema relativo à questão social e os militares, porém somente os menos avisados, ou os que apenas superficialmente conhecem a importância da missão social das forças armadas, poderão negar o interesse, digamos mesmo a necessidade, que têm os militares de conhecer os problemas sociais da época contemporânea.

Para explicar e plenamente justificar esse interesse e essa neces-

sidade, nem se faz mister aprofundar considerações de ordem política e econômica, pois a própria observação dos acontecimentos que se desenrolam no cenário mundial deixa transparecer claramente como e porque incumbe, obrigatoriamente, a qualquer militar — muito particularmente aos oficiais de todos os postos — procurar ter uma idéia atual e correta a respeito das questões de natureza social.

Ninguém ignora, com efeito, que os povos vivem atualmente, em todos os quadrantes do globo, premidos e assoberbados pelos problemas de ordem econômica. A crise em que, desde vários séculos, se vem debatendo a humanidade apresentava-se sob uma triplíce modalidade: religiosa, cultural e econômica, mas hoje em dia assume um aspecto quase que exclusivamente econômico. Passada a fase turbilhonante de intenso liberalismo, que os concretizou, por assim dizer, na Revolução Francesa, transformando-se na tragédia angustiante que a herança terrível das duas grandes guerras ainda mais agravou, os homens de bem procuram as fórmulas salvadoras que garantam a paz à humanidade. O fator econômico, entretanto, domina todas as soluções tentadas, propostas ou experimentadas, estruturando-se nessa base, especialmente, as formas de auxílio aos povos pouco desenvolvidos, ou às nações mais duramente atingidas

pelo último conflito mundial, tanto para resolver suas dificuldades financeiras, como as de organização política e social.

É mesmo tão expressiva e acentuada essa preponderância, como sinal evidente da aflitiva situação em todo o mundo, que ainda antes de assumir a crise os graves aspectos atuais já um esclarecido sociólogo afirmava categoricamente que

"a fórmula de nossa época é realizar, num espaço restrito e com meios restritos, o máximo de resultados econômicos, sendo esta fórmula não mais liberdade, mas organização".

PARADOXO DA DESORIENTAÇÃO UNIVERSAL

Observando-se, no entanto, como se realiza essa organização, verifica-se, no momento, que não mais se preocupam os governos unicamente com a economia; antes, atendendo a imperativos mais fortes — porque dizem respeito à própria sobrevivência dos povos no regime de liberdade — os responsáveis pelos destinos desses povos cuidam, em primeiro lugar e com especial atenção, de aparelhá-los convenientemente para a defesa de suas liberdades fundamentais, mais ainda do que para a defesa nacional.

E continua-se a notar-se, a esse respeito, o maior paradoxo de um mundo que parece marchar às toltas em busca de não se sabe que destinos: enquanto as nações mais acentuam seus propósitos e desejos de paz, mais e mais aumentam seus preparativos para uma nova guerra, como se procurassem cimentar no ódio e na desconfiança a fraternidade universal e o espírito de colaboração e assistência mútua. Isso resulta, porém, do fato de que, reunidos os homens para dirimir as querelas e desinteligências internacionais, em vez de conseguirem a união sob o signo da paz e da tranquilidade dos povos, veio o mundo moderno a ficar dividido "profunda e decisivamente em duas zonas incomensuráveis —

a comunista e a não-comunista", — conforme a observação de James Burnham, tentando a zona comunista infiltrar-se, na realidade, em todas as áreas geográficas da terra, inclusive no interior de cada nação e independente de suas fronteiras oficiais.

E é assim que, sangrando ainda das ruínas e monstruosidades da última hecatombe, o mundo desvalado de hoje chega à situação alarmante em que se encontra, com o fantasma sinistro da guerra a palrar de novo, ameaçadoramente, sobre a humanidade inteira.

A GUERRA — UMA GRAVE REALIDADE

Por obrigação profissional, todavia, temos de encarar a guerra como uma eventualidade com que sempre nos podemos defrontar, embora não desejada. E assim — hoje mais ainda do que em qualquer outra oportunidade — mister se faz que tenhamos uma visão nítida do assunto.

"A guerra é realidade — já acentuava o General Ludendorff — a realidade das mais graves na vida de um povo". Mas, hodiernamente, essa realidade grave assume caráter todo especial. Não mais se trata de um duelo entre exércitos nacionais, como outrora e até há pouco, porém, sim, de uma luta titânica de povos inteiros, ou de conglomerado de nações, cujos destinos se lançam por completo na balança e a sorte das armas, para serem decididos não apenas nas frentes de batalha, mas em todo o território dos países em guerra.

Tem-se o que o antigo Chefe do Estado-Maior Alemão chamava de "guerra total", cujo conceito leva o meio preconizado por Clausewitz para aniquilar o adversário — o simples aniquilamento de seus exércitos — a um âmbito muito mais amplo, a uma amplitude já-mais imaginada, de molde a envolver nações inteiras e raças as mais diversas. É que "o caráter da guerra total exige todo o potencial de um povo" e, por isso mesmo, os problemas que lhe dizem respeito, interessando à capacidade de resistência dos povos em luta,

abrangem toda a coesão anímica desses mesmos povos, o verdadeiro Exército da atualidade, e toda a economia nacional vem a ser orientada no sentido de dotar os elementos que constituem as forças armadas — o povo, em última análise — de todo o apoio material e moral para a campanha. A guerra, enfim — segundo expressões de Von der Goltz — em sua forma moderna, penetra profundamente na vida política, social e econômica das nações.

E o inverso não é menos verdadeiro, como podemos concluir perfeitamente através das seguintes considerações de autorizada publicação do Estado-Maior de nosso Exército:

"Tão complexas se fazem as questões militares nos tempos atuais de guerra total que os grandes países procuram, desde o tempo de paz, estabelecer colaboração entre os responsáveis pela direção dos grandes departamentos de sua vida, através dos Conselhos de Segurança Nacional, permitindo assim aos seus estadistas e chefes militares o conhecimento das necessidades e possibilidades dos diferentes setores. Não seria exagero acrescentar que, hoje em dia, as figuras dos grandes generais revestem também a de notáveis estadistas, tão identificadas andam as duas e tão brilhantes e numerosos são os exemplos por toda a parte. (*"Direção da guerra e política agem de comum acordo e o general em chefe faz-se também estadista"* — já ensinava Von der Goltz)".

Aludindo, então, ao conhecimento, à segurança e à clara e alta visão com que os chefes mais ilustres dos grandes Exércitos se referem a qualquer problema importante, nacional ou internacional, ainda afirmava a mesma publicação que

"o saber, a cultura, o amor ao estudo sempre foram apanágio dos grandes capitães de todos

os tempos. Sejam, na antiguidade, Ciro ou Alexandre; nos tempos romanos, Scipião ou Cesar; nos tempos modernos, Frederico ou Napoleão, todos esses altos exemplos foram inteligências sequiosas de cultura, abertas a todos os conhecimentos, procurando alcançar a vista geral e compreensiva que os distinguiram e notabilizaram".

O TEMPO QUE PASSOU

Dentro dessas idéias, precisamente, é que o General Paul Azan — citado no estudo que vimos acompanhando — afirmou, então, de modo claro e incisivo:

"Já passou o tempo em que um oficial, porque adquirira conhecimentos históricos, sociais, econômicos, geográficos, financeiros, comerciais ou literários, era acusado de não ser um "verdadeiro militar" e em que sua liberdade de julgamento constituía um obstáculo à promoção. O que ontem era uma falta é, hoje em dia, qualidade e, graças a isso, será feito um melhor recrutamento de chefes".

Não pode haver dúvida, portanto, de que as interrogações a que aludimos de início só ocorrerão — se isso se der — a espíritos menos avisados, ou que desconheçam por completo a complexa e elevada missão social das forças armadas, na época atual. Ora, decorre daí, exatamente, a importância e a necessidade do estudo dos problemas sociais para os militares em geral e para os oficiais em particular, ainda mais que a situação presente se caracteriza, no mundo, por uma luta gigantesca em torno de ideologias contraditórias, constituindo o conhecimento das doutrinas sociais não apenas um coroamento de cultura individual, mas "a própria base da concepção política que deve possuir todo homem com responsabilidades na coletividade nacional".

ROTEIRO PARA UM ESTUDO DA QUESTÃO

Nas despretensiosas notas que divulgaremos a seguir, procuramos reunir algumas considerações já oferecidas, há alguns anos, à meditação de muitos companheiros de arma. Nelas abordamos o socialismo e suas causas, estudando mais demoradamente o seu aspecto de maior atualidade, qual seja o comunismo soviético, para evidenciar não apenas as misérias que tem acarretado em sua prática, como também os seus erros fundamentais e suas refalsadas mistificações, de que tantos males têm resultado para toda a humanidade.

Vamos começar, entretanto, por tentar empreender um resumo da questão social, desde os "primeiros sinais de revolta" até que começaram a surgir os protestos solenes e formais às doutrinas socialistas na sua fase ainda um tanto teórica, digamos assim, deixando para apreciar os aspectos modernos, de caráter revolucionário comunista, em partes posteriores, a serem publicadas oportunamente.

Com esse roteiro para o estudo da questão, passemos, pois, à síntese que procuramos esboçar e que será o assunto do próximo número de "A DEFESA NACIONAL".

A seguir: Síntese do desenvolvimento da questão social.

BOAS FESTAS E FELIZ ANO NOVO

(Agradecimento e retribuição)

"A Defesa Nacional" agradece e retribui as seguintes mensagens de fraternidade recebidas por ocasião da passagem do ano:

Coronel Alberto Bergalli, Diretor do Serviço Geográfico da República Oriental do Uruguai.

Cmt. e Oficiais da Fortaleza de S. João

Multigraph do Brasil S.A.

Janér, Cia. Comércio e Indústria.

Major Darcy Vignoli e Senhora.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO NACIONAL

Cel. J.B. MAGALHÃES (Da 1ª Classe da Reserva do Exército).

"La politique est comme la physique; il n'y en a qu'une de bonne: c'est l'experimental. Je dit donc: ouvrez l'histoire..."

JOSEPH DE MAITRE

A situação nacional é evidentemente doentia. Doença crônica entrada em crise aguda. Mal da alma que enfraquece o corpo, mal do corpo que vai aniquilando a alma.

Originada na debilidade econômica do país, em virtude das incompreendidas condições nacionais relativamente às características da civilização industrial, está ameaçando de morte a Nação. As métricas que mais lhe têm sido aplicadas, por curandeiros políticos inconscientes, e, não raro, mal intencionados, os que mais proliferam, sob o falso pretexto de lhe promoverem alívios, ou progressos, só têm produzido efeitos maléficos.

Na última década tudo piorou muito, com o recurso ao inflacionismo monetário. Panacéia tremendamente tóxica! De começo, causa em todo o corpo pátrio uma agitação febril mas logo lhe desequilibra o metabolismo natural da vida. Desde então, mais e mais, se enfraquece a sua economia, e dia a dia, mais se vão infeccionando as almas, corrompendo as mentalidades e costumes.

* *

O continuado inflacionismo monetário, com os efeitos que estamos sentindo, e que só não vê quem não quer, é, de resto, flagelo que se vicia à América Latina.

Focalizou-o o Sr. Edward G. Miller Junior, Secretário de Estado

Adjunto, dos Estados Unidos, na 38ª Conferência do Café, realizada na Flórida, em 5 de dezembro último. Foi claro embora cuidadoso de ferir melindres.

Lembrou o Sr. Miller, não ter ainda o delírio inflacionista causado a mais tenebrosa ruína nos países latinos-americanos, por causa de certas compensações havidas no comércio exterior. As compras extraordinárias nêles feitas pelas nações que se preparam para a eventualidade de uma terceira guerra mundial, juntas a restrições nas respectivas importações, têm neutralizado um pouco os maus efeitos da superabundância de moeda, conseqüente do emissãoismo resultante da deficiência política e moral dos governantes.

Sugeriu, o estadista iânque, ser urgente fazer cessar tal estado de coisas, para evitar calamidades públicas, com a sublevação caótica dos povos acossados pela fome, ou, talvez, a morte de suas nações. É preciso, disse ele, agir quanto antes. De resto não ser assim, a ajuda técnica e financeira que os EE.UU. lhes podem proporcionar para a melhora de seus padrões de vida, é ineficaz. Fêz mesmo compreender que seria negada, e com sobejas razões, pelo justo receio de virem a ser os capitais, a ela destinados, devorados, sem maior proveito para os povos, pelos tubarões, piranhas e parasitas, que infestam os Estados dos países latinos-americanos.

Disse claramente qual era a solução de semelhante crise: *acabar com os déficits orçamentários e controlar o crédito*, isto é, fazer economias nas despesas do Estado, conjuntamente com adequado lançamento de impostos e honesto funcionamento do mecanismo bancário.

Tem razão o Sr. Miller. É preciso fazer-se isto sem hesitar e quanto antes.

* *

CUSTO DE VIDA

Média mensal de 1946 = 100

1945	85,8
1946	100,0
1947	121,9
1948	126,0
1949	131,5
1950	—
1951	?

* *

A crítica feita à América Latina, o Brasil, mais do que qualquer outra nação, lastimavelmente a merece.

O que se passa nêla denuncia espantosa ignorância dos fatos econômicos da realidade moderna, e inconsciência do que sejam deveres sociais, políticos, administrativos e, em suma, patrióticos.

Não exageramos. É isto o que se pode concluir dos seguintes dados numéricos:

RECEITA FEDERAL ARRECADADA

Cr\$ 1.000

1945	8.852.056
1946	11.569.575
1947	13.853.467
1948	15.698.971
1949	17.916.540

DESPESA REALIZADA

Cr\$ 1.000

1945	10.839.323
1946	11.202.544
1947	13.393.228
1948	15.695.591
1949	20.726.713

MEIO CIRCULANTE

Cr\$ 1.000

1945	17.530.500
1946	20.489.362
1947	20.394.536
1948	21.692.976
1949	24.042.173
1950 — Setembro..	28.710.832

Dêste estado maléfico de nossas coisas não é somente culpado o Governo. É toda a nossa grei de letrados dos diversos grupos sociais.

A maioria da nossa gente que sabe ler, lê mal, e não percebe o que é e para que serve o dinheiro. Nem vê que o bem-estar de cada qual numa sociedade, só pode ser satisfatoriamente assegurado com o bem-estar de todos, em justa relação. Não percebe a importância do ambiente moral, formado sempre pelo concurso dos comportamentos individuais, em todas as circunstâncias.

É o que muito bem se constata na pugna por ganhar mais, desenvolvida pelos que recebem do Tesouro. Fazem pressão sobre os politiquelhos para aumento de seus vencimentos em vez de fazerem-na para barateamento do custo da vida... A idéia de receber mais atordoa a maioria e nem percebem, muitos que tem êsse dever, que isto sendo conseguido à custa de emissões de papel moeda, como é o caso atual, o dinheiro passa a valer menos, perde o seu poder de compra... A vida inevitavelmente encarece a cada jato de moedas introduzidas na circulação, sem que isto resulte de maior riqueza, por maior produção. A miséria geral aumenta naturalmente com a elevação dos preços dos bens daí resultante. Os magnatas, os únicos que lucram com a alta dos preços, mais e mais enriquecem...

É assim que, em ritmo dia a dia mais acelerado, notadamente na última década, se vem tudo fazendo

para destruir esta nossa magnífica Pátria, obra do gênio lusitano, tão custosamente construída por nossos antepassados.

No fundo tal estado de coisas é prova de *incultura*, mas *incultura* de que o *inflacionismo monetário* propositado dá bem a justa medida, evidenciando até onde chegou a nossa degenerescência... Degenerescência bem retratada pelo Deputado Sr. João Cleofas ao relatar o seu parecer contrário à concessão do abono de Natal, essa *trouvaille* do demagogismo libertino de inefáveis representantes da chamada soberania nacional. Ao relatar esse abono que se projetou dar, festejando com 1.000 cruzeiros os que vivem do Tesouro (incluídos os que recebem até 30.000 e mais mensalmente) à custa de emissões de papel moeda, que vêm a sacrificar a vida de todos, sem que se ouvisse de um só deles a menor voz de discordância!...

Isto vale uma síntese. Síntese que o Sr. Cleofas faz nestes termos:

"O Brasil como que está se desintegrando, levado para o reino da loucura. Essa corrida para o elaticamento do deficit através de toda sorte de dissipações; essa furia de equiparações; reestruturas, de reajustamentos, essa cauda de pretensões contra o Estado em que se inclui até o próprio código de vencimentos e vantagens, pouco adiantará aos seus ilusórios beneficiários."

"Cada medida desta natureza aumenta a desordem financeira, reflexo da desordem moral e cívica em que vivemos."

"O Brasil está se transformando numa terra caída levada pelas águas da insânia, da demagogia, da mais sombria inconsciência."

"Mas para quem apelar?"

* *

Mas, para quem apelar? Sem dúvida para os que ainda têm algum amor à Pátria e alguma capacidade de compreensão dos males que a estão matando. Para os que o incivismo não matou.

Não podem as classes armadas deixar de atender a tal apelo, a menos que não haja no seu seio ninguém e nada sadio, o que, felizmente, não é o caso.

A esse apelo terão que responder coletiva e individualmente, reagindo com franqueza contra tudo que é *inverdade na coisa pública*. E em luta, essencialmente de caráter individual, pela restauração do mais pleno conceito do que é *probidade*, que melhor se há de fazer sentir a eficácia de sua reação benéfica. Certamente isto reclama coragem, sinceridade e muita abnegação, a par de bastante esforço para bem compreender a situação. De compreender e de sentir a realidade de nossas coisas boas e más. De compreender e sentir o significado e o destino das instituições nacionais, para evitar que se deturpem, vilipendiem ou aniquilem pelos sofismas de que lançam mão os egoístas para forrarem os seus ponchos, sob o pretexto de as servirem.

Reclama, sobretudo, compreender e sentir que na hora presente, o mais importante para os interesses da saúde nacional é obstar o *inflacionismo monetário*, por todos os meios e modos, porque sem isto nenhum problema pátrio poderá ser resolvido...

O descabro descrito pelo Deputado Cleofas é resumido no *inflacionismo monetário*, filho da *ignorância* conjugada com a *corrupção*, e fator fortemente estimulante de todas as corrupções, desde a da economia até a dos costumes, da sociedade e dos indivíduos.

A situação nacional é grave. A menos que celularmente doentias, não lhe podem ficar indiferentes as classes armadas. Indiferentes ou passivas.

Para curá-la só há um remédio: *probidade*. *Probidade* vista sob todos os aspectos e propósitos, e praticada em todos os setores da vida pública. *Probidade* que se traduza pela boa conduta de todos os cidadãos, notadamente os integrantes das classes armadas, em face de seus deveres explícitos e, especialmente, dos implícitos.

REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA MILITAR — PORTUGAL

O número de novembro de 1950 desta excelente revista contém um interessante trabalho do Capitão de Fragata Gabriel Prior, sobre a Geografia e a Estratégia, no qual o autor faz um estudo das ações do homem sobre os continentes, os mares e o ar, em seguida analisa a estratégia terrestre, marítima e aérea, concluindo o seu artigo com uma apreciação sobre Portugal e a estratégia mundial.

No mesmo número desta revista encontra-se ainda, outro valioso trabalho do Cel. de Engenharia Eduardo Pires, sobre "Estratégia total" no qual o autor mostra que a ciência da direção das guerras exige profundos conhecimentos de Geografia, História, Economia, Etnografia e Política além dos assuntos Militares.

REVUE MENSUELLE DE L'ARMÉE DE L'AIR — FRANÇA

Entre diversos artigos muito interessantes, publicados como de costume por esta revista francesa de assuntos militares, encontra-se no número do mês de agosto de 1950, um trabalho do Cap. J. Bertin sobre o emprego da aviação na guerra da Coreia, no qual o autor cita o efetivo inicial das forças aéreas das Nações Unidas, seus objetivos e o papel desempenhado pela mesma na fase inicial do conflito.

REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS — VENEZUELA

O número de julho desta excelente revista sul-americana de assuntos militares, publica um precioso trabalho sobre "Princípios, formas e técnica para estudar", traduzido do manual "How to Study" da "Air University" da Força Aérea dos EE.UU. No trabalho em apreço é exposto um método racional, simples e objetivo para se estudar um tema qualquer.

REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS DE LA NACION — PARAGUAI

Os últimos números desta revista vêm publicando um excelente trabalho do Gen. Nicolas Ern, sobre "A Estratégia mundial e a defesa do continente sul-americano" contra possíveis ações da URSS em caso de uma nova guerra universal.

No número relativo aos meses de março e abril do ano próximo passado, foi publicado também um trabalho do Ten.-Cel. Arold Ramos de Castro, do Exército brasileiro, sob o título "O cavalo e o motor na organização da Cavalaria", transcrito da "A Defesa Nacional" n. 412, de setembro de 1948.

APROVEITAMENTO DO S. FRANCISCO

Gen. Antonio de Castro Naschimento

IV

A COLONIZAÇÃO DO S. FRANCISCO

Colônias nacionais — O núcleo Agro-Industrial do São Francisco é a base da colonização do interior do Brasil. O governo mantém seis grandes colônias nacionais, além de núcleos coloniais da baixada e do Núcleo Agro-Industrial. As colônias nacionais distribuem-se pelos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão e Goiás e extintos Territórios de Ponta Porã e Iguacu. Tão criminosamente desaparecidos.

Cada uma delas dispõe de uma área mínima de 300 mil hectares. O governo constrói as estradas necessárias localiza na mesma um posto de administração, dispondo de serraria, olaria, centro médico, farmácia, escolas, oficinas, etc. Os colonos, nacionais e estrangeiros, tratados igualmente, recebem, além do terreno, de tamanho variável, uma casa, assistência técnica e, por empréstimo, maquinária agrícola formando cada uma dessas colônias, futuramente, um núcleo de civilização, nas regiões longínquas da pátria. A mais avançada é a de Goiás, achando mais de 83 famílias entregue ao labor agrícola.

Núcleos coloniais — Os Núcleos Coloniais, em número de quatro, são os seguintes: São Bento, Santa Cruz e Tinguá, na baixada, e Marquês de Abrantes, no Paraná. Ai os colonos adquirem os terrenos a preços módicos e os lotes de terra consignados aos mesmos são de pequena área processando-se o pagamento a prazo dilatado.

Núcleo agro-industrial — O Núcleo Agro-Industrial de Itaparica, junto à cidade de Petrolândia,

Itaparica foi o primeiro núcleo agro-industrial do São Francisco.

Em Itaparica, existe clima magnífico para avicultura e terras favoráveis.

Uma "granja-cidade" para quatrocentos mil poedeiras, a que exige o escoamento de duzentos mil ovos por dia. Em Recife, consome setenta mil diários, o restante terá que ser industrializado, ou mesmo exportado, o que é possível graças ao programa geral de industrialização da cidade.

A avicultura se há de fazer em meio dos pomares irrigados de frutas industrializáveis, para o máximo aproveitamento das terras e do braço.

Um grande matadouro, onde será abatido o gado necessário ao consumo local e da capital pernambucana, será preparado o charque indispensável às populações nordestinas e o sangue e subprodutos do matadouro, para o forrageamento das aves.

O fabrico de laticínios, valorizando o leite em muitas fazendas que hoje vem ordenhando suas rézes.

O núcleo agro-industrial terá a forma cooperativista dos grandes empreendimentos avícolas, com suas indústrias correlatas, a se parcelarem em mãos orientadas pelo poder público, num centro econômico especializado, a se instalar no coração da cidade.

O pomar-aviário é a célula de colonização.

Serão localizadas 500 famílias no núcleo de Itaparica, cujas rendas não serão inferiores a dos devotados magistrados que exercem a

sua missão nos longínquos rincões do Nordeste.

Para cada cidade dessas estão previstas tôdas as instalações de utilidade pública, de conforto e recreio, tais como: serviço médico tão necessário no vale do S. Francisco, serviço de luz, de esgotos, diversões públicas. Instrução primária e especializada com aparelhamentos apropriados, sem luxo, mas com eficiência.

Cidades nesses moldes, deverão ser planejadas nas margens do São Francisco.

Com o povoamento econômica-mente forte com êste forçará obras no leito do rio que tomem mais folgadoamente navegável e imporá, também, passarmos das instalações modestas para as grandiosas que farão irradiar para longe, muito longe das margens do São Francisco, a torrente criadora da energia elétrica gerada a custa de suas cachoeiras.

DEFESA DO TERRITÓRIO NACIONAL

A própria defesa do território nacional exige que a nossa riqueza não se concentre em um dos extremos, pela razão mesma de sua extensão, sumamente expostas e vulnerável. Tudo o que fizermos para imprimir novo ritmo de grandeza econômica, ao Nordeste e Norte do Brasil, irá, por seu modo favorecer os empreendimentos que se iniciarem no sentido de assegurar-se comunicações por terra entre as diversas regiões geo-econômicas do Brasil.

E é bem conhecido o fato de que as civilizações mais poderosas do mundo valeram-se dos vales dos grandes rios com células iniciais de sua existência próspera.

O que devemos é conceber um plano agro-industrial e, em função desse plano, realizar os estudos. O que devemos é conceber, por exemplo, ainda, um plano de navegação deste para aquele trecho do grande rio, e proceder, então, às sondagens que forem precisas e aos projetos hidráulicos que se fizerem necessários.

É o saudoso Roberto Simonsen quem vai propiciar os primeiros dados.

Disse o ilustre economista:

"Somos, neste imenso país de 8.560.000 km², apenas 45 a 50 milhões de habitantes. Pouco mais de 5 habitantes por quilômetro quadrado.

E neste solo invejavelmente ubérrimo, cobrindo um subsolo portentosamente opulento, há uma produção, avallada pela capacidade de consumo, de cerca de 40 bilhões de cruzeiros, ou seja apenas a miséria de menos de 10.000 cruzeiros por habitante. Miséria, repito, porque esta cifra eleva-se a 250.000 cruzeiros para um habitante dos Estados Unidos da América do Norte.

Se compulsarmos outras cifras, o quadro não será mais confortante: total de produção em 1932 = 17.900.000 toneladas; em 1942, um decênio após = 19.400.000 toneladas. Confessemos: estagnação, ou melhor, regressão. Outras cifras, em 1932 e em 1942: frutas = 2.500.000 toneladas, para 2.900.000; produtos tropicais = 1.700.000 para 1.200.000; cereais = 7.200.000, para 7.700.000; outros produtos vegetais = 3.400.000 para 3.900.000, outros produtos animais = 3.000.000 para 3.700.000. Estagnação em tôdas as parcelas; regressão em uma delas."

E ainda Roberto Simonsen que nos dá a resposta, em frases que destaco por serem decisivas na matéria em apreço:

1º — "É imperiosa a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo."

2º — "Tôda a evolução do Brasil tem que ser orientada no sentido do fortalecimento da economia, e com êsse propósito da política agrária, industrial e comercial."

3º — "Impõe-se a planificação econômica, em condições de proporcionar meios que satisfaçam as necessidades essenciais da população, e assecuratórios de uma estrutura econômica e social forte e estável, fornecendo à nação recursos indispensáveis à sua segurança e a uma posição condigna na esfera internacional."

específicas quanto aos programas de solução.

Irrigação — Os projetos de irrigação, tais como os programados juntamente com o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, embora inicialmente dispendiosos, podem aumentar materialmente a produção de certos cereais, especialmente o arroz. Nas áreas sujeitas a secas intermitentes, todos os meios possíveis de criar reservas de água, inclusive a abertura de poços profundos, devem ser explorados.

UM PLANO COORDENADO

A Comissão do Aproveitamento do Vale do São Francisco, recém-criada, encarrega-se do Plano de aproveitamento desse rico e poderoso Vale.

Parece muito aconselhável, como bem diz o Dr. Jorge Zarur, "que seja formulado um plano mestre de trabalhos públicos, abrangendo a terra, a água e o povo da Bacia do São Francisco, e realizado em um lapso de tempo razoável." Qualquer protelação tornará a tarefa mais difícil e dispendiosa. Em qualquer desses planos, vários reajustamentos, inclusive os seguintes, requerem atenção imediata: 1) o desenvolvimento em base econômica dos recursos hidrelétricos de Paulo Afonso, Itaparica e muitas outras quedas; 2) o desenvolvimento de trabalhos de irrigação nas terras mais adequadas para fixação da população local para a colonização com retirantes do Nordeste brasileiro; 3) trabalhos de melhoria no rio São Francisco e nos seus afluentes principais que permitam a navegação segura e livre, durante todo o ano; 4) início de um programa de conservação para controlar a erosão, para proteger a vida animal e a vegetação natural e para eliminar os danos das cheias do São Francisco; 5) elaboração de um programa de construção de estradas para ligar os diferentes pontos da região com as zonas exteriores, e 6) obtenção de auxílio do Conselho Nacional de Geografia na realização dum levantamento cartográfico preciso da Bacia.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

A agricultura deve ser melhorada com o estabelecimento de estações experimentais, fazendas, sítios e chácaras-módulo; com o reajustamento do sistema de propriedades rurais e inventários das terras públicas, com planos de colonização para a população local e retirantes nordestinos; com núcleos coloniais agro-industriais, criado pelo Decreto-lei n. 4.504, de 22 de julho de 1942, com a legalização dos títulos de propriedade das terras economicamente ocupadas; com a simplificação e barateamento do processo de transferência da propriedade; com a introdução de maior variedade e melhor qualidade de sementes; com aumento da eficiência dos métodos de agricultura e preparação dos produtos; com o estabelecimento de armazéns e mercados; com a regularização da produção baseada na irrigação, na construção de silos, depósitos e matadouros-módulo.

A criação base da economia regional deve ser incentivada e as raças melhoradas com a introdução de sangue novo e aperfeiçoamento dos métodos pastoris. Deve ser feita a regularização do suprimento de água e pasto nas estações secas. O plantio da palma e outros pastos deve ser intensificado. O preparo e industrialização dos produtos animais devem ser feitos e auxiliados.

O valor econômico do extrativismo vegetal poderá ser aumentado se medidas efetivas forem tomadas para proteger a vegetação natural e se forem introduzidos melhores métodos de apanha, preparo e industrialização da matéria prima. Deve, também, ser incentivada a mudança gradual do extrativismo para a cultura de certos produtos.

O aproveitamento do peixe deve ser estudado. Estações experimentais devem ser instaladas para melhorar os métodos de exploração e proteção do peixe.

Os transportes devem ser consideravelmente aumentados, melhorados e coordenados.

A navegação deve ser melhorada, fixando, balizando e conservando o canal navegável; construindo estaleiros para reparos; fundindo as companhias estaduais e aplicando a subvenção federal na conservação do rio São Francisco; introduzindo barcos adaptados ao rio padronizando os salários e regularizando as condições de trabalho do pessoal; fazendo uma revisão geral dos fretes. Construir rodovias e ferrovias. Introdução de linhas de ônibus entre as localidades e a bacia.

O comércio deve ser normalizado; construção de frigoríficos e outras facilidades de armazenamento e formação de estoque; com a criação de mercados locais e facilidades de crédito a longo prazo.

Incentivar as seguintes indústrias: produtos alimentícios, indústrias de couro, licores, aguardente, óleos vegetais, têxteis e cordoalha, construção de barcos e móveis. A indústria hidrelétrica deve ser controlada pelo Governo Federal.

Devem ser providas facilidades educacionais, de saúde, higiene, saneamento e habitação. Melhorar a dieta da população.

Para o plano de aproveitamento do São Francisco sugerimos a ordem de urgência geral:

1ª urgência — Solução de Questão dos Transportes.

A solução dessa questão básica para a defesa nacional importa em considerar:

a) A via navegável do curso principal do rio. Essa deverá ser a linha-eixo de todo o sistema de transportes do Vale.

O frete barato do transporte por água se harmoniza especialmente com o grande volume e reduzido valor dos principais produtos locais.

Criação de um serviço permanente de limpeza, conserva e melhoramento do canal navegável;

b) As linhas férreas de escoamento. As providências preliminares a serem tomadas consistirão em harmonizar com as necessidades regionais as condições de tráfego e de tarifa das duas linhas férreas

de escoamento que atualmente servem ao São Francisco, ou sejam as de Juazeiro a Salvador e de Pirapora ao Rio e São Paulo.

Ampliar as ligações da região Sanfranciscana com o litoral.

c) As linhas de transportes interno. A rede de transportes internos da região terá como eixo a navegação do curso principal do rio e será formada pelas linhas de navegação dos principais afluentes conjugadas com um sistema de rodovias de primeira classe.

O desobstrução do canal navegável de alguns afluentes, como o do Urucuia, por exemplo, será feita conjuntamente com as obras de aproveitamento do respectivo subvale.

2ª urgência — Estabelecimento dos Centros Agro-Industriais Ribeirinhos. Esses centros deverão ser localizados de preferência nos grandes entrepostos comerciais que já existem ao longo do vale do rio como sejam, Januária, São Francisco, Rio Branco, Barra e outras, assim como em Pirapora e Juazeiro, que são pontos de entroncamento da navegação com a ferrovia.

Dotar esses centros de força hidrelétrica necessária, lançar aí indústrias adequadas à região destinadas especialmente a beneficiar e transformar os resultados da produção local.

Promover a instalação de curtumes, charqueadas, usinas de beneficiamento de algodão, refinarias de óleo, fábricas de tecidos grosseiros, de sacarias e de outras indústrias.

3ª urgência — O aproveitamento dos Subvales.

É nos subvales da região, especialmente do Rio Grande, do Corrente, do Carinhonha, do Urucuia e do Paracatu que se encontram as melhores áreas agrícolas do rio São Francisco.

Projetados os serviços de barragens e irrigação, será feita a desapropriação das terras necessárias à execução das obras e a formação de Colônias Agrícolas, dando-se início aos trabalhos de aproveitamento.

Iniciar as obras para o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Vale.

BIBLIOGRAFIA

- O Rio São Francisco — Fator. Precipuo da Existência do Brasil — Geraldo Rocha.
 A Bacia do Médio São Francisco — Jorge Zarur.
 O Rio São Francisco — Ministério da Agricultura.
 Um Plano para Exploração e Povoamento do Vale do São Francisco — Ivan L. Magalhães Pinto.
 O Rio São Francisco e os destinos

do Brasil — João Coelho Brandão.

São Francisco (Conferência) — Geraldo Rocha.

O aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso — Apolonio Sales.

Potencial Hidrelétrico do São Francisco — Apolônio Sales.

Estudos preliminares para um Plano de Recuperação do Vale do São Francisco — Henrique Novais.

Relatório Final apresentado pelo Ministro da Fazenda, em 7-2-949

— Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Pub. 11 — 3º Vol. Cavalaria. Org., Emprego — Segurança — E. A. O.....	6,00
Pub. 5 — Cooperação das Armas e Serviços. Palestras Iniciais — E. A. O.....	25,00
R/2 Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas — E. A. O...	6,00
Pub. 12 — "1º Vol." Intendência, Organização e Emprego — E. A. O.....	9,00
P. P. — 7-10. Programa Padrão de Instrução para os Regimentos de Infantaria — C. A. E. R.....	8,00
A Revolução de 1842 — Martins de Andrade.....	25,00
Inglês Básico e Prático — Vitor José Lima.....	20,00
A campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro C. de Lima.....	25,00
Métodos de Instrução. Conferências — 2ª edição aumentada — E. A. O.....	18,00



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

GENERAL JOSÉ MARIA DOS ANJOS ESPOZEL JUNIOR

(1840-1896)

Cel. LAURÊNIO LAGO

Filho de José Maria dos Anjos Espozel, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de outubro de 1840.

Assentou praga voluntariamente e jurou bandeira no 1º batalhão de artilharia a pé no dia 20 de novembro de 1856 e foi reconhecido soldado particular em 1 de dezembro do mesmo ano.

Em aviso do Ministério da Guerra de 28 de março de 1857 se lhe mandou contar tempo de serviço de 12 de março a 18 de novembro de 1856 por ter estudado com aproveitamento na Escola Militar, tendo completado o curso de artilharia pelo regulamento de 1860.

Foi promovido a 2º Sargento em 11 de dezembro de 1861 e desligado do 1º batalhão de artilharia a pé, a que pertencia, por ter sido promovido ao posto de 2º tenente em decreto de 2 de dezembro de 1862 e classificado no 4º batalhão da mesma arma.

Achando-se adido ao 1º Batalhão recolheu-se à Corte com o batalhão em 22 de dezembro de 1864 e com o mesmo corpo embarcou no vapor "Cruzeiro do Sul", fazendo parte da 1ª brigada expedicionária com destino ao sul, fora do Império, no dia 26 do referido mês.

Desembarcou em Fray Bento, departamento de Paissandú, no Estado Oriental do Uruguai, a 5, reembarcou com a ala esquerda do batalhão a 18, com destino a Santa Luzia, onde chegou a 27, tudo de janeiro de 1865 e fez junção com o Exército do Sul em operações, passando a pertencer à 2ª brigada.

Em 31, ainda de janeiro, marchou com o exército sobre a cidade de Montevidéu e acampou na

Vila da União junto àquela cidade no dia 6 de fevereiro seguinte.

Foi promovido ao posto de 1º tenente em 18 deste último mês e continuou no mesmo destino.

Havendo o inimigo deposto as armas, e feita a paz entre o Império e o Estado Oriental do Uruguai, marchou com o batalhão para o Cerro e acampou a 24, ainda de fevereiro.

Em 2 de março foi classificado no 4º batalhão de artilharia a pé, continuando adido ao 1º batalhão, para o qual foi transferido em 21 de abril.

Acampado no Cerro de Montevidéu, marchou e embarcou no vapor Princesa a 26 de maio, desembarcou a 30 junto ao arroio São Francisco, donde seguiu a 31, indo acampar com o exército em operações contra o governo do Paraguai na margem do arroio Dayman em 1 de junho.

Em marcha pelo Estado Oriental do Uruguai passou com o exército para o território da República Argentina a 30 do referido mês de junho.

Em 3 de janeiro de 1866 foi nomeado para instruir o 4º corpo de voluntários da pátria, sendo dispensado a 7 por serem necessários seus serviços no batalhão.

Marchou do acampamento de Talacorá com o batalhão e acampou com o exército na margem esquerda do Rio Paraná a 26 de março, assistindo a colocação das nossas baterias no porto de Aranda no dia 28 e tomou parte no bombardeamento feito pelas mesmas contra as fortificações do Itapirú, baterias flutuantes e vapores inimigos nesse dia e nos posteriores, tudo no referido mês de março.

Transpôs o Rio Paraná com o 1º corpo do exército para a República do Paraguai a 19 de abril e acampou com o batalhão junto às fortificações do Passo da Pátria, abandonadas pelo inimigo.

Assistiu ao ataque contra as forças inimigas em seus entrenchementos e evacuação das mesmas no dia 20, tomou parte na batalha de 24, tudo de maio, em Tuiuti, no flanco esquerdo do acampamento Rojas, onde com as baterias do batalhão repeliu o inimigo que a todo custo pretendia cortar nossa linha de operações.

Acha-se contemplado com os demais oficiais e praças do batalhão na parte dada pelo brigadeiro comandante geral de artilharia, pelos relevantes serviços que prestaram na referida batalha, tornando-se dignos dos maiores elogios; e bem assim na parte do comandante da 17ª brigada pelo comportamento que tiveram na mesma batalha, pois, não obstante ser sua artilharia muito pesada e de muito difícil marcha apresentaram-se na linha de combate na ocasião em que seus serviços eram mais necessários e lembravam por sua calma e sangue frio que de seu seio saiu a brilhante e brava guarnição da ilha do Itapirú.

Assistiu ao bombardeamento que por espaço de seis horas nos infligiu o inimigo no dia 14 de junho e destacou com o batalhão para guarnecer os entrenchementos da vanguarda do exército em Tuiuti a 20 do mesmo mês.

Passou a comandar uma bateria de montanha com a qual tomou parte nos combates de 16 e 18 de julho e foi mencionado na parte do comandante do batalhão por ter dirigido com inteligência, coragem e sangue frio a bateria do seu comando, como se fez público na ordem do dia do comando em chefe do 1º corpo do exército de 13 de outubro.

Tomou parte nos combates de artilharia dos dias 3, 6, 8 e 9, tudo de dezembro.

Em 29 de fevereiro de 1867 deixou o exercício de comandante da bateria de foguetes de guerra e fi-

cou pertencendo à 2ª bateria passando novamente a comandar aquela bateria a 27 do mesmo mês, tendo tomando parte nos bombardeamentos feitos no dia 3 e nas noites de 23, 24, 25 e 27 do referido mês de fevereiro.

Destacou-se com sua companhia para a bateria de montanha no Potreiro Pires a 24 de abril e recolheu-se ao batalhão a 28 de maio, passando a comandar a 5ª bateria e a 8ª companhia.

Em decreto de 1 de junho foi promovido ao posto de capitão para a 1ª companhia, sendo-lhe conferido por D. Pedro II em decreto de 13 de abril o grau de cavaleiro da ordem da Rosa pelos serviços prestados nos combates de 16 e 18 de julho de 1866.

Em 3 de novembro, ainda de 1867, tomou parte contra o assalto inimigo sobre as nossas fortificações de Tuiuti donde foram repellidos e completamente derrotados, sendo louvado pela glória que nesse dia colheu o batalhão e modo valoroso com que seu portou no referido combate.

Passou a servir adido ao batalhão de engenheiros em 13 de março de 1868, assumindo no dia seguinte o comando da 2ª companhia.

Comandando um contingente do batalhão de engenheiros expedicionou com a coluna ao mando do general João Manoel Mena Barreto a 16, recolhendo-se ao batalhão em Pirajú a 27, tudo de maio, onde reassumiu o comando da 2ª companhia na mesma data.

Está compreendido no voto de felicitações e reconhecimento da Câmara dos Deputados e Senadores dirigido às forças brasileiras pelos triunfos que obtiveram na guerra de honra em que se achava empenhado o Brasil, alcançando para a Pátria glória imorredoura e para si renome e gratidão do país.

Em 1 de agosto marchou de Pirajú com a ala direita do batalhão comandada pelo coronel Conrado Maria da Silva Bitencourt, fazendo parte do 1º corpo de exército em perseguição do inimigo.

Chegou a 5 à picada de Sapucaí, onde debaixo de continuo fogo de

gando a 14 de agosto e aquartelou em São Cristóvão na mesma data.

Foi-lhe conferido o grau de oficial da ordem da Rosa em decreto de 6 de setembro, pelos serviços prestados na guerra do Paraguai nos combates das Cordilheiras.

Em janeiro de 1871 foi nomeado ajudante do diretor do Laboratório Pirotécnico do Campinho.

Em atenção aos seus bons serviços foi agraciado com o grau de cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz em decreto de 24 de janeiro de 1872.

Foi transferido para o corpo de estado-maior de artilharia em decreto de 17 de outubro ainda de 1872.

Em decreto de 25 de julho de 1880 foi promovido, por merecimento ao posto de major, sendo dispensado em portaria de 28 do cargo de ajudante do Laboratório do Campinho e louvado pelos bons serviços que ali prestou durante quase dez anos.

Em portaria do Ministério da Guerra de 12 de julho de 1881 foi mandado elogiar pela inteligência com que se houve nos esforços que empregou com o intento de fabricar no mencionado Laboratório Pirotécnico cartuchos de inflamação central para clavinás Spencer e Winchester.

Em aviso de 2 de maio de 1882 foi mandado adir à Comissão de melhoramentos do material de guerra, a fim de ser empregado pelo comando geral de artilharia como melhor convier.

Foi mandado louvar em aviso de 25 de novembro, publicado em ordem do dia da Repartição de Ajudante General de 22 de dezembro seguinte, por ter concorrido para o bom estado em que se acha o Laboratório do Campinho.

Em portaria de 30 de junho de 1883 foi nomeado membro adjunto da Comissão de melhoramentos do material de guerra e secretário da mesma Comissão.

Foi mandado louvar em portaria de 7 de agosto de 1884 pelo modo porque desempenhou, como relator, os trabalhos da Comissão incumbida de proceder ao exame das pólvoras existentes no depósito do Bo-

queirão e Inhomerim, conforme propôs o marechal Conde D'Eu.

O Ministério da Guerra em aviso de 16 de agosto referido, mandou tornar extensivo a este oficial o louvor contido em outro aviso do dia 8, pelo seu exemplar merecimento e valiosos serviços que prestou com zelo, dedicação e inteligência no estado-maior de sua alteza o marechal Conde D'Eu, por ocasião dos exercícios da Escola Militar.

Em 18 de novembro de 1887 foi nomeado para cumulativamente com o lugar de secretário da Comissão de melhoramentos do material de guerra, exercer o de secretário do comando geral de artilharia durante a ausência do major Estevão Joaquim de Oliveira Santos.

Foi designado em aviso de 12 de agosto de 1885 para servir junto a Sua Alteza o Príncipe Marechal do Exército Conde D'Eu, na qualidade de secretário, por ocasião dos exercícios gerais que vão ter lugar na fazenda de Santa Cruz, conforme propôs o mesmo marechal.

Foi promovido ao posto de tenente-coronel por decreto de 23 de janeiro de 1889 e classificado no corpo de estado-maior de artilharia e ao de coronel em decreto de 17 de março de 1890 para o 4º regimento de artilharia a cavalo, e reformado no posto de brigadeiro em decreto de 18 de abril seguinte.

Possuía as medalhas das campanhas do Uruguai e Paraguai.

Seus serviços foram aproveitados, depois de reformado, sendo nomeado para inspecionar o 31º batalhão de infantaria em 20 de fevereiro de 1891, a companhia de aprendizes militares de Minas Gerais em 5 de maio seguinte e para continuar na inspeção do 5º regimento de artilharia em 18 de abril de 1892.

Era casado com D. Francisca Luiza de Sousa Espozel.

O general de brigada reformado José Maria dos Anjos Espozel Junior faleceu no dia 7 de dezembro de 1896 na cidade do Rio de Janeiro e foi sepultado no cemitério de São Francisco Xavier.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Major JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I

INTRODUÇÃO

1) *Origem.*

No dia 4 de maio de 1493, o papa Alexandre VI dividiu o mundo entre Portugal e Espanha, estabelecendo a linha que limitaria as conquistas lusitanas das castelhanas, a qual seria o meridiano a 100 léguas a W. dos Açores.

As terras situadas a E. dessa linha seriam portuguesas, assim como as de W. seriam espanholas. Diante da injusta partilha, D. João II protestou:

O *Tratado de Tordesilhas*, assinado a 7 de junho de 1494, resolveu a divergência. A linha divisória passou então a ser o meridiano a 370 léguas a W. das ilhas do Cabo Verde. Essa linha convencional viria a passar na foz do Amazonas e nas proximidades de Laguna em S. Catarina, ficando assim assegurada a expansão lusitana para o W. e implicitamente garantida a cabeça de ponte portuguesa no novo mundo que Colombo já havia descoberto no ano de 1492.

Na segunda viagem que os portugueses fizeram às Índias, Cabral descobriu em meio do caminho a suposta ilha de Santa Cruz que seria mais tarde o Brasil.

A posse da terra e o início da colonização só foi feita entretanto 30 anos depois, com a chegada de Martin Afonso de Souza, no ano de 1531.

2) *Os grandes períodos da nossa formação territorial.*

O contorno geográfico do Brasil se fez durante três grandes períodos perfeitamente distintos.

- o primeiro, de 1534 a 1821, durante a Colonização;
- o segundo, de 1822 a 1872, durante o Império;
- o terceiro, de 1895 a 1909, durante a República.

Cada um desses períodos teve uma característica própria consequente da política adotada pelos governos da Metrópole, do Império e da República, para resolver as questões de limites do Brasil.

Aos conflitos geográficos por causa da expansão no período colonial, sucederam-se graves conflitos políticos e militares durante o Império. A paz só foi conseguida definitivamente depois da República.

3) *Aspecto geral do contorno do Brasil.*

Como consequência natural da fisiografia, o contorno do Brasil compreende:

- uma extensa fronteira terrestre de 16.423 km.
- uma longa fronteira marítima de 8.500 km.

A orla terrestre compreende:

- a fronteira setentrional ou amazônica.
- a fronteira meridional ou platina.

A orla marítima, por sua vez, compreende:

- a fronteira do Norte (do Oiapoque ao Parnaíba);
- a fronteira do Nordeste (do Parnaíba ao S. Francisco);
- a fronteira de Leste (do São Francisco ao Cabo Frio);
- a fronteira do Sul (do Cabo Frio ao Chui).

Da diversidade entre as características fisiográficas, econômicas, políticas e sociais de cada trecho, decorre a variedade de tipos de fronteiras existentes.

II

FORMAÇÃO DE FRONTEIRAS

1) No período colonial.

a) Posse, defesa e expansão da Colônia.

Não dispondo de meios suficientes para administrar e defender as suas terras no novo mundo, os reis de Portugal resolveram, no ano de 1534, dividir o Brasil em doze *Capitanias hereditárias*, delimitadas a W. pelo meridiano de Tordesilhas e a E. por trechos do litoral.

Apesar disto as *invasões pelo litoral*, com objetivos de comércio e conquista duraram quase um século (1555 a 1654). Essas operações, constituíram grave ameaça à integridade territorial, mas ao mesmo tempo serviram para despertar o interesse da metrópole pela colônia e para incentivar a ocupação e a exploração da terra.

Como consequência o povoamento do litoral estendeu-se para o N. e para o S. Os franceses, expulsos do Maranhão, foram se instalar na Guiana.

Estando Portugal sob o reinado de Espanha, de 1580 a 1640, as *Expedições Bandeirantes* ultrapassaram os limites de Castela, porque a coroa era a mesma. Depois da Restauração (1640) já as terras estavam ocupadas a assim estendidos os limites da colônia lusitana.

b) Conflitos geográficos.

Como os espanhóis não haviam ocupado a margem oriental do Rio da Prata, os portugueses, descendo de Laguna, fundaram ali a *Colônia do Sacramento* no ano de 1680.

Os castelhanos reagiram e retomaram o histórico povoado, mas pelo *Tratado de Utrecht*, assinado em 1715, foi o mesmo devolvido aos portugueses.

Para fazer face à ocupação lusitana, os espanhóis fundaram

Montevideu no ano de 1725, cuja expansão viria sobrepujar o povoado português.

Vinte e cinco anos depois, isto é, no ano de 1750, pelo *Tratado de Madrid*, as metrópoles trocaram o território da Colônia do Sacramento pelo território das 7 Missões do Uruguai, com o que os jesuitas espanhóis não concordaram. Em vista disso, o *Tratado do Pardo*, assinado no ano de 1761, anulou o *Tratado de Madrid* e a troca entre o território das Missões e a Colônia foi desfeita.

AS INVASÕES

O emprêgo da força foi o recurso adotado pelos espanhóis para afastar os portugueses da margem oriental do Rio da Prata. A primeira invasão, feita por Cebalos, ao longo do litoral, no ano de 1763, foi até a Vila de S. Pedro do Rio Grande. A segunda, realizada por Salcedo no ano de 1773, através do rio Negro, teve em vista assegurar a conquista de Cebalos.

No ano de 1776, foi fundado o *Vice-Reinado do Prata* ao qual passaram a pertencer as províncias de Buenos Aires, Paraguai, Tucuman, Potôsi, Santa Cruz e Charcas.

No ano seguinte, pelo *Tratado de S. Idelfonso*, assinado em condições vantajosas para a Espanha, a filha de Santa Catarina da qual os castelhanos haviam se apoderado por conquista (1775), foi restituída aos portugueses, mas a Banda Oriental do Uruguai inclusive o território das 7 Missões, ficou sob o domínio espanhol.

O território da Colônia do Sacramento foi então incorporado ao *Vice-Reino de Buenos Aires*, mas o território das Missões foi reconquistado pelos portugueses. Depois do *Tratado de paz* entre Portugal e Espanha, assinado em *Badajoz*, no ano de 1801, a Espanha ficou com a praça de Olivença que conquistara durante a guerra e Portugal conservou sob seu domínio o território das Missões do Uruguai.

c) Intervenções do Reinado.

Tendo em vista afastar os franceses da margem norte do estuário

amazônico e restabelecer o limite do Brasil com a *Guiana Francesa*, transferido à revelia de Portugal, do Rio Oiapoque para o rio Araguari. D. João VI determinou a ocupação de Caiena (1809) logo depois que chegou ao Brasil, permanecendo a Guiana sob o domínio português até 1817.

No ano de 1816, fortes contingentes do Reinado lusitano invadiram o território da Banda Oriental do Uruguai, que após 5 anos de lutas (1816/21) foi incorporado ao Brasil com o nome de *Província Cisplatina*.

A intervenção teve por objetivos, estender o domínio português até as margens do importante estuário platino e impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, desfeito pela emancipação das províncias.

No ano de 1816, se passaram outros acontecimentos de grande importância na América do Sul: o Congresso de Tucumán proclamou a Independência da Argentina; Bolívar retornou à Venezuela pela terceira vez, agora porém para conquista do triunfo e da glória; San Martín e O'Higgins empreenderam a vitoriosa Campanha dos Andes para libertação do Chile.

2) No Império.

a) Os limites do Brasil no ano de 1822.

No ano da Independência, o Brasil possuía quase a forma atual, apenas acrescida da *Província Cisplatina*.

Depois da emancipação, o nosso território sofreu pequenas modificações, porém houve graves conflitos políticos e militares por causa de limites.

b) Tentativas de penetração na Bacia Amazônica.

No ano de 1835 os franceses invadiram o território do Amapá, onde permaneceram durante cinco anos, prevalecendo-se das condições políticas vigentes para afirmar suas pretensões na foz amazônica.

Do mesmo modo, os ingleses, sob pretexto de exploração científica, tentaram ampliar a *Guiana Inglesa*

até o alto rio Branco no ano de 1838.

c) Conflito na Bacia do Prata.

O domínio português na Banda Oriental do Uruguai teve curta duração.

No ano de 1825, uma Assembléia Nacional, reunida em Flórida, declarou a separação da *Província Cisplatina* e a incorporou à *Confederação do Prata*. Em seguida, o governo argentino solicitou a evacuação das tropas portuguesas de ocupação. Não sendo atendido fez a *Guerra da Cisplatina* ou Campanha de 1827 que terminou com a batalha de Ituzaingo no Passo do Rosário entre as forças de *Barbacena* e *Alvear*.

No ano de 1828, os competidores assinaram a paz e assumiram o compromisso de respeitar a Independência da República Oriental do Uruguai, que surgiu então como Estado tampão às ambições da Argentina e do Brasil no Rio da Prata.

Aparentemente o velho conflito do Prata ficara encerrado, porém na realidade tal não acontecera. Os litigantes filiaram-se aos partidos políticos (*Blancos* e *Colorados*) que disputavam o poder na nova República e a intervenção (invasão de Oribe em 1843) foi de tal ordem que resultou na *Guerra contra Oribe e Rosas* — 1851-1852, cujo desfecho em Monte Caseros assegurou a independência do Uruguai impedindo assim a realização do projeto favorito de Rosas — a reconstituição do Vice-Reino do Prata.

Os conflitos na bacia do Prata não terminaram aí. Houve ainda outra guerra pela mesma causa (expansão territorial) — a *Guerra do Paraguai* (1864/70) ou *Guerra da Triplíce Aliança* contra as pretensões imperialistas de Solano Lopez. Esta guerra durou 5 anos. A Aliança de 1865 proporcionou união e vitória militar aos aliados. As negociações de paz, entretanto duraram mais tempo e não tiveram o mesmo êxito. As dissensões verificadas por causa de interesses em conflito, empanaram a vitória política da Aliança que seria a paz

definitiva na bacia do Prata. Terminada a guerra, foi feito o acordo preliminar de paz com o governo do Paraguai (1870), ficando evidenciado então que a principal dificuldade para assinatura do tratado definitivo era a pretensão da Argentina em assenhorar-se do território do Chaco até a Baía Negra (toda a margem ocidental do rio Paraguai) que a Bolívia também pretendia. Esta foi uma das razões porque os limites entre este país e o Brasil foram fixados em 1867. As dissensões entre a República Argentina e o Império impediram a negociação coletiva e por isso o Brasil fez a paz separadamente no ano de 1872 (tratados de paz, limites e comércio). Houve em seguida grave período de tensão política, mas felizmente a razão predominou sobre a força e a harmonia foi restabelecida.

O tratado de paz da Argentina com o Paraguai só foi assinado no ano de 1876, tendo ficado estabelecido que o território das Missões Paranaenses e o Chaco Central seriam pertencentes a Argentina e a parte meridional do Chaco Boreal seria submetida a uma sentença arbitral. No ano de 1878 o Presidente Hayes, dos EE.UU., decidiu que a República do Paraguai tinha justo e legal direito ao território em litígio.

3) Na República.

a) Divergências.

Com o advento da República, o recurso da força para resolver as questões de limites foi abolido pelo Brasil.

Nos casos em que não se chegasse a um entendimento direto o recurso seria a arbitragem, pois o Brasil não se empenharia em guerras de conquista.

Fiel a este princípio o conflito de limites entre a Argentina e o Brasil por causa do território de Palmas que os portugueses não haviam ocupado foi submetido à arbitragem do presidente dos Estados Unidos, sendo defensor dos nossos direitos o Barão do Rio Branco, que obteve então a primeira vitória diplomática do Brasil (1895)

depois da proclamação da República.

Resolvida a divergência o acordo sobre os limites entre os dois países foi assinado no ano de 1898, ficando assim solucionada mediante justo critério uma questão geográfica de grande importância política e econômica para o Brasil.

No ano de 1900, Rio Branco obteve nova vitória para o Brasil, defendendo a Questão do Amapá submetida a arbitragem do presidente da Suíça para decidir se a França tinha direito ou não ao território cuja posse reclamava, na margem setentrional da foz amazônica.

No ano de 1903, por meio de negociações diretas (tratado de Petrópolis) Rio Branco conseguiu a cessação das hostilidades entre bolivianos e brasileiros por causa da Questão do Acre, cujo território onde os brasileiros colhiam borracha, os bolivianos resolveram ceder ao Brasil por dois milhões de libras, um embrejado em Mato Grosso e mais a obrigação de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

b) Acórdãos concluídos.

Por meios de mútuos entendimentos foram fixados os nossos limites com a Venezuela (1908) com a Colômbia (1907) e com as Guianas Holandesa e Inglesa (1908).

No ano de 1909, depois de cinco anos de confabulações foi solucionada a questão de limites com o Peru, ficando estabelecido que os territórios do alto Purus e do alto Juruá pertenceriam aos descendentes dos Incas.

Nesse mesmo ano o Brasil concedeu à República do Uruguai o condomínio na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, ficando assim definitivamente concluída a forma geográfica do Brasil.

c) Os territórios federais.

Até o ano de 1942 só havia um território federal no Brasil, o território do Acre, adquirido à Bolívia no ano de 1909.

Atendendo a imperativos de ordem militar relacionados com a defesa do Nordeste durante a

2) Grande Guerra, foi criado naquele ano o território de Fernando de Noronha que até então pertencia ao Estado de Pernambuco.

No ano de 1943, foram criados mais cinco territórios federais;

- o território do *Amapá* com parte desmembrada do Estado do Pará.
- o território do *Rio Branco* com parte desmembrada do Estado do Amazonas.
- o território do *Guaporé* com parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.
- o território de *Ponta Porã* com parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.
- o território de *Iguaçu* com parte desmembrada dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

O decreto-lei que criou os territórios federais acima, não fez considerações sobre o ato governamental, mas deve ter havido razões para a medida, a qual veio proporcionar ação direta do Governo da União sobre regiões disputadas no passado.

Certamente o ato do governo teve em vista prestar aos referidos territórios auxílios especiais de ordem financeira e econômica, relacionados com o povoamento e a defesa de nossas fronteiras.

Apesar dessas considerações, os territórios de *Iguaçu* e *Ponta Porã* foram extintos pela Constituição de 1946, devendo as respectivas áreas volverem aos Estados de que foram desmembradas.

III

CONCLUSÕES

Os princípios e os processos adotados.

Na fixação de nossas fronteiras, o princípio do direito pela posse (ocupação efetiva) foi o adotado em todas as questões de limites.

O Reino de Portugal e o Império do Brasil recorreram ao processo da força, mas com o advento da República foram abolidas as guerras de conquista e assim nas questões de fronteiras decididas neste

período predominou o processo da razão.

A DIVISÃO TERRITORIAL

Depois da fixação das fronteiras, o território brasileiro ficou com uma área imensa (8.511.189 km²). A forma triangular do território brasileiro é uma resultante de ordem geográfica e econômica.

A posse da foz amazônica facilitou a exploração do grande rio na direção das nascentes. Daí, a largura da região setentrional do país.

As conquistas dos portugueses no sul, partiram das nascentes da bacia do Prata em S. Paulo. Como os espanhóis dominavam a foz do rio da Prata, os portugueses não conseguiram descer o rio até o estuário. Daí, a forma do Brasil meridional.

Do ponto de vista político-administrativo o território nacional está atualmente dividido em 20 Estados, 5 Territórios e 1 Distrito Federal.

Não tendo razoáveis fundamentos, a nossa divisão política apresenta verdadeiras disparidades.

A redivisão territorial do Brasil é pois uma medida que se impõe em virtude de razões fisiográficas, econômicas, sociais, políticas e militares.

A transferência da Capital Federal para o planalto Central é um corolário da redivisão territorial.

Felizmente o número de adeptos desta idéia aumenta constantemente e o próprio governo já cogitou do magno problema geopolítico cuja solução certamente trará grandes benefícios para o Brasil.

A FRONTEIRA MARÍTIMA

O período de invasões pelo nosso litoral durou quase um século: de 1555 a 1654.

A causa foi a luta dos franceses, ingleses e holandeses contra o monopólio do comércio que Espanha e Portugal mantinham com as colônias. Quer fossem operações de conquista ou pirataria, as invasões constituíram grave perigo para a Unidade Nacional, todavia, servi-

ram também para despertar o interesse da metrópole pela colônia e incentivaram o povoamento, a produção e a defesa do litoral.

A nossa fronteira marítima foi e ainda é extenso flanco exposto a investidas estrangeiras. A região litorânea atual abriga como no passado, grande parte da população, as melhores cidades e os maiores centros de produção e comércio; condensa, enfim, apreciável riqueza e progresso em contraste com a fronteira terrestre.

A importância econômica, política e social desta longa fronteira é uma consequência natural da fisiografia. Possuindo solo fértil, clima ameno e facilidade de comunicações as condições de vida na planície litorânea são inteiramente favoráveis às atividades humanas.

Dai, a condensação demográfica e econômica no litoral.

Destas considerações se conclui a importância militar da orla atlântica cuja defesa, extremamente difícil de ser assegurada em virtude da sua grande extensão é entretanto um imperativo de segurança nacional.

A FRONTEIRA TERRESTRE

A Bacia do Prata, imensa área de solo fértil e ricos vales em zona de clima temperado, acabou pertencendo a cinco países: Argentina,

Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Como consequência natural da formação geográfica e histórica desta região, a fixação de limites entre os países integrantes da mesma foi feita a custa de lutas. Os conflitos começaram no Período Colonial, pela posse do estuário — a chave da bacia. Depois das Independências, por causa de ambições no Prata, houve guerras na região meridional da América: 1827/28, 1851/52 e 1864/70.

Depois destas lutas, a bacia foi repartida, ficando cada um com uma parte, mas nem todos plenamente satisfeitos.

A idéia de reconstituição do Vice-Reino do Prata, com fundamentos na Geografia e na História, é um verdadeiro fantasma para o Paraguai e para a Bolívia, cada vez mais asfixiado pela falta de um respiradouro. Destas considerações, se conclui a importância política e militar que tem a nossa fronteira terrestre na região meridional.

Na Bacia Amazônica, a fixação de nossos limites foi mais pacífica.

Houve conflitos com a Guiana Francesa, com a Guiana Holandesa e com a Bolívia, mas não houve guerras.

ALMANAQUE DA C.H.I.

Acha-se à venda na sede da Carteira, na Av. Graça Aranha, 81, 2º andar, o Almanaque dos associados inscritos na Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

É um livro indispensável na biblioteca de todos os associados da Carteira, que nele encontrarão todos os elementos das inscrições individuais e demais dados necessários a uma consulta rápida e clara da situação de cada um no conjunto do quadro social.

O Almanaque está à venda pelo preço de:

	Cr\$
— em balcão.....	10,00
— pelo reembolso postal.....	12,00

BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

DESCRIÇÃO EM VERSOS

NOTA — Transcrito pelo Tenente RUBENS MARIO JOBIM, do Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1894, publicado sob a direção de Graciano A. de Azambuja.

Na página 176 do referido Anuário, há a seguinte observação :

"Estas quadras, nos diz o Sr. Laureano C. Pereira, foram feitas poucas horas depois do ataque do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, pelo alferes David Francisco Pereira, falecido no posto de major".

BARBACENA

A desgraça do governo
Nos levou a tal estado
Que deu valor ao inimigo,
Fêz o exército desgraçado !

Bravos heróis se perderam
Faz pasmar a triste cena,
Devido à ruda vileza
Do general Barbacena.

Como condutor de negros
Que trouxesse do Valongo
Conduziu a nossa gente
Muito pior que o rei Congo.

Deu princípio ao ataque
Sem junção de uma brigada...
Nem mandou juntar bagagens,
Carretas, bois, cavallhada.

E assim aconteceu
Sem nada determinar,
E só entrou nesta luta
Aquêlê que quis entrar.

Fazendo carga no centro
Sem dar proteção aos flancos,
Lá deixou bastantes mortos,
Muitos feridos e mancos.

Ganha à força o inimigo,
A cavalaria do Rio
E por ser pequena força,
Logo rompida se vio.

Um grande Abreu em socorro
A cavalaria entreveia,
E aí, um batalhão nosso
O matou junto com ela.

Já então o vil canalha
Que ficou fora da forma,
Vai a correr pelos altos
Sem disciplina e sem norma

Lá se foram os cobardes
Que na luta não entraram,
Creio que alguns três mil homens
A ela desampararam.

Muitas chinás percorriam
Pelas margens dos banhados,
Levando cada uma delas
Dos dez aos doze soldados.

Nesse número de cobardes
Iam muitos oficiais,
Que se esqueciam das ordens
E vozes dos generais.

Oh ! augusto imperador,
Dai-lhes senhor o castigo !
Pois que devem ser julgados
Muito pior que o inimigo.

Por êsse motivo enorme
Nossa ação foi malfadada,
Por haver nas nossas tropas
Oficiais feitos do nada.

Quando devem ser exemplo
Exercitam a fuga,
Por isso, augusto senhor,
Foi nossa gente perdida.

Rege a ordem militar
Dar o soldo, mas também
Castigar o delinquente,
Premiar quem serve bem.

Tendo-nos sido visível
Quase inteira a perdição,
O herói Bento Gonçalves
Foi a nossa salvação.

Vou apostar, se quizerdes,
Uma soma não pequena
Que ignoravam as praças
Como atacou Barbacena.

Zelou muito a retirada,
Deixou aos centros cansados;
Assim perde um general
A vida de seus soldados.

E como fraco, de certo
De cada rio faz muro,
Muito além de S. Lourenço
Não se julga estar seguro.

Se quereis ser triunfante
Mudai desde logo a cena:
Não dêis heróis combatentes
A cargo de um Barbacena.

NA ITÁLIA...

Segundo dados oficiais, publicados em Roma, pela A.E.F., a circulação diminuiu, no mês de maio de 1950, de 6 bilhões.

A massa em circulação passou a ser constituída por 74 bilhões menos do que a existente em 31 de dezembro de 1949.

BOLETIM

A revista "A Defesa Nacional", o Ten.-Cel. João de Deus Menna Barreto ofereceu um exemplar do seu livro "Os Menna Barreto — Seis gerações de soldados — 1769-1950" — publicado recentemente. Ao registrar este oferecimento, agradecemos também a lembrança do autor em acrescentar à nossa biblioteca um exemplar de sua interessante obra.

CARVOARIA N. S. DAS GRAÇAS

DE

FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA

CARVAO VEGETAL — ÓLEO E QUEROZENE

Estrada Água Branca, 2224 — o — Realengo

A FACILIDADE COM QUE NO BRASIL SE EMPREGA O NOME DAS CLASSES MILITARES

Ten.-Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO

Fato digno de registro é a facilidade com que, no Brasil, se empregar o nome das CLASSES ARMADAS, em comentários ou críticas a atitudes ou opiniões adotadas por um de seus integrantes, ou, mesmo, por um grupo déles.

Comumente, cronistas dos jornais ou estações de rádio, usam e abusam com extraordinária facilidade, do nome das CLASSES ARMADAS, como se elas não representassem uma coletividade e, como tal, uma gama natural de pensamentos e orientações.

Assim, por exemplo, quando certo militar manifesta seu ponto de vista pessoal, acêrca de uma determinada questão política, imediatamente surgem as críticas, dando a impressão de que, o mesmo, é o porta voz de toda uma coletividade de homens que envergam a farda. Em outras ocasiões, é outro militar, que escreve ou diz algo, acêrca de uma faceta da situação internacional; mais uma vez surgem as críticas que, em vez de serem pessoais, orientam-se de tal maneira, que não dão a nítida impressão de um pronunciamento das CLASSES ARMADAS.

Indiscutivelmente assim não devem proceder os críticos; as CLASSES ARMADAS não podem e nem devem ser, levemente, apontadas como solidárias com o pensamento, as opiniões e, mesmo, com a conduta de um dos seus elementos competentes.

Critique-se um militar, ou mesmo, um grupo, mas não se generalize impensada ou malévola-mente essa crítica; tal procedi-

mento significa um desconhecimento, imperdoável, da expressão: FORÇAS ARMADAS.

Talvez, e para mérito das próprias CLASSES ARMADAS, o abuso do emprêgo pelos articulistas e comentaristas, do seu nome, justifique-se em parte, em face da íntima ligação e identidade de pensamento e propósitos, existente, entre elas e as coletividades civis. Em verdade, as FORÇAS ARMADAS do Brasil, sempre tiveram e, para a felicidade geral, sua atuação perfeitamente irmanada com os anseios e os ideais, de tôdas as classes ordeiras e trabalhadoras do país; nunca serviram como instrumento de coação e jamais se afastaram de sua nobre e elevada missão.

Impõe, assim, evitar o uso indistinto e irrefletido do nome das CLASSES ARMADAS; tal procedimento significa envolver indiretamente a responsabilidade da própria nação, pois, em face da concepção atual da guerra, FORÇAS ARMADAS são tôdas as energias da PÁTRIA, congregadas para a consecução de um único objetivo: A SEGURANÇA NACIONAL.

Comentários ou críticas que procurem deixar transparecer uma inexistente divisão das FORÇAS ARMADAS, é obra de derrotismo e de verdadeira traição, pois, visam inquietar as massas e, consequentemente, enfraquecer as FORÇAS MORAIS DA NACIONALIDADE.

Últimamente, raro é o dia em que não se ouvem ou não se lêem artigos e comentários, onde o nome das FORÇAS ARMADAS aparece

criticado ou elogiado, mas, impregnando de ansiedade e de dúvidas, o povo brasileiro.

Reconheço e acato com profundo respeito a liberdade de pensamento, mas, lembrem-se articulistas e comentaristas, que as **FORÇAS ARMADAS DO BRASIL** são constituídas por uma coletividade de homens, que possuem uma força e um pensamento indivisível, votado inteiramente para a grandeza e a felicidade moral e material da Pátria e, por tal motivo, o uso sistemático do seu nome em críticas precipitadas e de conceitos duvidosos, não deve constituir um princípio sistemático de publicidade.

Ao finalizar o presente artigo e, para justificar as minhas argumen-

tações, sinto-me no dever de fazer referência a um periódico de São Paulo, que me chegou às mãos e onde encontrei uma crônica e um noticiário, ambos oriundos da Capital da República e um editorial da responsabilidade da direção do próprio periódico. Em todos eles, o nome das **CLASSES ARMADAS** figura como u'a coletividade, onde medram as dissensões ideológicas e políticas.

Fatos como esses, trazem, injustificadamente, o receio e as apreensões e, como tal, o enfraquecimento **MORAL da PÁTRIA**, agora, mais do que nunca, necessitada de **COESÃO, FIRMEZA DE ATOS E PENSAMENTOS E DE PATRIOTISMO**, de todos os seus filhos.



MERCEDES - BENZ

Chassis para Caminhões e Ônibus

Motores estacionários

A ÓLEO CRÚ

Agentes exclusivos

DISTRIBUIDORES UNIDOS DO BRASIL S.A.

Escritório : Rua Santa Luzia, 685 — 3º andar

A NUVEM PASSOU...

Major JOSÉ CODECEIRA LOPES

"Não adianta gastarmos dinheiro com soldados que estão destinados a ficar de lado na hora da guerra, como com armas que serão antiquadas, no mesmo caso. A dispendiosa e obsoleta cavalaria, por exemplo, já está em tempo de ser suprimida, como o têm feito as grandes nações." (Revista da Semana, pág. 4 do n. 2, ano de 1948)

O trecho acima, e pilherias de significado análogo, fizeram-nos redigir o artigo publicado em A Defesa Nacional de abril daquele ano. Iniciamos nosso trabalho transcrevendo trechos de diversos artigos de Military Review e fazendo a seguinte pergunta: Se a cavalaria hipomóvel foi assim tão útil, porque os norte-americanos a eliminaram de seu Exército?

Em seguida, após esclarecermos que visávamos manter a confiança em nós próprios e conquistar a dos camaradas das outras Armas, procuramos dar resposta à referida pergunta analisando as condições geográficas e econômicas dos E.U.A., assim como as evidentes particularidades das operações militares que esses fatores fazem entrever para o seu Exército. E essa análise fez-nos concluir que a extinção da cavalaria hipomóvel norte-americana fora função das próprias características da luta que aqueles fatores indicam para as forças terrestres estadunidenses.

Depois, levados a verificar se o caso brasileiro é análogo, realizamos um confronto, mais ou menos, nos seguintes termos:

"Cremos que ninguém responderá afirmativamente... Nosso Exército só terá oportunidade de deslocar-se mar a fora, para desembarque em terras extracontinentais, na hipótese de juntar-

se a forças de outros países, como aconteceu na última guerra. Nesta hipótese, que, aliás, é muito provável dadas as características dos conflitos modernos, tudo indica que nosso Exército será apenas, e por muitos anos ainda, reduzida minoria no conjunto das forças empenhadas. Seus equipamento, organização e armamento serão, em tal caso, subordinados aos do grupo a que pertença. E tudo isso acarretar-nos, desde já, a necessidade de preparação para essa eventualidade. Mas, não somente para ela... Temos que nos preparar também, e desde já, para outro tipo de guerra. Para a que será 100% nossa, por que travada com objetivos e meios tão somente nossos. Uma guerra como a que poderíamos ter sido compelidos a enfrentar por ocasião do último conflito, se por quaisquer circunstâncias hovéssemos sido atacados no continente, enquanto nossa F.E.B., sem cavalos, inteiramente "americanizada", lutava heróicamente nos campos de batalha da Europa.

Nessa necessidade de preparação em duplo sentido reside a grande diferença que existe entre os pontos de vista a manter por estadunidenses e brasileiros. Enquanto eles podem pensar num só tipo de luta, (a que travarão com seus próprios recursos) nós

somos forçados a pensar, também, na que podemos ser levados a travar com recursos estranhos, em terras continentais ou não. Esta última perspectiva, que se reflete mais nos quadros, não é, porém, a pior hipótese. Consequentemente, a que deve ser olhada com maior justeza é a de uma luta que tenhamos de enfrentar no continente, sem socorro estranho, utilizando apenas os recursos nacionais. E como no cômputo desses recursos o cavalo e a forragem surgirão, por muito tempo ainda, como muito mais facilmente disponível do que o motor e o combustível, impõe-nos, categórica e insofismavelmente, a necessidade de manter a cavalaria hipomóvel no rol de nossas forças terrestres.

Assim, se há analogia do caso brasileiro com algum outro que diz respeito à organização de forças terrestres, parece-nos que não deve ser invocado o norte-americano. Neste particular, o caso russo está muito mais próximo do nosso. Inicialmente a Rússia lutou com seus próprios meios, empregando o cavalo contra um inimigo altamente mecanizado. Só muito depois é que os interesses de um dos beligerantes proporcionaram-lhe material moderníssimo, que estava apta para usar. E agora, mesmo modernizado como está, seu Exército ainda mantém a cavalaria a cavalo, que vive ufana dos feitos realizados na última guerra".

Rememorando o artigo que redigimos, só temos hoje, decorridos quase 3 anos, razões para crer que

a nuvem passou... Já não se ouvem mais as pilherias, nem se lêem conceitos como o que encima estas linhas. No vasto terreno das publicações favoráveis à manutenção da Arma já se chegou ao esgotamento do assunto com a palestra oficial realizada pelo Sr. Coronel Sady Folch, Chefe do Gabinete da Escola Superior de Guerra. (Digamos de passagem: essa palestra, intitulada "A Cavalaria na Última Guerra e os ensinamentos colhidos para o Exército Brasileiro", merecia maior difusão. Servindo no interior, só a conhecemos porque nosso Cmt., de quem o autor é amigo pessoal, emprestou-nos o exemplar com que fora apresentado). O Cavalariano continua a reboar seus clarins, confiante em si mesmo e a impor confiança a seus camaradas das outras Armas. Suas provas hípias são múltiplas e, as mais das vezes, se convertem em festas de acentuado êxito técnico e social. Das diversas Unidades do Exército chega-nos constantes notícias de interessantes exercícios realizados. Tudo isso demonstra que o Cavalariano, com o peito embalado pelas tradições, mantém de pé o espírito da Arma. Ainda considera uma "carga" como o melhor presente que poderá oferecer a um ilustre Chefe que se retira do serviço ativo. Arrepiam-se e se envaidecem quando oficiais alunos da Escola de Estado-Maior, homenageando a Arma num de seus quartéis, entoam a sua canção...

Sinais de que vive a vida antiga, cheia de vibrações, "cuja história é de luz e de fulgor"...

Sinais de que a nuvem passou...

ARMAZÉM SÃO JORGE

DE

MANOEL V. MACHADO

SECOS E MOLHADOS — BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Rua Itapicirica n. 602 — Realengo — E. F. C. B.

AOS SÓCIOS DO CLUBE MILITAR

Major OBINO ALVARES

Fazendo um balanço nas atividades do nosso Clube, constatamos com entusiasmo, um grande saldo favorável de seus empreendimentos associativos. Únicamente dois de seus setores, talvez, não nos tenham trazido superavit, quer material, quer moral.

Há, por exemplo, uma comissão encarregada de encaminhar os assuntos ligados à aprovação do Código de Vencimentos e Vantagens.

Sómente quem vive nossos problemas, principalmente os daqueles que residem nos grandes centros, sabe das aperturas por que passamos, das necessidades que sofremos, da falta de recursos para fazer face à carestia geral, de recursos que nos permitam viver uma vida decente, compatível com as responsabilidades que nos são atribuídas.

Até hoje, contudo, nada conseguimos, a não ser queimar nossas esperanças, de mês a mês. O projeto em andamento se arrasta pelas comissões legislativas e, segundo dizem, sua aprovação foi adiada para a próxima legislatura.

Entretanto, para tentarmos a vitória, já nos rebaixamos demasiadamente, com telegramas, empenhos e pedidos, feitos a Deputados e Senadores e, o que é pior, com tanta inabilidade, que uma petição pública foi comentada em "manchetes" de alguns jornais e interpretada por julgadores apressados, como verdadeiras ameaças, uma espécie de "chantagem" política muito em desacordo com as nossas tradições. Meditemos sobre o processo utilizado para a aprovação dessa lei e lembremo-nos do conjunto de outras leis das quais depende a prosperidade geral e que estão relegadas para segundo plano por

nossos interesses imediatistas. Seria sumamente odiosa uma medida de execução que viesse deixarmos em xeque, como se fôramos uma guarda pretorina. Se nosso povo de baixo nível de vida, é forçado a uma existência de austeridade, também nós que somos o povo não desejamos ou não devemos desejar viver de maneira diferente.

Outro assunto que merece reparos é o da nossa revista, a "Revista do Clube Militar", que tem andado em incômoda evidência.

É claro que dentro de um regime de livre crítica como o nosso consagrado pela lei básica, cada cidadão tem o direito e a responsabilidade de expressar seus pensamentos como melhor lhe parecer. É por isso que no frontespício da revista se estabelece: "A responsabilidade das idéias e juízos nos artigos assinados é exclusiva dos respectivos autores".

Bastante diferente é o artigo de redação, fixando as linhas gerais do pensamento do Clube e, portanto, dos seus sócios, quase todos nós; os oficiais do Exército. No caso em exame — verifiquem isso — a redação registrou pontos de vista, em artigo não assinado, sobre os quais não se discute a legitimidade ou justeza mas que avoca a si a manifestação da opinião associativa — algo discutível, num país em que cada cabeça tem uma sentença. Haverá, provavelmente, milhares de sócios que não concordam com certos conceitos de "Considerações sobre a guerra da Coréia". Tal o artigo publicado no número de julho de 1950.

Nossa revista é um órgão de difusão cultural. Cuidemos para que não venha transformar-se num

orgão de propaganda a serviço de idéias apaixonadas, lutando pró ou contra qualquer causa que não seja o interesse e a sede de conhecimento dos nossos consócios.

O debate que se travou em torno do artigo mencionado teve, certamente, marcada repercussão internacional.

No taboleiro da política das grandes potências, que sob mil máscaras, com os mais variados pretextos humanistas, lutam pela hegemonia político-militar, manifestações dessa ordem imprimem sensíveis alterações no campo das forças articuladas para a batalha ideológica que assistimos entre confusos e estarrecidos.

Ora, concordemos, não é bem isso o que desejamos. Entremos naquela chave do cavalheiro que não era de Niterói...

Esses são fatos incontestes.

No quadro de um regime democrático compete ao cidadão fazer chegar a seus representantes, o

pensamento do homem comum, a respeito dos interesses da coletividade, criando aquilo que podemos denominar de opinião pública. De modo semelhante, façamos chegar aos órgãos de direção do Clube Militar, os nossos pontos de vista a respeito dos assuntos de interesse comum, na certeza de que seus representantes, mandatários da vontade da maioria, adotá-los-ão como diretrizes a serem seguidas na conduta de sua atividade futura.

Recuperaremos então o crédito de confiança que desbaratamos como as divisas-dólares e que há de trazer-nos de volta a estima e o respeito que o Exército sempre despertou entre os compatriotas.

Nada há de depreciativo em considerar nosso Exército como o "Grande Mudo", num ambiente em que grande número, tomado de histeria coletiva, propugna por dizer a maior tolice, na tentativa de bater recordes demagógicos, tão característicos deste nosso século XX.

FÁBRICA DE CALÇADOS "SÃO MIGUEL"

DE

MIGUEL, GONÇALVES & CRUZ

Vendas: ATACADO E VAREJO

Rua Olinda, 333 —:— Realengo

RIO DE JANEIRO

LIGEIRAS NOTAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DESTINADOS A ATENDER AS CLASSES MILITARES

Dr. LEVY XAVIER DE SOUZA

I — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O problema em foco não se confunde, de modo algum, com quaisquer um dos já estudados e equacionados no Brasil, de vez que escapa, por assim dizer, aos limites e conceitos já firmados pela política social brasileira no que tange às populações urbanas, únicas, em verdade, já amparadas.

Realmente, o esforço atualmente desenvolvido, através de algumas das nossas instituições de previdência social, no rumo de um perfeito "serviço social" (não confundir tal expressão com "previdência" e "assistência social", de sentido bem mais diferenciado), encontra pela frente massas profissionais portadoras de características sociais diversas das que identificam as classes militares; e, embora a "técnica" de trabalho, como verdadeiro instrumento que efetivamente possa ser aplicada tanto numa como em outra com iguais perspectivas de sucesso, e os "métodos" exigem fundamental revisão e até mesmo grandes reformas.

Em seu atual conceito, entende-se por "serviço social" (ver a respeito Charles W. Pipkin, *The Idea of Social Justice*, ed. por The MacMillan Co., 1927, New York) o conjunto de idéias, técnicas, atitudes e medidas destinadas a reduzir os obstáculos que impedem o grupo familiar (o indivíduo, portanto, agrupado na menor célula associativa) de viver dentro de

um padrão econômico, moral, social e profissional adequado às suas aspirações e aos seus direitos.

Com tal aceção, não devemos nunca esquecer tratar-se de um instrumento eminentemente supletivo à iniciativa e capacidade dos indivíduos, sem o que teríamos de aceitar, como perfeitos, quaisquer padrões socialistas de política social, já comprovadamente falhos e ineficientes.

II — OS ATUAIS PROBLEMAS QUE AFLIGEM AS CLASSES MILITARES

Adotando como paradigma metodológico o famoso "Report", de Sir William Beveridge, diríamos que a aplicação do serviço social aos militares encontraria, inicialmente, os seguintes problemas básicos exigindo solução:

1. Queda do poder aquisitivo do grupo familiar, em consequência das características extremas da atual conjuntura econômica brasileira.

2. Problemas de habitação, agravados pela mobilidade forçada que atinge, notadamente, os oficiais e sargentos.

3. Necessidade de pequenos créditos de emergência, destinados a proporcionar aos indivíduos um meio de enfrentar, sem vexame, a transição e situações excepcionais.

4. Problemas de ordem educativa, oriundos de guarnições situadas em localidades não amparadas pelos sistemas escolares, municipais, estaduais ou federais.

5. Problemas de ordem recreativa, que, em outros países tem originado grandes iniciativas de "dopolavoro".

6. Problemas de "recuperação de desgastes profissionais" (vide Dr. José Kritz, "Problemas de Previdência Social — plano Beveridge e plano Coutinho", in Rev. "Trabalho e Seguro Social, setembro de 1944), ou seja, férias e "week-ends".

7. Problemas de readaptação das praças que são devolvidas à vida civil inteiramente desajustados do ponto de vista profissional; e

8. Problemas de assistência médica ao grupo familiar, nestes, incluindo-se a puericultura, proteção à maternidade, clínica geral e especializada, notadamente a cirúrgica, odontológica, etc., com os indispensáveis exames de laboratório, gabinetes de raio X e assistência farmacêutica.

Examinemos, a seguir, ligeiramente, cada um dos itens acima enunciados.

III — QUEDA DO PODER AQUISITIVO DO GRUPO FAMILIAR

Tal fenômeno, que caracteriza, como já foi dito, a atual conjuntura econômica brasileira, é geral e vem atingindo todas aquelas classes que dependem de salários fixos.

De antemão, já se sabe que os clássicos processos de elevação de salário nenhum benefício tem trazido ao indivíduo, em face de leis econômicas muito conhecidas. Assim, torna-se forçoso reconhecer a necessidade de outras medidas destinadas a compensar, paralelamente, tal queda.

É sabido que, nestes transe, os melhores procedimentos são aqueles que visam proporcionar o fornecimento de artigos de consumo e uso (gêneros, tecidos, móveis e utensílios) diretamente das fontes produtoras ao consumidor. Experiência de tal tipo foi intentada no Banco do Brasil, obtendo-se uma redução aproximada de 31% no orçamento de despesas do grupo familiar médio.

A adoção de uma tal diretiva, em outros países e para determinadas classes profissionais, já tem produzido êxitos notáveis, dentre os quais convém lembrar os obtidos entre os mineiros norte-americanos (ver Upton Sinclair, "men or Slaves") e até mesmo entre algumas guarnições militares francesas, segundo informa Charles Gide, o genial criador do "solidarismo cooperativista".

Cohém lembrar que para a adoção de tal esquema generalizado, não se torna necessário recorrer a campos próprios de produção agrícola ou centros fabris. Todo esse mecanismo reside, indubitavelmente, na hábil articulação das fontes de produção já existentes (via de regra de origem privada), mediante o estabelecimento de linhas diretas de abastecimento, com o que se reduz a zero grande número de despesas gerais, bem como o lucro do distribuidor.

Para que se lograsse levar a efeito um completo estudo de tal questão, indispensável se torna a elaboração de uma análise do "orçamento do grupo familiar", relativo às classes militares e nas diversas regiões do país, de forma semelhante a adotada pelo eminente e saudoso Dr. Lindolfo Collier, o qual, valendo-se das técnicas de pesquisa recomendadas por Marietta Stevenson (expostas com muita felicidade em sua obra magna "The technique of public welfare") elaborou as bases iniciais do chamado "salário mínimo", cujos critérios continuam a presidir as atividades do Serviço de Estatística do Trabalho (M.T.I.C.).

Por outro lado, o financiamento desse gigantesco plano deveria ser feito através de um sistema misto, que utilizaria as seguintes fontes:

1. Dotações especiais, obtidas junto ao Congresso Nacional;
2. Grandes bancos (tipo Lar Brasileiro), que já financiam, a prazo, a construção de casas populares;
3. Grandes companhias de Seguro, tipo Sul América, que atravessam, no momento, uma fase

caracterizada, exatamente, pela necessidade de aplicar grandes capitais em empreendimentos de rentabilidade segura;

4. Fundação da Casa Popular, que no caso dos funcionários e operários das fábricas militares já está obrigada, por lei, a desenvolver ampla ação de amparo; e

5. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado.

Resumindo, o nosso esquema próprio:

A) Construção, em larga escala e em todas as guarnições do país, de casas destinadas ao pessoal em serviço.

B) Estabelecimento de um sistema através do qual todo militar, ao reformar-se, recebesse no local por ele indicado uma casa, que passaria, desde então, a sua propriedade individual.

IV — PROBLEMAS DE HABILITAÇÃO E AS CLASSES MILITARES

Alguns anos de dedicação ao estudo do problema nacional da casa popular nos ensinou a dura lição de não esperar muito de soluções analisadas e sugeridas por um único indivíduo, seja ele o mais capaz, experimentado e conhecedor do assunto em tela.

É que de tal modo seus aspectos basilares se confundem com a própria política econômica e financeira do Governo que a solução ideal escapa, necessariamente, à visão unilateral do técnico, para se converter em legítimo reflexo de diversos programas ministeriais, dentre os quais se destacam com preponderância os concernentes ao Ministério da Fazenda.

Todavia, com rápido bosquejo, poderíamos analisar sumariamente o problema da moradia, para as classes militares, classificando seus componentes em quatro categorias:

Grupo I — Casados, com salários inferiores a 4.000,00 mensais.

Grupo II — Casados, com salários superiores a 4.000,00 mensais e inferiores a 7.000,00.

Grupo III — Casados, com salários superiores a 7.000,00.

Grupo IV — Solteiros, com qualquer salário.

É claro que em tal classificação estão incluídos apenas os profissionais, nunca aqueles que apenas cumprem seus deveres de serviço militar obrigatório.

Lembremos, também, que os militares apresentam duas necessidades bem diferenciadas, no que se refere à casa:

a) Necessidade de habitação nas diversas guarnições onde servem; e

b) Necessidade de habitação após transferência para a reserva, num local de sua escolha.

Estas duas necessidades poderiam ser atendidas por um sistema assim esquematizado:

1. Para a primeira necessidade (alínea a):

a) regime de locação;

b) valor de locação proporcional à remuneração dos grupos acima enumerados, segundo a fórmula

$$S C,$$

$$\text{mula clássica } \frac{S C}{N + 3},$$

onde S seria o salário mensal percebido, C, o coeficiente calculado para o custo da unidade área construída e N o número de pessoas integrantes do grupo familiar.

2. Para a segunda necessidade (alínea b):

(em caráter facultativo)

a) o valor da locação dos diversos imóveis ocupados durante o tempo de serviço seria acrescido de uma pequena quota Q_1 ; assim, a fórmula acima enunciada se apresentaria da maneira seguinte:

$$S C,$$

$$V_1 = \frac{S C}{N + 3} + Q_1$$

b) A parcela Q_1 , capitalizada durante o tempo da serviço t, a determinados juros previamente assentados, daria direito após reforma, a aquisição ou construção de uma habitação no local desejado correspondente ao montante do capital acumulado.

c) A esse amplo regime seria acrescido um outro, o do "seguro habitação", o qual, uma vez contratado com qualquer uma das companhias que já operam nesse ramo, daria direito a que, na hipótese de morte do militar ainda em serviço, sua família recebesse um imóvel de valor previamente arbitrado e livre de quaisquer onus.

Assim, a fórmula primitiva ainda seria acrescida de uma reduzida parcela p , correspondente ao prêmio do seguro a ser fixado:

$$V_1 = \frac{S C_v}{N + 3} + Q_1 + p$$

V — NECESSIDADE DE PEQUENOS CRÉDITOS PARA ENFRENTAR SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

A solução para tal problema não me parece difícil; bastaria um acordo preliminar com o Conselho Federal das Caixas Econômicas, a fim de se estabelecer que as Caixas Econômicas possam redescotar (dentro de determinados limites anuais, proporcionais aos seus orçamentos (títulos a longo prazo, resultantes de operações feitas entre militares e bancos ou casas bancárias, funcionando na localidade onde servem).

VI — PROBLEMAS DE ORDEM EDUCATIVA

Para estes, a solução, nas guarnições longínquas, poderia ser dada nas mesmas bases adotadas pelas delegações estrangeiras; o próprio curso ginásial poderia ser ministrado dessa forma.

Além disso, um intercâmbio com o SIC resolveria, eficientemente o problema de bibliotecas e livros em guarnições onde não é possível dispor de recursos para sua auto instalação.

VII — PROBLEMAS DE ORDEM RECREATIVA

Aqui já conta o Exército com grande experiência, resultante de sua múltipla e longa atuação na organização de empreendimentos

de caráter social, esportivo, etc. Bastaria se elaborar, nas bases já adotadas, um grande programa de ampliação das atuais iniciativas.

VIII — PROBLEMAS DE RECUPERAÇÃO DE DESGASTES PROFISSIONAIS

O contrato com estabelecimentos balneários, colônias de férias, etc., em grandes proporções e com sistemática continuidade viria comprimir, consideravelmente, o custo de tais benefícios.

IX — PROBLEMAS DE READAPTAÇÃO DE PRACAS QUE SÃO DEVOLVIDAS A VIDA CIVIL INTEIRAMENTE DESAJUSTADOS DO PONTO DE VISTA PROFISSIONAL

Seria necessário, evidentemente,

a) submeter os recrutas, imediatamente após sua admissão, aos exames prevocacionais (testes de Gates, Mira y Lopes, etc...);

b) Estabelecer acordos com o SENAI, SENAC, Serviço de Aprendizado Agrícola, etc., de tal modo que eles próprios financiassem e executassem programas de formação profissional, preparando o soldado para, após receber baixa, cumprir o dever social do trabalho.

X — PROBLEMAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A solução para tais problemas, parece-me, seria bem mais fácil se aceitasse como diretriz a articulação com os demais empreendimentos médico-hospitalares já existentes em quase todos os Estados, de propriedade dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, isso em face da dupla dificuldade:

a) obter, imediatamente, capital suficiente para a construção de estabelecimentos de uso exclusivo da classe; e

b) a duração, necessariamente longa, de um programa de construções médico-hospitalares.

XI — UM ESQUEMA

Em face da necessidade já amplamente comprovada de não se iniciar um empreendimento de

grande magnitude sem uma prévia e meticulosa preparação, sugerimos:

1 — A organização de uma Comissão de Serviços Sociais do Exército (COSEX), incumbida:

a) elaborar um plano nacional de serviços sociais para o Exército, de vigência quinquenal;

b) levar a efeito todos os estudos, pesquisas e experiências parciais destinadas a permitir que o encargo constante da alínea anterior seja eficientemente desenvolvida; e

c) executar o Plano Nacional de Serviços Sociais do Exército em todo território brasileiro, depois de sua conveniente aprovação por parte do Ministro de Estado.

2 — A consulta, sobre a matéria, às grandes sumidades técnicas, especializadas, no Brasil, em Serviços Sociais, a saber:

a) Dr. João Carlos Vital, organizador do IAPI, IRE e COISSB;

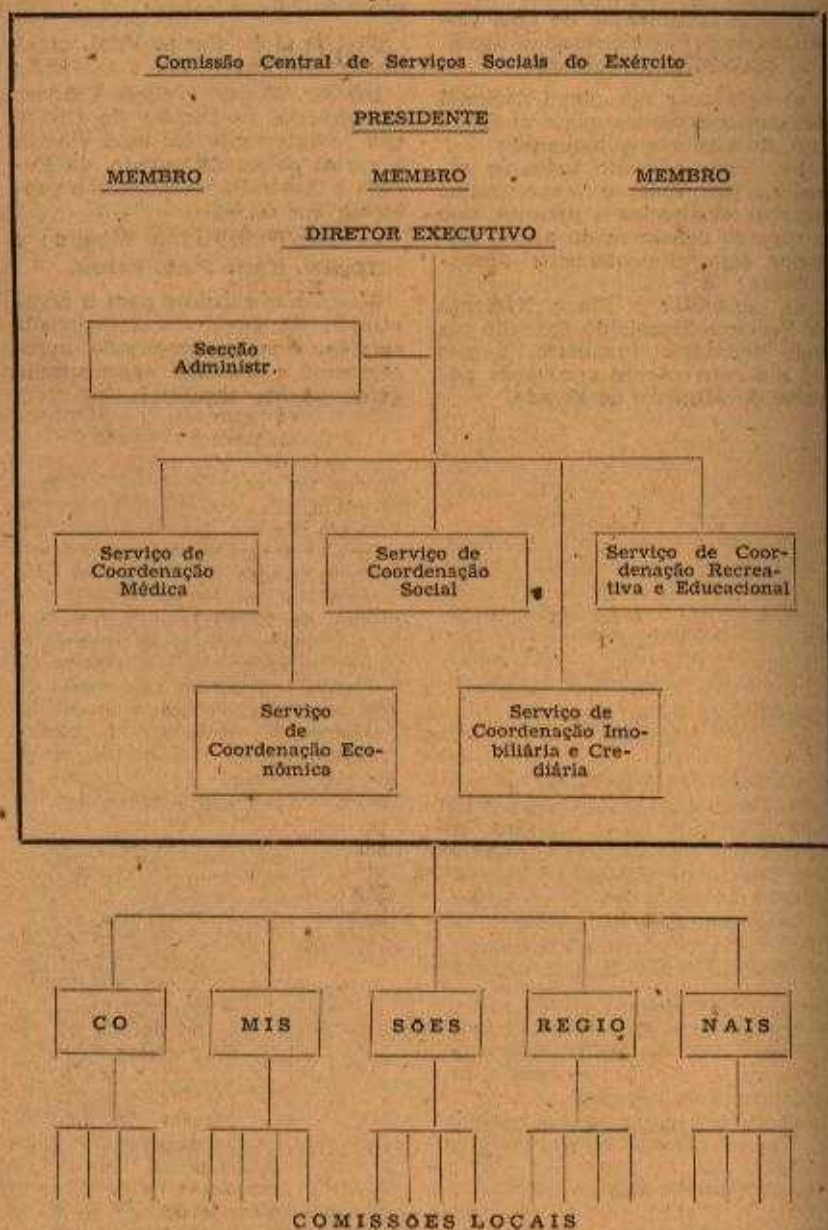
b) Dr. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, ex-Diretor do DNPS, que recentemente fez uma viagem a vários países do mundo, da Europa à Austrália, estudando o problema em foco;

c) Dr. Wilson Pinto Ribeiro; e

d) Dr. Mário Pinto Passos.

3 — Como subsídio para a organização da Comissão mencionada no item 1, acima enunciado, apresentamos o seguinte organograma (vide página seguinte).

ORGANOGRAMA PROPOSTO



OS "REZIMÕES"

(Continuação)

ALBERT SCHMID

Uma Leição Estrangeira, de Alemães, a serviço do
BRAZIL na guerra contra RÓZAS.Tradução ORTOgrafa da Anotação do General
KLINGER

A ALISTASÃO DOS MERSENARIOS

Não obstante a duvidosa esperiência de seu pae, a respeito dos batalhões estrangeiros, d. PEDRO II repetiu o mezmo emsao na guerra contra o ditador RÓZAS. Já pelos fins de 1850, o governo imperial mandara para HAMBURGO o tenente-coronel Sebastião do REGO BARROS, com a missão de ali angariar uma leição de alemães, bem como adcir o correspondente armamento e ecipamento.

REGO BARROS, natural de PERNAMBUCO, fora ministro da guerra durante a rejênsia e, depois disso, ezersera outros altos cargos na administração publica. Em suas impressões de viagem ("O BRAZIL e os Brasileiros"), os escriptores norte-americanos contemporâneos KIDDER e FLETCHER a ele se referem, como avendo sido presidente da província do PARÁ em 1854 e como personalidade distinta e competente. (8). Em contraste com o aventureiro von SCHAEFFER, REGO BARROS presdeu legal e desentamente — incluzive com a autorização oficial da cidade livre de HAMBURGO — o ce não obistou ce alguns de seus agentes tivêsem conflito com as autoridades de vários dos estados alemães.

De um modo jeral, não eram dezanvantajozas as condições sob as quaes os alistados se comprometiam a prestar serviço militar no BRAZIL. A duração do serviço se-

ria de 4 anos, rezervada ao governo imperial a faculdade de resindir o contrato ao cabo de 2 anos, mediante paga integral das vantagens estipuladas para a esclusão. O governo forneceria o transporte e pagaria um prêmio de 25 tálers á partida. Os vemsimentos, ce contariam dezde o dia do embarce, seriam os mezmos vijentes no ezêrsito brasileiro. Ao ser escluido, o leionário reseberia um lote de terra, de 22500 brasas quadradas, ou o transporte para repatriarse, com um prêmio em dinheiro. Os leionários ficariam adstritos ao regulamento disciplinar do ezêrsito prusiano e seriam comandados em língua alemã. Seu uniforme seria o das tropas do SCHLESWIG HOLSTEIN, com o gorro de bórta prusiano. (9) A alistação deparou sortos estorvos, pois ce ainda era viva no BRAZIL, como na ALEMANHA, a recordação do emsao infeliz de 25 anos pasados. A opozição liberal brasileira combateu o projeto dezde o comeco: imputava ao governo a intemção, ao alistar soldados estrangeiros, de empregalos não na defeza do paiz, maz como instrumentos de despotismo. E esplorava o tratamento maes umano, comferido aos merse-nários, em matéria de disciplina, uma vez ce no ezêrsito brasileiro ainda vigoravam os "artigos de guerra" portuguezes, estremamente severos, do conde de LIPPE, da segunda metade do século 18º; ai

se incluíam castigos corporaes, cruéis, os quaes só em 1875 foram substituídos por preseitos maes humanos. (10)

Por sua parte, o governo alegava ce os lejonários poupariam a vida de outros tantos brasileiros, e ce, concluído o tempo do serviço militar, tornarse-iam bons colonos, o ce seria de inestimavel utilidade para o paiz fracamente povoado.

Na ALEMANHA persistia, dezde o tempo de SCHAEFFER, aversão á emigração para o BRAZIL, caozada pela desepção de tantos dos primeiros emigrantes, ce não aviam encontrado o ce sonharam, bem como pelos dezagradáveis acontecimentos occorridos com a primeira lejião. Assim, as autoridades da maéor parte das sidades alemãs puzeram obstaculos á nóva alisiasão, os quaes viriam a se sistematizar na xamada "lei von der HEYDT" (1859), ce prohibia tal recrutamento. Nésas circumstânsias, éra inevitavel ce a atividade das ajêm-sias brasileiras provocase violentas polemicas de imprensa, nas quaes especialmente éra verberada a sidade de HAMBURGO, acuzada de apoeiar, por intereses materiaes, o trafico de alemães para o estram-jeiro. Em alguns estados alemães, em ce só clandestinamente podiam operar os agentes de REGO BARROS, ouve intervemsão das respectivas autoridades, até traduzida em priziões. Além diso, RÓZAS asulava de todos os modos, por agentes seus, os animos contra o recrutamento, a tal ponto ce ás dúzias dezertavam á óra da partida cmems alisiados e já posuidores do prêmio em dinheiro e maes vantagens do emgajamento.

Apezar de tudo, REGO BARROS alcançou o seu objetivo ao cabo de seis mezes. Muinto lhe valeu a circumstânsia de aver ficado dissolvido o ezêrsito do SCHLESWIG HOLSTEIN, ce fora constituido no comeso de 1851 para a gérta contra a DINAMARCA. Fora recrutado, esse ezêrsito, em grande parte, de voluntários ce se aviam incorpoados por idealismo, ou por espirito de aventura, ou por motivos menos omrózos. Vários deles aviam partispado, como livres atiradores, na

revolução de 1848. Assim, ficavam sem meio de vida milhares de jóvems, com treinamento de campanha e espirito empreendedor, á procura de novo emprego. Acelles ce não podiam regresar á pátria, nem encontravam serviso, de bom grado se deixaram alisiar pelo oferesimento brasileiro, ce lhes avia de parecer um prezente do séu, em fase da sua situação pessoal, sem perspectiva. E, como se tratase de soldados e ofisiaes veteranos de gérta, éram muito bemvidos para REGO BARROS.

Verdade é ce formavam variegada masa, sem omojeneidade, entre os 17 e 50 anos de idade, de antecessentes pesoaes vários, também vários na imstrusão e no caráter. Juntaram-se-lhes, sobretudo como artilheiros e sapadores, alisiados por ultimo, uma porsão de mosos ce desconhesiam o serviso militar, os quaes se alistaram levianamente, por gosto á aventura. Um destes foe Cristóvam LENZ, o ator das "REMINISEMSIAS e Aventuras dum vélho Rezimgão". (11)

Carlos von KOSERITZ (12), em sua palêstra "Senas da vida militar brasileira", assim dá seu depoimento:

"Figuravam vélhos lamscenetes, ce aviam militado na AFRICA, na INDIA, na POLONIA, até na ESPANHA, de par com temros cadetes, bem como educandos forajidos das Reaes Escólas Militares, etc. Lejonários ce aviam sido ofisiaes; davam grasas a Deus ce comsegiam emgajarse como sargentos; outros resebiam por superiores ierarcicos omems ce aviam sido seus subordinados; já outros posuiam cultura e imstrusão superiores á de muintos dos ofisiaes, os quaes aviam obtido as imsignias sem saber como. Emfim, éra um verdadeiro *pot-pourri* (sic) dos maes diversos elementos".

Alguns dos lejonários tinham sérios motivos para occultar seu pasado e poriso figuraram sob nome falso no alistamento e nos asentamentos individuaes.

Compunha-se a lejião de um Batalhão de Infantaria, de 6 companhias; um Grupo de Artilharia, de

4 baterias; e 2 companhias de sapadores; cada sub-unidade com 150 homens. Deviam ser embarcadas sucessivamente para o BRAZIL, onde reesberiam a organização definitiva. Comandante do Btl. I, era o tenente coronel von der HEYDE, e seu imediato o major von LEMMERS-DANFORTH. Adjudante do Btl. era o tenente KOEHLER, aditor o maior von HARBOU, médico-xefe o Dr. WACHS. Ainda faziam parte do comando do batalhão o quartel-mestre FISCHER e o espelão militar Carlos HOEFER. (13)

A comeso, foram estes os ofislaes das companhias: da 1ª, o capitão von EHRENKREUTZ (ce sedo foe suspemso); o tenente BORN e o alféres MARQUARDSEN; da 2ª Cia., o capitão HOERMAYER (suspemso), o tenente BUSCHENWAGEN e o alféres VETTER; da 3ª Cia., o capitão SCHLEIER (suspemso), o tenente KLEBS e o alféres SCHIOETT; da 4ª Cia., o capitão conde de HERZBERG, os tenentes DU VIGNAN e von BREITENBACH e o alféres MOELLER; da 5ª Cia., o capitão von der MARWITZ, o tenente von ROESKOWSKI e os alféres SCHMIDT e AMTOR; da 6ª Cia., o capitão SIBER, o tenente von CLASS e os alféres von ANKER e von WEDELSTEDT.

Em documentos posteriores apparesem outros nomes de ofislaes, ce pertemseram ao batalhão, como o capitão von KROPP, os alféres von KAHLDEN, BOCKMEYER, OCHS, von NEWIADOWSKI, PFUEHL, etc.

Comandante da artilharia era o tenente-coronel von HELD, e ofislaes do Grupo o major von BROCKENHAUS, os capitães JAHN, BRINCKMANN e von GILSA, médicos Dr. STRUNK e Dr. SCHULZ; quartel-mestre KLEIN (inisialmente dos sapadores), bem como os 1ºs ten. von BOREL DU VERNAY, KAAS, LISCHKE, GAERTNER, TIEDEMANN, RIEMANN, LANGMUND, SCHOEPZINSKI e SACZEWSKI.

Comandavam as 2 Cias. de sapadores, formadas na maeór parte de austriacos e polonezes, os Cap. HAUSNER e PICARD; aliados estes com retardo, coube ao tenente RIESENTELS comandar os sapadores durante o pouco tempo de sua ezistênsia como unidade autónoma.

TRANSPORTE MARÍTIMO PARA O BRAZIL

REGO BARROS emcarregou do embarce e transporte dos leionários ao ajente VALENTIN, em HAMBURGO. Fora ele cem, praticamente, ezersera a alisiasão, aoslado por um tal Dr. SCHMIDT. Primeiramente trataram da infantaria; depoes, da artilharia; e, por ultimo, dos sapadores. Ao todo, somaram cerca de 1800 homens, aos cuas ainda se juntaram no BRAZIL alguns sentos de soldados e ofislaes.

Segundo uma estatística do "Hamburger Nachrichten" (Noticias amburgezas), de 7 de janeiro de 1852, os transportes se susederam durante o ano de 1851, na seguinte ordem:

DATA	NAVIO	COMANDANTE	EFEITIVO
7-IV	HAMBURG	HINRICHSEN	270 homens
14-IV	DANZIG	PUST	240
4-V	SEZAR GODEFFROY	BEHN	240
11-V	KOLONIST	BADE	153
3-VI	MARIA	BOHN	139
5-VI	ELBE	MUEHLENROTH	109
22-VI	HEINRICH	BOYEN	156
4-VII	FREIHANDEL	STEFFEN	61
18-VII	FLYING DUTCHMAN	COOPER	147
28-VII	MATHILDE	von BUTTEL	64

Soma: 1.770 homens.

Nos três primeiros navios foram transportadas as seis companhias de infantaria; os quatro seguitos levaram as quatro baterias de artilharia; e os três últimos as duas companhias de sapadores. Eram veleiros, e a travessia durou, em regra, 8 a 10 semanas. Alojamento e alimentação não deram motivo a ceixas. (14)

Como instrução disciplinar, proedia-se de vez em quando a leitura dos "artigos de guerra" prussianos, com suas penas disciplinares; de modo geral, não houve transgressões durante a viagem. Apenas num dos últimos transportes ocorreu uma turbulência no seio da tropa, em ce predominavam elementos de moralidade precária. Cristóvam LENZ e Adolfo JAEGER, avô do conhecido historiador riograndense Pe. Luiz Gonzaga JAEGER, S.J., são acórces na narrativa de um motim ocorrido no "HEINRICH", felizmente subjogado no nascedouro. Teriam planejado os amotinados, xefiados por um serto K.R., aprisionar o comandante do navio e os ofisiaes, assim apoderarse do barco e levalo a BUENOS AIRES, á disposiçáo do ditador RÓZAS. Comesaram por saccar os pacotes de mantimentos: embriagaram-se, foe fácil subjugalos. Quando o cabeça avamsou para o capitão BRINKMANN, foe seguro pelos cabos GIESELER e JAEGER, e amarrado. O conselho de guerra o condenou á morte, maz foe depois agrasiado, juntamente com seus conjurados.

Descrição divertida faz Júlio Jörje SCHNACK, á propóito da entrada do "CAESAR GODEFROY" na baía de GUANABARA: "Penetramos no porto do RIO na manhã de 21 de junho, com vento contrário, o qual nos obrigava á bordejar. Prósimos á primeira fortaleza insular, fomos xamados á fala, em imglez. Nóso comandante e o omem do leme estavam absorvidos em dirijir o barco, pelo ce não pudéram logo responder. Como de terra insistissem á perguntar, HINRICHSSEN, o omem do leme, feito de masa bastante áspera, dise ao capitão BEHN: "Responda á esse omem ce lhe trepe na cacunda."

O gajo da ilha insistia; o capitão, nada tímido, pegou do megafone e bradou em lejitimo dialéto amburguez: "cala a boca!" Todo o navio explodiu numa gargalhada. O "imglez", porém, entendia o dialéto, e servindo-se do mezmó, esmiusou as perguntas regulamentares: "De onde vem?" O capitão: "De HAMBURGO". — "Qual é a carga?" "Soldados". — "Cuahtos?" "400". Ai sesou o diálogo. Ultimamos á entrada e amcoramos no meio do porto."

Dezembracadas no RIO DE JANEIRO, as companhias eram alojadas na fortaleza da PRAEA VERMELHA. A soldadesca caozou singular impressão á população pelo seu estranho fardamento, notadamente pelo capasete de rebrilhante ponta metálica.

Das narrativas de lejonários se comelue ce a resepsão foe boa e, dadas as circumstásias, o alojamento e a subsistêmsia foram satisfatórios. O governo brasileiro cumpria comsiensiozamente seus emcargos contraloaes, incluzive á ezata paga dos vemsimentos. Os ofisiaes da guarnição brasileira mostraram-se muito cortezes e obzeziózos para com seus nóvos camaradas; estes foram resebidos pelo imperador, em sodiêmsia especial. Como intérpretes e intermediários junto ás aotoridades militares serviram os majóres FEGERSTEIN e RESIN, ce já se axavam alguns anos em serviso no paiz, e ce contiuraram adjuntos á leição. (15 e 16)

Era brève a estada de cada léva no RIO: após descampo de algumas semanas, as companhias, etc., eram transportadas para o RIO GRANDE DO SUL, em navios a vapor. Lá deveria ter logar a organização definitiva; á reunião se fazia em PELÓTAS, ce maes tarde foe designada para séde do batalhão, ao paso ce a artilharia ficou locada na sidadezinha do RIO GRANDE. As respectivas formações de rezerva, ou depósito, á comstituir nésas guarnisões, deviam servir posteriormente para instrução dos omems inesperientes, e para regular o recompletamento do efetivo em campanha, e reseber os

doentes e faltosos. Com esesão áessa ultima finalidade, corresional, ce sempre reclamou muito trabalho, as duas guarnições absolutamente não preemixeram seu papél.

DISEMSÕES NO BATALHÃO DE INFANTARIA

A 21 de junho xegara ao RIO, no "GODEFFROY", o comandante da infantaria, von der HEYDE, acompanhado dos ofisiaes do comando da unidade. No fim do mez partiram para PELÓTAS as primeiras companhias, sob o comando do major von LEMMERS, e em julho segiu o restante, com o comandante do batalhão. (17)

Antes de ficar concluida a organização definitiva, comesou a decaír a trópa. A sua composiçáo eterojénea acuzou seus efeitos negativos. Acrescia ce alojamento e alimentasáo pasaram a semsivelmente piores do ce durante a viagem de HAMBURGO ao RIO; os omems padesiám imensamente com ésa diferemsa, tanto maes ce estranhavam os uzos do paiz, aos cuaes, compreende-se, com dificuldade se adaptavam. E, em coroamento, a osiozidade e o tédio antes da marca para a campanha derlivavam em jogatina, bebedeiras e conécosos dezmandos. Afrouxou evidentemente a disciplina e comesaram as dezerções.

Por dezgrasa, também os ofisiaes não se armonizavam, oferestam a seus comandados vergonhozo exemplo de disídios. Entre eles figuravam divérsos sujeitos de caráter inferior, com maos antedentes de vária espécie, e ce não se ajustavam á nesesária disciplina militar e civil. O tenente coronél von der HEYDE, ce não tivéra interferém-sa no recrutamento dos ofisiaes, deparou, assim, com um ajuntamento, cujos componentes absolutamente não correspondiam á sua nesão dos recizitos para a condissão militar do estado de ofisial. Éra, ele próprio, omem morijerado, maz de visáo unilateral, de todo impróprio para o meio brasileiro e para comandante duma trópa de merse-nários. Como es-ofisial da Guarda Prusiana, não se libertara do espi-

rito de casta, e pretendia ce vigo-rassem rigorózamente os prinsípios da omra militar tradisonaes na PRÚSIA. No variegado bando de seus nóvos camaradas o seu prosedimento ríjido determinou insu-náveis disemsões e, por fim, a rápida dezintegração do corpo de ofisiaes; minou a sua situasáo pesoal no selo do batalhão e perante a administrasáo brasileira, á qual não entendia as pedanterias moralistas do tenente coronél, e suas imse-santes ceixas.

Acrescia ce o major von LEMMERS, pesoalmente inimizado com von der HEYDE dezde a gérria do SCHLESWIG HOLSTEIN, intrigava, sem escrúpulos, tanto no selo dos ofisiaes do batalhão, como junto á aotoridade superior.

Lógo após a sua xegada ao RIO, von der HEYDE afastara do batalhão os capitães SCHLEIER e HOERMEYER; em PELÓTAS tratou de proseder á nóva limpeza. Foe ce, antes de sua xegada al, ocorrera um motim da soídadescas contra o major von LEMMERS, o qual ezaserbara os omems pela sua brutalidade; os sarjentos da 3ª companhia declararam ce não maes serviriam sob as órdeins do major. Poucos dias depoes foram eles prezos e remetidos para o RIO GRANDE, onde inisíaram o longo desfile dos leñionários alemães punidos disciplinarmente.

A notisia sobre taes acontecimentos se espalhava rapidamente, pelos jornaes da térra, e dava novo alento á aversáo contra a trópa alemã. Quando, a 30 de julho, von der HEYDE xegou a PELÓTAS, seu primeiro ato foe manifestar ao major von LEMMERS a dezaprovasáo á sua conduta e declarar o estado de sitio, com baze na lejislasáo prusiana! Os habitantes da sidade, também atimjidos por ésa singular providém-sa, absolutamente inope-rante, pasaram a apelar á seu aotor, de "Rei da PRÚSIA em PELÓTAS". Promoveu ainda um proséso de tribunal de omra contra o alféres von KAHLDEN, sob á acuzasáo de aver sido demitido do serviso do rei do HANOVER por motivo de dividas; maz a attitude evaziva da maeoria dos ofisiaes in-

terrogados frustrou o intento. Irritado pelos seus malogros, resolveu muito em breve deixar o comando do batalhão. Acompanharam-no nesse afastamento o ajudante do batalhão, o auditor e o médico-chefe, bem como um capitão e um alféres, "porquê lhes repugnava servir em um corpo com caveira de burro".

Asumiu, então, o comando do batalhão o major von LEMMERS, ce assim se viu bem mais perto da meta de seus ambiciosos planos.

Na organização definitiva, a infantaria alemã constituiu o 15º Btl. da 3ª Divisão do Exército Brasileiro Espedicionário, em reunião em JAGUARÃO, sob o comando do general FERNANDES (18), ao passo ce a 1ª Divisão e a 2ª, sob o comando dos generaes Bento MANOEL e CALDWELL, (19) se reuniam inicialmente em LIVRAMENTO.

A 8 de agosto o batalhão estava pronto para marchar, em PELÓTAS. Contava 28 oficiais, 24 sarjentes, 12 tambores, 18 muzicos e 848 soldados de fileira. Entre 10 e 16 de agosto, foi embarcado, em navio, para JAGUARÃO; aí se conservou inativo durante um mez inteiro, á falta de equipamento e munição, até de barracas. No seu diário "NÓSO MODO DE VIDA" (Unsere Lebensweise), escreve Emrice SCHAEFER: "Levamos a vida de soldados em guarrição, só com a diferença de ce, em vez de morarmos em cazernas, nos alojamos sobre o xão puro e em galpões. A comida é sempre igual: sopa e carne, carne e sopa. Falta o pão alemão. Não faltam insetos parázitos."

Entrementes o tenente coronel von der HEYDE mudara de idéia, e no comeco de setembro reasumiu o comando do batalhão, depois de aver dirigido toda sorte de ceixas e ponderações ao comandante do Exército, conde de CAXIAS, ce se axava em LIVRAMENTO, com o grosso das tropas brasileiras.

A 16 de setembro xegou a ordem de marcha para o batalhão, juntamente com a resposta ás representações de von der HEYDE. Era dirigida ao general FERNANDES, e lhe dava poderes para escluir do batalhão aos oficiais ce se não

submetessem á disciplina. Tal autorização foi comunicada ao comandante do batalhão e, em consequência, foram removidos 3 capitães, SIBER, HOERMEYER e EHRENKREUTZ, bem como 2 tenentes e 5 alféres, entre eles DU VIGNAN, von KAHLDEN e von WEDELSTEDT. Na maior parte foram recambiados, prezos, para RIO GRANDE, juntamente com numerosos soldados, igualmente transferidos. Entretanto, o comandante não ousou afastar o seu mais perigoso adversário, o major von LEMMERS.

A 17 de setembro a tropa rompeu a marcha, de JAGUARÃO. Contava agora com 2 oficiais superiores, 2 capitães, 14 tenentes e alféres, 3 médicos e 795 soldados. Ficavam em JAGUARÃO, PELÓTAS e RIO GRANDE, como doentes, inválidos, prezos e escusados, 3 capitães, 7 tenentes e alféres e 142 soldados. Esses prezos, no fim de algum tempo foram soltos e incorporados, com os demais, ao contingente da reserva, ou depósito, no RIO GRANDE, sob o comando do capitão SIBER.

A INFANTARIA NA MARXA

Ao cabo de cinco dias de marcha, o batalhão juntava-se á Divisão FERNANDES, e iniciava, então, em quadrado, a penosa marcha sobre MONTEVIDEU.

Nessa caminhada de 400 km. houve toda sorte de contrariedades. Fadeseu a tropa falta de víveres, porquê os comissários de alimentação (20) cedavam mais de seus bolsos ce das necessidades da tropa; dezabitutados os soldados ao xurascos, uzoa na rejão, resentiam-se eles extraordinariamente da privação duma alimentação condizente. Acresciam as dificuldades do terreno, o incômodo do equipamento individual, o calor de dia e o frio de noite. Tudo concorria para deprimir os animos desses legionários. Ouve até cazos de suicídio, por desespero e saudades da pátria. E o major von LEMMERS tirou partido dessa situação difícil do batalhão, para aspirar a campanha de intrigas contra o comandante.

Abilmente se serviu dos 2 ofislaes teutobrazileiros, da Guarda Nacional, tenente coronel KNORR e capitão WILDT, ambos prosedentes da colônia alemã de S. LEOPOLDO, e ce já aviam servido nos batalhões alemães do imperador d. PEDRO I. Estavam eles adidos ao batalhão, como ofislaes de ligação, instrutores e intérpretes; e, em jeral, não eram bem vistos, porcé considerados espíes das autoridades brasileiras. (21) Pioravam dia a dia as relações de von der HEYDE com o seu superior imediato, jeneral FERNANDES.

No fim de outubro, após quatro semanas inteiras de marcha, a Divisão alcançou o acampamento coletivo do ezército brasileiro, em S. LÚSIA, onde já se axavam as Divisões 1ª e 2ª.

O comandante xefe, jeneral CAXIAS, estabelesera o seu Cuartél Jeneral em MONTEVIDEU, distante cerca de 80 km. Nôvamente von der HEYDE lhe enderesou suas representações, especialmente a pedir investigação a seu próprio respeito e ao dos ofislaes seus adéptos. O conde de CAXIAS não o resebeu bem e acabou por suspendelo do serviso. Então nôvamente o major von LEMMERS assumiu o comando do batalhão, e assim este reemsetou a marcha, a 10 de novembro, com 50 baexas por dezersão. Ia em quadrado no ezército, rumo á COLÔNIA DO SACRAMENTO.

Não tardou ce se verificassem atritos e ostilidades mútuas entre esse comando interino do Btl. e seus ofislaes, a ponto de ce a maior parte destes se recusou a continuar no serviso sob as órdeins do major e pediu, coletivamente, o afastamento dele e recondução do tenente coronel. Além disso, pediam melhor tratamento por parte do comando brasileiro, com a solisitação de serem escludos se fossem atendidos. A respôsta inicial foe dilatória, até ce a 1º de dezembro foram mandados escluir os ceixózios. Eram eles: tenente ajudante do Btl. KOEHLER, cap. von der MARWITZ e conde von HERZBERG, tenentes von BREITEN-

BACH, von CLASS, von ROCZKOWSKI, KLEBS e SCHMIDT, bem como os alfêres MOELLER, DAN, VETTER e AMTOR, maes o médico-xefe Dr. WACHS e o auditor maj. von HARBOU. (22) Tivêram permissão para continuarem provisoriamente, em liberdade, em COLÔNIA, tal cual o tenente coronel; maz acabaram remetidos, sob escolta, para o RIO DE JANEIRO, juntamente com o tenente von RIESENFELS, dos sapadores, o cual já anteriormente fora prezo. Alguns deles ficaram prezos no RIO, até 1853. Só se comservaram no Btl., além do major von LEMMERS, o seu ajudante, alfêres BOCKMEYER, maes os alfêres SCHIOETT e MARQUARDSEN; o efetivo de prasas baexara a 748, incluzive 88 doêntes e 24 prezos. A falta de ofislaes, quatro das companhias ficaram comandadas por sarjentos.

Taes acontecimentos perturbadores, ce nesessariamente tivêram pernisiôza repercussão na disciplina da soldadesca, fortaleceram ao conde de CAXIAS em sua indispozisção para empregar o batalhão como unidade constituida. Assim, o deixou no acampamento de COLÔNIA, apenas dele destacada uma Cia., formada de veteranos selecionados, sob o comando do cap. WILDT, com o alfêres SCHIOETT, trôpa ce incluiu na Divisão do jeneral MARQUES DE SOUZA. (23)

Diversos soldados lejonários, ce o dezejaram, foram transferidos para unidades brasileiras. E o major von LEMMERS não se desquedou em impedir ce eses elementos voltassem ao Btl. e ce este fosse recompletado. E, em fase da mingua do efetivo, em ofislaes e em prasas, estinguuiu duas Clas., de modo ce o Btl. ficou reduzido a 4. Como o governo continuase a pagar os vensimentos para 6 Clas., podia ele embolsar a diferença. Nese estado de coexa nada sofreu alterações quando, no fim de janeiro, vieram reunirse ao Btl., prosedentes do RIO GRANDE, o cap. SIBER com outros 3 ofislaes e 30 prasas.

ARTILHARIA A CAVALO, SEM CAVALOS NEM CANHÕES

Pouco após a infantaria, avia xegado ao RIO o Grupo de Artilharia, com seus 600 omens, e daí, em susesivos transportes marítimos se deslocará para PELÓTAS. A sua xegada a ese primeiro destino, a infantaria já rompera marcha rumo a MONTEVIDEU.

O comandante da artilharia, tenente coronel von HELD, ce fora contratado tarde, em HAMBURGO, ainda não se reunira á sua unidade quando ésta partiu para o RIO GRANDE DO SUL; e o seu immediato, major von BROCKENHAUS, ficou doente, no RIO. Os ultimos elementos do Grupo, com uma parte de seu comando, deixaram o RIO a 28 de outubro. As baterias ficaram divididas entre RIO GRANDE e PELÓTAS e o comandante interino era o capitão JAHN. (24)

Nas várias semanas de estada em PELÓTAS, decaiu ainda maes o estado moral da trópa, ce já antes deixava muíto a desejar. Serviso, a bem dizer não avia, salvo algum ezersisio a pé, apesar de ce parte dos omens não tivêsem nenhuma instrusão militar. As pásas de artilharia, trazidas da ALEMANHA, só tornaram a velas no PRATA.

O convivio com os remanescentes camaradas infantes não era de feisção a lhes melhorar o espirito. Assim ó ce avultaram as dezersões e tramzgresões disciplinares. De uma feita dezertaram 40 omens, das baterias 1ª e 2ª, com destino a S. LEOPOLDO: maz foram persegidos e recambiados, por um destacamento de Guarda Nacional, a cavalo. Outro bando, de uma dúzia, fazia sortidas noturnas, a "recizitar" galináseos e suínos, com vistas a melhorar o mofino ramxo.

Ocorreu um cazo muíto triste, por muítos anos lembrado entre os povoadores da campanha. Foe por ocasião de uma dezersão em grupo. Combinaram 25 artilheiros abandonar a trópa, a 1º de novembro. Á ultima óra, treis deles tivêram meço, denumziaram ao comandante os 22 companheiros, ce já aviam saído da sidade.

Pósta uma forsa de cavalaria em sua persegisção, foram alcamsados e cercados numa estásia. Na luta ce se travou, sucumbiram o xefe do bando — um berlinez HAASE — maes 3 omens do mezm, e foe gravemente ferido maes um, ce também pouco depois falecia. Foram sepultados em CAMGUSU os mortos, e os 17 restantes foram remetidos prezos para o RIO, a responder perante a justisa. Ouve condenados á morte e a prizão, maz foram toões, maes tarde, perdoados.

No "Calendário para os alemães no BRAZIL", de 1914, relata C. STUHR ce ainda no comeso deste século, junto á estrada ao NO. do serro do VIJIA, perto de PELÓTAS, se via uma cruz com a inscricao "1852-1902 — Ora pro nobis"; segundo esplicação unanime dos moradores, esa cruz fora ai plantada em memória dos 5 dezertores alemães ce, durante a gerra contra RÓZAS, ali foram alcamsados e mortos.

Constituido o Grupo a comeso como artilharia montada, pouco antes da partida para o teatro da campanha foe transformado em artilharia a cavalo, sob a designação de 2º Regimento. Comtudo, nunca xegou a ver cavalos.

O efetivo de prasas baexou por doémsas, falecimentos, súsidios, prizões e dezersões. Da 2ª bateria, por ezepto, sabemos, pelo relato do artilheiro NORDHAUSEN, ce seus 150 omens embarcados em HAMBURGO estavam reduzidos a 90 em PELÓTAS. Assim, o Grupo todo contava apenas com 250 omens quando, no mez de novembro, sob o comando dos capitães JAHN e BRINCKMANN, foe reembarcado no RIO GRANDE para segir, por MONTEVIDEU, para COLÔNIA DO SACRAMENTO. O continjente de rezerva do Grupo ficou no RIO GRANDE, sob o comando do major FEGERSTEIN.

No acampamento de COLÔNIA as duas trópas alemãs ficaram muíto separadas uma da outra. Sem barracas, os artilheiros pernóetavam sobre o xão puro, depois de pasarem o dia expostos ao sól abraizador de dezembro. Estavam,

poriso, na ordem do dia insolações e outras doências.

Desprovida de animaes de sela e de tração, com ce aliaz os omems não saberiam lidar, ésa artilharia não possuia mobilidade para suas viaturas. Também os artilheiros não posulam instrusão com as péssas de artilharia, de módo ce realmente o comando superior brasileiro não tinha como empregar ésa artilharia; poriso, pemsou em dissolver o Grupo e distribuir o pessoal pela infantaria. A semelhante propósito se opôs por todos os meios o comandante interino, cap. JAHN. E no fim de janeiro, portanto na iminência da batalha de

Monte CASEROS, dezertaram 2 oficiais, os 2^{os} tenentes KAAS e MALSCHITZKI (este prosedente dos sapadores), os cuaes se passaram para BUENOS AIRES, a oferecer servisos ao ditador RÓZAS. O fato susitou suspeita de conjura e traição, pelo ce o cap. JAHN foe prezo e o cap. BRINCKMANN suspemso. O major MALLETT, oficial framsez a serviso do BRAZIL, maes tarde jeneral e ministro da gerra, assumiu o comando interino do Grupo; logo ce a investigação apurou a inosência dos does capitães, foram eles reconduzidos a suas fumsões. (25)

(A continuar)

(8) Eis os titulos de REGO BARROS, ce figuram no preâmbulo dos contratos de leijonários alemães (ver "INDOLE", op. cit. 1^a)... do Conselho de S.M. o Imperador, Comendador da Ordem de S. BENTO DE AVIZ, veador de S.M. a Imperatriz, tenente coronel reformado do estado maior do ezército, deputado á Assemblia Jeral Leijiativa". Nesta ultima qualidade, sendo ainda capitão de enjenheiros, é ce fora ministro da gerra, em 1837. Novamente na mezma qualidade, de deputado, já coronel reformado, foe outravez ministro da gerra, em 1859.

(9) O contrato da leijão alemã de 1851 obedeseu á lei n. 534, de 6-IX-1850. Estabelesia éla, no art. 17^o: "Fica o governo autorizado... § 4^o. Para, em circunstancias extraordinárias, fazer as despesas nesessárias afim de elevar a 25.000 omems a forsa de 1^a linha, podendo contratar nasionaes e estranjeiros, e distribuilhes térras, segundo contrato. Os estranjeiros só podem ser empregados nas fronteiras."

Cuanto aos prémios, a ce se refere A.S., muinto maesores eram os estipulados para os ofisiaes: 500 tálers e 122.500 brasas cuadradas de terra, para o ten. cel. von der HEYDE; 262 tálers e igual lote de terra, para o maj. von LEMMERS; 224 tálers e 62.500 brasas cuadradas de terra, para os capitães, tenentes e alferes.

Compensação especial éra estipulada para o cazo de vir a ficar inutilizado o mersenário, em consequência de ferimento em combate, inclusive para a familia, em cazo de morte, occorrida em ação ou em consequência.

Teremos idéia dos vencimentos do ezército brasileiro, lembrando ce um alferes de infantaria persebia, em campanha, 07\$600 Rs., assim discriminados: soldo 30\$; cinta parte do mezmo — 6\$; terço de campanha — 12\$; gratificação adicional — 10\$; etapa: 30 raseões, a 320 Rs. — 9\$600 Rs.

(10) O conde de LIPPE, ce serviu no comando do ezército portugez, na segunda metade do século 18^o, déve seu renome á regulamentação por ele empreendida, á maneira de código da disciplina militar, a qual no seu tempo — e por muintissimo tempo — foe, a bem dizer, de uzo universal. Esse código alcançou as foras armadas do BRAZIL, através das prescrições vijentes na metrópole portugeza, cnde, por sua vez, teve, no comeco do século 19^o, adaptação praticada pelo marechal inglez BERESEFORD. Este surtiha em PORTUGAL como jeneral, na campanha antinapoleonica insentivada pela IMGLATERRA, e depois ficara muinto tempo como governador do paiz, por delegação de d. JOAO VI, até ce foe espulso.

Logo no comeco da campanha contra ORIBE, CAXIAS mandou revigorar as instrusões de BERESEFORD, por estar esgotada a edição do vijente Regulamento de ZAGALO, do ezército portugez, adotado no nãoo. No BRAZIL, só em 1892 esse Rgi. de ZAGALO teria substituido: foe o de MOREIRA SÉZAR.

Os "artigos de gerra" figuravam no "Regulamento de Infantaria e Artilharia", de 1763, e foram entendidos a todas as armas. Eram em número de 39, e presedidos de 5 advertências, numa das cuaes se estabelesia a leitura dos artigos de gerra "na frente das companhias" em todos os dias de pagamento e ce a nenhum soldado se tomaria "o juramento de fidelidade ás bandeiras sem ce primeiro lhe sejam lidos e claramente explicados". Entre as penas previstas figuravam: a de morte, ás vezes especificada a execução por enforcamento; o arcazamento; trabalhos forçados; carrinho perpétuo; pancadas com espada de pramxa.

Os artigos de gerra deixaram de vigorar com a adosão do "Regulamento Disciplinar para o Ezército em tempo de paz", de 8-III-1875, a cujo trasado obedeceram, suas sucesivas reformas, em ce esse R.D.E. foe integrante do R.I.S.G. (Regula-

mento Interno e dos Serviços Jeraes), atualmente constitutivo de regulamento autônomo, R.D.E.

(11) Suprimimos nesta tradução a narrativa de LENZ, ce constitue anêco do opusculo de A. SCHMID; assim procedemos por espírito de equidade. O próprio A.S. refere, na "Bibliografia", observação preliminar, ce unizou esse depoimento em seu trabalho; e este é todo ele edificado sobre depoimentos, em-contrados nas outras publicações ce Arrola.

Segundo nãa correspondência epistolar com A. SCHMID, fce ele próprio cem, em 1911, por ocasião de sua primeira estada no BRAZIL (1906-1911), como jornalista, tomou o depoimento de C. LENZ, o redijiu, prestou, e publicou no "DEUTSCHES VOLKSBLATT", de PORTO ALEGRE, nacele mesmo ano, publicação da qual fce tirada separata, em toelho.

(12) Como se vê adeante, von KOSERITZ comecou a partilhar a sãa dos le-ñonários alemães como tripolante de um dos veleiros ce trouxe de HAMBURGO uma das lévas.

(13) Ver no fim, o "anêco": "Relação nominal" dos ofisias da Leñão.

(14) No Livro "ESTRAMJEIROS", do Arquivo do M.G., um ato ministerial de 7-VII-1851, referente à xegada e espéra dos navios KOLONIST, MARIA, ELBE e HENRICI, refere também, como transporte de leñonários ou de material para eles, o MERCURIUS.

— Quanto a ordem ce reinou a bordo, von LEMMERS discorda; em sua narra-tiva, "INDOLE", pãj. 22, comigna ce ainda em HAMBURGO e GLUECKSBAD ouve motins a bordo, por caoa da alimentação.

(15) O prenome de FEGERSTEIN era Pedro Nicolao. Emcontramos no al-manac de 1861 — e, para identidade à pronúncia alemã, levou o tortografo U mudo depois do G: entã grãado FEGUERSTEIN. Consultada a sua te-de-orisio, bem como o livro "Estramjeiros", e recerimentos seus exsentes igualmente no Arquivo do M.G., colhemos a seguinte lista:

— Filho do major sueco SWIN ADAM; natural de STOCKHOLMO; nasceu em 1796. Fce tenente do 2º Regimento da Guarda Real sueca; em LONDRES, o visconde de ITABAIANA o emagou para servir no exército brasileiro, por 3 annos, a 19-VIII-1821, como capitão. Sua janeiro de 1822 acca agregado ao 2º B.I. (alemães; como o 2º e os 1º e 2º B. de Granadeiros) e com esse batalhão marchou para a campanha do Sul. Em março de 1829 fce transferido para o 2º B. de Gran. A 9-III-31 fce demitido do servio, por tãa da lei jera contra os estramjeiros ce exército.

— Estava no RIO GRANDE DO SUL (provavelmente atraído pela colônia alemã ce S. LEOPOLDO, fundada em 1824) ao romper a revolução farroupiana, em 1835; apresentou-se, entã, no RIO PARDO, ao marechal do exército, reinado, JOAO DE BRIZ MENNA BARRETO, para prestar servios a legação; e teve o comãdo da imãandã ce a te organizou; com a meiza tomou parte na çegada de PORTO ALEGRE, e fce ferido em combate, por data de luz, a 31-VI-35.

Naturalizou-se brasileiro e casou com brasileira.

Em agosto de 36 o presidente da província o nomeou major em comissão, para o Batalhão Provisorio da Guarda Nacional; comandou esse batalhão nos combates de PORTO ALEGRE a 29-VI e 29-IX-37. Em junho marchou com o B.I. para a cidade do RIO GRANDE, ameaçada, a coadjuvar na defesa; voltou para P. Alegre em agosto e um ano depois seguiu novamente para aquela cidade, a frente de uma ala do Btl. (3 Cias.) e ali acca até ser o meizo estimo, a 24-XI-42, ocasião em ce passou a adio ao 8º B. Casadores, com o qual continuou em cam-panha, até a paz, em 1845. Em 1846 fce transferido para o 7º B. Fuzileiros.

— A 4-X-1847 fce readmitido no exército, no posto de capitão; e a 26-I-1848 fce graduado em major, por merecimento e servios distintos. Essa graduação fce tãa dada a seu recerimento, em ce pedia a elevação ao posto, em vista de ter sido classificado no RIO GRANDE DO SUL e lá se encontraram originaes dese posto ce ali aviam servido sob suas ordens quando ele em comissão, de major.

Em maio de 48 fce transferido para o 10º Batalhão, então 3º de Casadores. Fce promovido a major estivo a 29-VI-52, por merecimento.

A 10-IX-53 fce designado para comandar no RIO PARDO o 15º B.I. (alemães), fumaço em ce se conservou até 10-VI-55, quando expiraram os 4 annos de contrato dos leñonários. Fce entã para o comando do 13º B.I., em PERNAMBUCO.

Promovido a tenente coronel, por merecimento, a 2-XII-1856 e designado para o corpo de guarnição ficea do AMAZONAS. Em agosto de 57 fce transferido para o SEARA, no comando do "meio batalhão" de Casadores. Em 63 fce transfe-rido para o 11º B.I.

— Fce cavaleiro da Imperial ordem do CRUZEIRO e da de S. BENTO DE AVIS.

— OBSERVE-SE uma illustração de truz para a conhecida mazela reñna do descazo pela escrituração dos assentamentos dos ofisias: com immenso atrazo deve ter sido lavrada a te-de-ofisio de FEGERSTEIN, pois ce a sua apresentação em RIO PARDO, em 1835, comsta como feita ao visconde de S. GABRIEL... e o marechal MENNA BARRETO só fce agraciado com tal titulo em 1843.

Tambem não fce asentada essa missão de FEGERSTEIN junto à Leñão Alemã de 51, a sua xegada, como intérprete, segundo refere A. SCHMID. Entretanto, no livro "Estramjeiros", do Arquivo do M.G., encontram-se, desde a xegada da

Leição Alemã, várias ordens de fornecimento de fundos ao capitão FEGERSTEIN, a primeira delas datada de 8-VI-51, para pagamento de vencimentos, aos leccionários: foi, pois, junto a estes o ce oje se xama tezureiro.

(16) O mau ouvido (e mau framez) de von LEMMERS fez de "traditase" o nome de RESIN, germanizando-o, para "REISING". Não perseveramos a contra-facção: tal qual a tramizmitinos em nōsa traduçāo "INDOLE &".

Realmente, Carlos RESIN era veterano imigrado a serviço do exército brasileiro. Viéra para o BRAZIL entre as 100 famílias de imigrantes suíços ce fundaram a colônia de NOVA FRIBURGO (nome copiado do da cidade suíça), criada pelo decreto de 18-V-1818, segundo o qual os mezmus fundadores ficariam imediatamente naturalizados brasileiros. Era filho de Emrice RESIN e nasceu em 1797.

Sabe-se ce a colônia teve ce arrostar as maes sērias dificuldades. Talvez porisso, Carlos RESIN assentou prasa no 1º Regimento de Estramjeiros, no RIO DE JANEIRO, a 24-IV-1824. Foi nomeado alféres a 4-IX-26 e nesse posto fez a campanha da SISPLATINA, de 1826 a 28, incluzive participando com distincāo na batalha do Paso do ROZARIO. Tenente a 23-III-29. Demittido do exército em 31, como se fora estramjeiro. A 1º de agosto de 1832 reclamava contra ēsa demissāo ilegal, já porcē era naturalizado, comeante a lei ce o trousera ao BRAZIL, já porcē prestara servicos de guerra ao BRAZIL, condicāo ce a prōpria lei de 1830 estabelecia para esutuar da demissāo. Foi reintegrado a 28-VIII-32. Em dezembro dese mezmio ano recereu e obteve um ano de liemsa para gozar em S. CATARINA, para tratar de seus interesses pessoais.

Capitāo em comissāo na guerra dos farrapos, tomou parte nos combates nos arredores de PORTO ALEGRE, a 25-VI e 25-IX-37, nos MOINHOS DE VENTO, e a 3-VIII na AZENHA. Efectivado em capitāo a 20-VIII-38. Participou na tomada da LAGUNA, em 39. Major graduado a 18-VII-41, tomou parte no combate de CAMGUSU, a 25-X-43. Efectivado no posto a 18-VII-44, continuou na campanha até seu termo.

Fez a campanha do URUGUAE em 1851, e contra RÓZAS, em 52, na qual se distinguiu na Passagem de TONELEROS. Assumiu o comando do 15º B.I. (o Alemão) a 15-IX-52.

Tenente coronel por merecimento, a 18-VII-53; estacionou em MONTEVIDEO, com a Divizāo Brasileira, em 54 e 55. Fez a campanha do URUGUAE de 54 e 63, incluzive na tomada de PAESANDU. Promovido em coronel, por bravura, a 18-II-65. Fez a guerra do PARAGUAE, nela figurando em inúmeras asōes, e lá foi promovido a brigadeiro, a 1-VI-67.

A 23-VII-74 foi reformado, por sofrer de moléstia incuravel, ce o tornava incapaz para o serviço militar; faleceu a 15-V-1898.

Um seu filho do mezmio nome também xegou a brigadeiro, e comandou a guarnicāo do RIO GRANDE DO SUL em 1890.

(17) Segundo escreve REGO MONTEIRO, "à luz de documentos do Arquivo do Exército", (citado no "Prefácio" do Cél. CIDADE ao "INDOLE &") o transporte do batalhāo para RIO GRANDE, onde ficou reunido a 8 de agosto, assim se processou:

20 de junho de 1851, com o conde de CAXIAS, as Cias. 1ª e 2ª;
3 de julho, com o major von LEMMERS, a 2ª Cia.; a 6 de julho a 4ª Cia.; a 22 a 5ª; e a 31 a 6ª.

O batalhāo resbeu a designaçāo de "15º Btl. de Infantaria" e contava 23 oficiais, 24 sarjentos e 876 cabos e soldados. Eses 24 sjt. eram: 6 — 1os; 12 — 2os e 6 — 3os (nome atualmente substituído pelo ce 3º sjt.); avia, além deses, 1 sjt. mestre de musica, 1 sjt. tambor-mór, 1 sjt.-ajudante, 1 sjt.-actuário, 1 sjt.-espigardeiro, 1 sjt.-coronheiro e 1 sjt.-boticário. Os cabos eram 36; avia também 36 amspesadas; e 16 muzicos, 12 tambores, 2 pifanos.

— Entre os "vapores" ce transportaram do RIO para o SUL os primeiros leccionários xegados, figuram: "IMPERADOR", ce segiu a 6-VII-51, levando 200; "TODOS OS SANTOS", ce levava 100 alemães, armados das "nōvas espigardas de percussāo" maes 200 das mezinhas armas, para as Cias. 1ª e 3ª, ce já estavam no SUL, transportadas ce aviam sido pelo "IMPERATRIZ" (no qual segiu CAXIAS) e "PACETE DO SUL"; "PERNAMBUCANA", ce segiu a 2-VII, levando 150 alemães.

— Em rezumo, segundo o livro "ESTRAMJEIROS", o efectivo do "Batalhāo de Estramjeiros, de Infantaria", de 6 companhias, era:

Officiaes do grande e pecceno estado maior.....	9	
das 6 Cias.....	24	33
Prasas do estado maior.....	25	
das 6 Cias. (a 157).....	943	967
		1000

(18) A Divizāo FERNANDES, 3ª, compreendia as Brigadas 4ª, 5ª e 6ª; a 4ª, a Bda., e ce foi incorporado o 15º B.I. (Leição) e compreendia o 1º Btl. de Artilharia, transformado em infantaria, o Btl. 1. da Guarda Nacional do RIO GRANDE (cidade) e o 7º B.I. A Divizāo FERNANDES compreendia também uma bateria de 6 bocas de fogo (serca de 200 artilheiros), destacada da artilharia alemã, sob o comando do capitāo Emilio Luiz MALLET, do exército brasileiro.

Aos restantes artilheiros leccionários MALLETT veio buscá-los em dezembro, de PELOTAS, formando duas baterias, com destino a MONTEVIDEU, por via marítima.

CIDADE, em nota à nossa tradução "INDOLE, &", escreveu circunstantiado razumo biográfico do brigadeiro FERNANDES. Dete aci nos valemos:

Jozé FERNANDES DOS SANTOS PEREIRA era portugez. Jôvem, bateu-se em TORRES VEDRAS, onde foe gravemente ferido, dado por morto, e aprisionado, remetido pr'a FRAMSA. Em 1814 foe libertado, voltou para PORTUGAL e pouco deposes, em 1816, como tenente, alistou-se na Divizão de Voluntários Reass, ce vinha para o BRAZIL.

Aci segui logo para a "campanha sisplatina e estava em MONTEVIDEU quando do IPIRAMGA: tomou o partido do BRAZIL, asim adotando definitivamente a nôva pátria. Em 1844 xegava a jeneral: servia em 1851 no RIO GRANDE DO SUL, quando CAXIAS organizou seu ezersito para a nôva campanha sisplatina, confiando-lhe então o comando de uma das 3 Divizões, a 3ª. Faleceu em PORTO ALEGRE, em 1874.

(19) CIDADE também após, loc. cit., desenvolveida notisia biográfica sobre o jeneral João Frederico CALDWELL. Aproveitando-a, eis uma fixa:

Naseu em SANTAREM, PORTUGAL: filho dum jeneral inglez, veio para o BRAZIL e aci asentou prasa, a 10-IX-1810, no 1º R.C. Foe promovido a alféres em 1811. Em 1817 tomou parte na expedisção contra os revolucionários de PER-NAMBUCO. Tenente em 1830, tomou o partido do BRAZIL, nos acontecimentos ce desfexaram na proclamassão da independência nacional. Capitão em 1827, tomou parte na batalha do Paso do ROZARIO. Major em 1827. Combateu nas fileiras legalistas na gerra dos farrapos, na qual foe ferido (perdeu a mão direita), no combate do SEIVAL, a 10-IX-36. Tenente coronel em 1837, coronel em 42, jeneral em 46. Neste posto, em serviso no RIO GRANDE DO SUL, CAXIAS o escolheu para o comando de uma de suas treis Divizões, a 2ª, nas operações contra ORIBE, em 1851 e 52. Exerceu ainda altos cargos, como fosem comandante das armas no SUL, ajudante jeneral do Ezersito, ministro da gerra (1870), conselheiro de gerra: Faleceu em 1873.

(20) O serviso de subsistêmsia ficava a cargo da "Repartisção do Comissariado".

Compreendia: Comissário Jeral, Deputado do Comissário Jeral, Assistente do Comissário Jeral, Assistente do Deputado do Comissário Jeral e Comissários: respectivamente com omras de coronel, tenente coronel, major, capitão e tenente; maes; escriturários, fiéis e condutores.

(21) Pela ordem do dia nº 5, de 6-VII-51, CAXIAS manda ce pase a servir de "intérprete e insitutor de escriturasão e contabilidade das companhias de em-galhados alemães", ce se axam em PELOTAS, o tenente coronel Jôlio Emrice KNORR, da G.N. E pela ordem do dia nº 7, de 12, manda: "fica empregado para coadjuvar ao ten. cêl. da G.N. KNORR, na comissão em ce se axa, o capitão da mezza G.N. Fransisco Jozé WILDT."

A 9-III-52 ambos são dispensados dos "ezersisios em ce se axavam nos corpos alemães e do serviso no destacamento".

(22) A ordem do dia nº 46, de CAXIAS, publica ce, por decreto de 14-II-52, foe comsedida a demissão desses ofisais, a pedido. Não figura al o médico-xête Dr. Emrico V. WACHS: este só a obteve por decreto de 30-IV, e foe então substituido pelo Dr. Wolfgang Artur William MOLLER, admitido como 1º cirurgião, no posto de capitão: nesta mezza ocasião foe demitido a pedido o tenente de pontoneiros Rodolfo, barão von RIESENFELS.

Por decreto de 18-II-52 foe contratado, como capitão de infantaria, Oscar von KROPP.

O referido tenente Rodolfo SCHMIDT fora contratado como alféres, na ALE-MANHA, e promovido a tenente por decreto de 22-VII-51: e, por decreto de 28 fora promovido a alféres o sít. Hermann Carl Rudolf BORCKMEYER, ora referido como ajudante do Btl., fumssão a ce, naturalmente, fora destinado na veia de von KOEHLER. Ver a nota 13, no "Anêco". Parêce ce o Ten. KOEHLER obteve logo deposes reingungamento, poes em outra seccão do Arquivo do Ezersito (ofisinas demitidos) figura ele, com maes 3 do 14º B.I. (suseor do 15º) como esculuido por conclusão do prazo do contrato, a 16-V-58 (era CAXIAS o ministro da Gerra).

— Na correspondência ofisial de CAXIAS, existente no Arquivo Nacional, aserca dessa campanha, encontram-se cartas de S. Es. ao nôso ministro plenipotenciário, Onório Ernêto C. LEAO, em ce trata de pesos da Leijão. O "Jornal do Comércio", carioca, de 24-IX-50 publicou algumas delas.

O rezumo das impressões e pedidos de providências de CAXIAS, aserca de numerosos maos elementos da Leijão Alemã, está vazado neste final de carta:

"...veja ce jentinha para cá me mandaram."

A respeito desses 12 ofisais, ce afinal foram esculuidos sob a capa de "a pedido", solicitava acolhida a bôrd dum vazo de gerra e seu transporte direto para o RIO, afim de evitar o risco de contaminarem aos outros. Refêre-se às falcatruas dos cmt. de Clas. do 15º B.C., "com esesão do da 1ª", ce aviam dezviado os vemimentos de seus comandados e ceriam espernear ante a "carga para desconto". As baterias alemãs não se encontravam em estado "de entrarem em campanha", porçé, segundo CAXIAS verificara deante da alegassão do seu cmt. "não eram artilheiros senão 30" e dezo ce saíram da PRÚSIA não aviam tido nenhum ezer-

also. Sobre as dezações para a ARJENTINA, diz ce os soldados leionários, "quando se embebedam, dizem ce ROZAS paga melhor", e ce "só esperam ocasião para experimentar a diferença".

(23) MARQUES DE SOUZA assumiu o comando da 1ª Divisão a 7-XI-51 (órdem do dia nº 24) por se aver afastado, doente, o marechal Bento Manoel RIBEIRO. Essa 1ª D., ce foe a nós F.B. transplatina ce 32, compunha-se das Brigadas de Infantaria 1ª e 2ª, com os B.H. 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 13º, bem como do 2º R.C., ao mando do Ten. Cel. Manoel Luiz OSÓRIO, o de duas baterias de artilharia.

Manoel MARQUES DE SOUZA, terceiro jeneral do mesmo nome, pocs ce pae e avô também foram jeneraes, nasceu a 13-VI-1804, em RIO GRANDE; alistou-se aos 13 annos de idade, em 1818, no 1º R.C. da Divisão de Voluntários Reaes, para servir na campanha contra ARTIGAS. Altières em 24-VI-1818, tenente a 1-XII-24, foe promovido a capitão em 1827, por atos de bravura, praticados na batalha do Passo do ROZARIO. Major graduado a 29-III-1829.

Na guerra dos farrapos, combateu ao lado da legalidade, destacando-se no combate de ARROIO GRANDE, a 14-X-35, e depois, apesar de se axar prisioneiro, na revolta em defeza de PORTO ALEGRE, a 15-VI-36, razão por ce maes tarde, ao ser feito barão, o seria "de PORTO ALEGRE". Avia sido aprisionado, em 36, pelo xefe farroupilha Antônio NETO, e remetido para a capital da provincia.

Efetivado como major a 18-II-37; tenente coronel graduado a 20-VIII-38; efetivado a 2-X-40. A 16-XI-41 bate os farrapos na várzea do VAREJÃO. Coronel a 27-III-42; graduado em brigadeiro a 14-III-47, efetivo a 13-VIII-50.

Da sua atuação nas campanhas de 1831 e 52 atestam as medalhas respectivas, sobrenome de a ouro, conquistada em MONTE CASEROS.

Em março de 1852 foe feito barão de PORTO ALEGRE, com omras de grandeza, e marechal de campo.

Reformado por doente, em 20-II-56, como tenente jeneral, retornou á atividade por ocasião da guerra do PARAGUAY; teve, então, de início, o comando do Exército em Operações no RIO GRANDE DO SUL, fumaço em ce levou a cabo a rendição de URUGUAYANA.

No PARAGUAY, com a vitória de CURUZU, em 1860, reseheu o título de visconde; e com a de TUIUTI o de conde. A 27-I-68 foe ezonerado a pedido, por doente, do comando do 2º Corpo de Exército e recolheu-se ao BRAZIL. Faleceu em PORTO ALEGRE, a 18-VII-1875.

(24) No livro do Arquivo do M.G. "ESTRANJEIROS", á páj. omze, comsta: "Organização do Batalhão de Estrangeiros, d'artilharia (jeira, composto de 4 companhias".

Comando :	Offislaes	7	Prasas	5
3 Baterias a 8 péasas (a 4 of., 153 pr.)....		12		459
4ª Bta., de obuzes.....		4		191
Soma :		23		655

— No mezmo livro, em data de 4-VIII-51, encontra-se um pedido de material, feito pelo Cap. JAHN, em francez: "Les choses suivantes, sont nécessaires avant le départ de la 1ère batterie". Méres bujigangas. A julgar por semelhante pedido, essa artilharia devia estar, como o exército francez em 1870, no conselho de LEBOEUF: "Archi-prét."

(25) Trata-se de Emílio Luiz MALLET, o "vêlho MALLET", ce viria a ser o patrono da artilharia brasileira, especialmente pela sua desiziva atuação na batalha de TUIUTI, a 24-V-66; como integrante dessa omenajem, o seu antigo Rejimento tomou o nome de R. MALLET.

Ao iniciarse esta campanha, ainda era capitão de artilharia, e só foe promovido a major em 1855; entretanto, é referido como major, até nos documentos offislaes, não só porcé o era em comissão, como porcé era major da Guarda Nacional, posto adicrido pelos servisos prestados á legalidade na guerra dos farrapos.

Xegara ao BRAZIL (RIO DE JANEIRO), em 1818, com seus dois irmãos, Pedro Vêlho e Jôllo Antônio, e a irmã Júlia Antônia, em companhia dos paes, todos proscritas da BÉLGICA, onde se aviam exilado por motivos politicos durante a dominación napoleônica na FRAMSA.

Avendo sido aluno da escola militar em FRAMSA, cis no BRAZIL retomar a carreira das armas, e porisso, ao emsejo da independência do BRAZIL, disposto a adotar a nova pátria, asentou prasa, como 1º cadete, a 13-XI-1823, com a idade de 21 annos, pocs ce nasido a 10-VI-1801, em DUNGERQUE. Coursou a Academia Militar do RIO, foe nomeado 2º tenente a 12-X-23, promovido a 1º tenente a 17-II-25 e a capitão a 2-II-26.

Tomou parte na campanha displatina, incluzive na batalha do Passo do ROZARIO. Terminada a mezma, ficou em serviso na provincia do RIO GRANDE DO SUL e ai, em 1828, cazava-se em BAJE, com D. Joacina Castorina, filha do estamseiro coronel Antônio de MEDEIROS COSTA. Dese consórtio ouve três filhos e uma filha. O maes moso dos rapazes era João Nepomuseno de MEDEIROS MALLET.

Transferido para o RIO DE JANEIRO, ai em 1831 foe escludido do exército, com injusta applicação da lei contra os militares estrangeiros, na qual se estilzara o furor nacionalista, arma politica contra D. PEDRO I.

Volto então ao RIO GRANDE, para junto do sogro, ce lhe proporcionou ocupação na administração de uma de suas estâncias, a de ITAPEVI, no município de ALEGRETE. Ali foi alcançado pela revolução farroupilha: ao lado de seu sogro, prestou relevantes serviços à legalidade, em razão dos quais foi depois nomeado major da Guarda Nacional da província.

Vinte anos fora do exército, apresenta-se por ocasião da expedição contra ORIBE e é então readmitido como capitão, a 20-IX-51. Em continuação, participa na guerra contra ROZAS, inclusive na batalha de MONTE CASEROS. Só a 2-XII-55 é promovido a major. É graduado em tenente coronel a 28-XI-63 e nesse posto classificado no 1º R. de Artilharia a Cavalo, em S. GABRIEL. Com duas baterias do mesmo marca, a 18-X-64, para a campanha do URUGUAE, onde teve papel de destaque na tomada de PAESANDU; também tomou parte no assédio a MONTE-VIDEU. Daí seguiu para a guerra do PARAGUAE; efetivado no posto a 23-I-66 e no comando do 1º R.A. a Cavalo; celebrou-se pela sua ação a 24 de maio. Coronel no mesmo ano, a 20-VIII, e brigadeiro a 14-VII-68.

Na guerra do PARAGUAE tem a seu lado, na artilharia, os 3 filhos, o mais novo deles, João Nepomuceno, já capitão da arma, os outros dois como tenentes de infantaria (praras de 4-VIII-51), à disposição de seu comando. Pedro Félix (alferes a 2-XII-56; tenente a 3-III-66; capitão a 20-IX-69, por bravura; reformado a 10-XII-73) deixaria o exército como capitão no fim de 1873 e se recolheria à estância do ITAPEVI.

Antonio Júlio (alferes a 2-XII-61; tenente a 30-X-68, por bravura, com antiguidade de 11-XII-68; capitão a 12-VI-76) reformou-se como capitão, em 22-IX-1882.

O brigadeiro Emilio Lutz MALLET a 28-XII-78 foi agraciado com o título de barão de ITAPEVI; foi promovido a marechal a 18-I-79 e a tenente general graduado a 2-X-84. Foi reformado a 30-V-85 e faleceu, no RIO, a 2-I-1886.

— Ministro da guerra foi seu filho, João Nepomuceno de MEDEIROS MALLET, general de divisão, nomeado para esse cargo a 15-XI-88. Segundo sua relação de alterações, nasceu a 1º de janeiro de 1837. Em 1864 era 1º tenente do 1º R.A. a Cavalo, de S. GABRIEL, e com o mesmo marca para a campanha do URUGUAE. Só saiu general na república, em 1892; divizionário em 97, marechal em 1900; faleceu a 12-XII-07.

— Os presidentes dados genealógicos nos foram fornecidos pelo 1º ten. de A. Dr. Pedro Jasinto de MALLET JOUBIN, ce tem pronto, a publicar, um estudo biográfico sobre os nossos dois marechais MALLET.

“Chefe que perde a calma a menor contrariedade é como louco com momentos de lucidez, com ressalva de que os períodos de loucura lhe vêm precisamente nos momentos de mais preocupações e responsabilidades”.

* * *

“Aquêlo (chefe) que se enamora perdidamente de alguém, nada mais vê no Mundo. Tudo lhe é indiferente — exceto o alvo de seu amor — e o seu inspirador é onipotente e onisciente”.

* * *

“O chefe violento provoca o desamor não ganha a confiança dos subordinados, fere a sua sensibilidade, não condescende com as naturais fraquezas e deficiências doutrem — ele também é subordinado e também as possui — numa falsa interpretação da noção de autoridade e disciplina”.

(Cap. Vitorino Esparteiro — “Revista de Cavalaria” — Lisboa, julho de 1950).

ARMAZÉM DIONÉA

DE

DIONÉA DE OLIVEIRA E SILVA

SECOS, MOLHADOS E BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Rua Mesquita n. 134-A — Realengo

PORTUGUÊS SEM MESTRE

2º Sgt. GERALDINO MARONES

MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO

Houvesse ou tivesse	{	Louv-ado
Houvessem ou tivessem		Vend-ido
Houvesse ou tivesse		Part-ido
Houvéssemos ou tivéssemos		P-ôsto
Houvéssela ou tivésse-la		
Houvessem ou tivessem		

FUTURO IMPERFEITO

Louv-ar	Vend-er	Part-ir	P-user
louv-ares	vend-eres	part-ir-se	p-useres
louv-ar	vend-er	part-ir	p-user
louv-armos	vend-ermos	part-irmos	p-usermos
louv-ardes	vend-erdes	part-irdes	p-userdes
louv-arem	vend-erem	part-irem	p-userem

FUTURO PERFEITO COMPOSTO

Houver ou tiver	{	Louv-ado
Houveres ou tiveres		Vend-ido
Houver ou tiver		Part-ido
Houvermos ou tivermos		P-ôsto
Houverdes ou tiverdes		
Houverem ou tiverem		

INFINITIVO PRESENTE IMPESSOAL

Louv-ar	Vend-er	Part-ir	P-ôr
---------	---------	---------	------

PRESENTE PESSOAL

Louv-ar	Vend-er	Part-ir	P-ôr
louv-ares	vend-eres	part-ir-se	p-ôres
louv-ar	vend-er	part-ir	p-ôr
louv-armos	vend-ermos	part-irmos	p-ôrmos
louv-ardes	vend-erdes	part-irdes	p-ôrdes
louv-arem	vend-erem	part-irem	p-ôrem

PERFEITO IMPESSOAL

Haver ou ter	{	Louv-ado
		Vend-ido
		Part-ido
		P-ôsto

PERFEITO PESSOAL

Haver ou ter	{	Louv-ado
Haveres ou teres		Vend-ido
Haver ou ter		Part-ido
Havermos ou termos		P-ôsto
Haverdes ou terdes		
Haverem ou terem		

GERÚNDIO E PARTICÍPIO PRESENTE

Louv-and-o	Vend-and-o	Part-and-o	P-and-o
------------	------------	------------	---------

PARTICÍPIO PASSADO PERFEITO

Louv-ado	Vend-ido	Part-ido	P-ôto
----------	----------	----------	-------

PARTICÍPIO PASSADO COMPOSTO

Havendo ou tendo	{	Louv-ado
		Vend-ido
		Part-ido
		P-ôto

Verbos irregulares (alguns verbos irregulares).

RESFOLEGAR

Resfolgo, resfolgas, resfolga, resfolegamos, resfolegais, resfolgam; resfolegava, resfolegavas, resfolegava, resfolegávamos, resfolegáveis, resfolegavam; resfoleguei, resfolegaste, resfolegou, resfolegamos, resfolegastes, resfolegaram; resfolegara, resfolegaras, resfolegara, resfolegáramos, resfolegareis, resfolegaram; resfolegarei, resfolegarás, resfolegará, resfolegaremos, resfolegareis, resfolegarão; resfolegaria, resfolegarias, resfolegaria, resfolegariamos, resfolegarieis, resfolegariam; resfolga, resfolgai; resfolgue, resfolgues, resfolgue, resfoleguemos, resfolegueis, resfolguem; resfolegasse, resfolegasses, resfolegasse, resfolegássemos, resfolegásseis, resfolegassem; resfolegar, resfolegares, resfolegar, resfolegarmos, resfolegardeis, resfolegarem; resfolegar, resfolegando, resfolegado.

CRER

Creio, crês, crê, cremos, credes, crêem; cria, crias, cria, criamos, crieis, criam; cri, creste, creu, cremos, crestes, creram; crera, creras, crera, creramos, crêreis, creram; crerei, crerás, crerá, creremos, crereis, crerão; creria, crerias, creria, creríamos, crerieis, creriam; crê, crêde; creia, creias, creia, cremos, creais, creiam; cresse, cresces, cresse, crêsemos, cresseis, cressem; crer, creres, crer, cremos, crerdes, crerem; crer, crendo, crido.

PRAZER

Praz; prazia; prouve; prouvera; prazera; prazeria; praza; prouvesse; prazer; prazendo.

IR

Vou, vais, vai, vamos ou imos, ides, vão; ia, ias, ia, íamos, ieis, iam; fui, foste, foi, fomos, fostes, foram; fora, foras, fora, fôramos, foreis, foram; irei, irás, irá, iremos, ireis, irão; iria, irias, iria, iríamos, irieis, iriam; vai, ide; vá, vás, vá, vamos, vades, vão; fôsse, fôsses, fôsse, fôssemos, fôsseis, fôssem; for, fores, for, formos, fordes, forem; ir, indo, ido.

ADVERBIOS

Advérbio — é a palavra que modifica o adjetivo, o verbo e o mesmo advérbio.

De lugar — aqui, ali, lá, cá, aquém, acolá, algures, alhures, fora, dentro, perto, longe, etc.
De tempo — hoje, ontem, amanhã, depois, logo, etc.
De modo — bem, mal, assim, também, etc.
De quantidade — muito, pouco, quão, etc.
De ordem — antes, primeiramente, etc.
De afirmação — sim, deveras, certamente, etc.
De dúvida — talvez, quicá, caso, acaso, etc.
De negação — não, nunca, jamais, nada, etc.
De designação — eis, eis — que, eis — aqui, eis — ali, etc.

Quanto à forma, classificam-se em: advérbio propriamente dito e locução adverbial.

Advérbios propriamente ditos são palavras simples ou composta por elementos justapostos.

Locução adverbial — são duas ou mais palavras com o valor de um advérbio.

PREPOSIÇÃO

Preposição é uma palavra invariável que liga palavras. Dividem-se, quanto à forma, em preposições simples e locuções prepositivas.

Preposições simples..... } A, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, per, por, sem, sob, sobre, trás, durante, conforme, consoante, salvo, segundo, mediante, exceto, salvante, tirante.

Locuções prepositivas — são duas ou mais palavras com o valor de uma preposição. } Além de, fora de, junto a, junto de, até a, a fim de, dentro em, aquém de, de per si, diante de, dentro de, depois de, antes de, à vista de, em redor de.

CONJUNÇÕES

Conjunção é uma palavra que liga orações. Dividem-se, quanto à forma, em conjunções simples e locuções conjuntivas.

Dividem-se, quanto à significação, em duas classes:

Coordenativas..... } E, nem, ou, já... já, mas, porém, todavia, contudo, por conseguinte, por isso, outrossim, senão, ora, pois, entretanto, depois, logo, portanto, isto é, por exemplo, a saber.

Subordinativas..... } Quando, quanto, conquanto, apenas, mal, que, do que, até que, logo que, porque, para que, sem que, visto que, ainda que, a medida que, antes que, pôsto que, embora, se, salvo se, exceto se, como bem, como, assim como, como que, segundo, conforme.
Nota — segundo e conforme são conjunções quando ligam orações.

Locuções conjuntivas — são duas ou mais palavras com o valor de uma conjunção.

INTERJEIÇÃO

Interjeições — são palavras que exprimem afetos súbitos da alma. Classificam-se, quanto à forma, em interjeições simples e locuções interjetivas.

Classificam-se, quanto à significação em interjeições de: } Dôr — ai! ui!
Alegria — ah! oh! eh!
Admiração — ah! oh! olá!
Desejo — oxalá! oh! tomara!
Animação — sus! coragem! upa!
Aplauso — bem! apoiado! bravo!
Aversão — Ih! Irra! apre! Ché!
Apelo — Ô! olá! halô!
Silêncio — tá! chiton! caluda!

Locuções interjetivas — são duas ou mais palavras com o valor de uma interjeição.

Começaremos a analisar palavra por palavra, obedecendo a ordem — substantivo, adjetivo, pronome, etc.

Se para conhecermos matemática, temos que praticar muito, com mais razão temos de traduzir a teoria em prática, para adquirirmos conhecimento desta: "última flor do Lácio", no dizer do príncipe dos poetas — Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac.

Para exercício, são suficientes três palavras de cada espécie.

1º Exemplo: Brasil.

Brasil — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona.

2º Exemplo: Amazonas.

Amazonas — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, plural, grau normal; polissílabo, paroxitona.

3º Exemplo: João.

João — Substantivo próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona.

1º Exemplo: Jornal.

Jornal — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona.

2º Exemplo: Livro.

Livro — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxitona.

3º Exemplo: Soldado.

Soldado — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

1º Exemplo: Justiça.

Justiça — Substantivo comum, abstrato, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

2º Exemplo: Saudade.

Saudade — Substantivo comum, abstrato, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

3º Exemplo: Atenção.

Atenção — Substantivo comum, abstrato, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxitona.

1º Exemplo: Árvore.

Árvore — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, proparoxitona.

2º Exemplo: Homem.

Homem — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona.

3º Exemplo: Cidade.

Cidade — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

1º Exemplo: Pedra.

Pedra — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxitona.

2º Exemplo: Carreta.

Carreta — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxitona.

1º Exemplo: Livraria.

Livraria — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Papelaria.

Papelaria — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Pedreira.

Pedreira — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Escola.

Escola — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Couve.

Couve — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Ponta.

Ponta — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Couve-flôr.

Couve-flôr — Substantivo comum, concreto, primitivo, composto, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Escola-módêlo.

Escola-módêlo — Substantivo comum, concreto, primitivo, composto, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Malmequer.

Malmequer — Substantivo comum, concreto, primitivo, composto, masculino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

1º Exemplo: A intérprete.

A intérprete — Substantivo comum-de-dois, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

2º Exemplo: O intérprete.

O intérprete — Substantivo comum-de-dois, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

3º Exemplo: A artista.

A artista — Substantivo comum-de-dois, concreto, primitivo, simples, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

Os últimos três substantivos são comum-de-dois, porque se vem para ambos os sexos com apenas a mudança do artigo.

1º Exemplo: Cobra.

Cobra (fêmea) — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, epiceno ou promiscuo, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: O Jacaré (macho).

O Jacaré (macho) — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, epiceno ou promiscuo, masculino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

3º Exemplo: O Jacaré (fêmea).

O Jacaré (fêmea) — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, epiceno ou promiscuo, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

São epicenos ou promíscuos porque têm a mesma forma para o masculino e feminino; os artigos não mudam. Para designarmos o sexo, diremos — a cobra macho, a cobra fêmea; o jacaré macho, o jacaré fêmea, etc..

1º Exemplo : Exército.

Exército — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo geral, masculino, singular, grau normal; polissílabo, proparoxítona.

2º Exemplo : Povo.

Povo — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo geral, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo : Tropa.

Tropa — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo geral, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo : Batalhão.

Batalhão — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo partitivo, masculino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

2º Exemplo : Maioria.

Maioria — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, coletivo partitivo, feminino, singular, grau normal; polissílabo, paroxítona.

3º Exemplo : Metade.

Metade — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo partitivo, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

1º Exemplo : Centena.

Centena — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, coletivo determinado, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

2º Exemplo : Dúzia.

Dúzia — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo determinado, feminino, singular, grau normal; trissílabo, proparoxítona.

3º Exemplo : Mês.

Mês — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo determinado, masculino, singular, grau normal; monossílabo, tônico.

1º Exemplo : Multidão.

Multidão — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo indeterminado, feminino, singular, grau normal; trissílabo, oxítona.

2º Exemplo : Rebanho.

Rebanho — Substantivo comum, concreto, primitivo, simples, coletivo indeterminado, masculino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

3º Exemplo : Ninhada.

Ninhada — Substantivo comum, concreto, derivado, simples, coletivo indeterminado, feminino, singular, grau normal; trissílabo, paroxítona.

ADJETIVOS

1º Exemplo : Branco.

Branco — Adjetivo qualificativo restritivo, masculino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo : Gorda.

Gorda — Adjetivo qualificativo restritivo, feminino, singular, grau normal; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo : Estudioso.

Estudioso — Adjetivo qualificativo restritivo, masculino, singular, grau normal ; polissílabo, paroxítona.

São restritivos porque exprimem uma qualidade accidental ao substantivo.

1º Exemplo : Carvão preto.

Preto — Adjetivo qualificativo explicativo, masculino, singular, grau normal ; dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo : Leite branco.

Branco — Adjetivo qualificativo explicativo, masculino, singular, grau normal ; dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo : Corvo preto.

Preto — Adjetivo qualificativo explicativo, masculino, singular, grau normal ; dissílabo, paroxítona.

São explicativos porque exprimem uma qualidade inerente ao substantivo. Exemplos : Carvão, só pode ser preto ; leite só pode ser branco — quando puro ; corvo, quando novo é branco, mas em seguida muda o uniforme.

Todo adjetivo qualificativo pode ser substantivado por meio de artigo. Exemplo : o gordo, o preguiçoso, um pobre. Torna-se, neste caso, um substantivo virtual. Exemplo :

O gordo.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular, monossílabo, átono.

Gordo — Adjetivo substantivado ou substantivo virtual, comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal ; dissílabo, paroxítona.

Nota : — O adjetivo concorda em gênero e número com o substantivo.

1º Exemplo : O.

O — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, singular, monossílabo, átono.

2º Exemplo : A.

A — Adjetivo determinativo articular, definido, feminino, singular, monossílabo, átono.

3º Exemplo : Os.

Os — Adjetivo determinativo articular, definido, masculino, plural, monossílabo, átono.

1º Exemplo : Um.

Um — Adjetivo determinativo articular, indefinido, masculino, singular, monossílabo, átono.

2º Exemplo : Uma.

Uma — Adjetivo determinativo articular, indefinido, feminino, singular, monossílabo, átono.

3º Exemplo : Uns.

Uns — Adjetivo determinativo articular, indefinido, masculino, plural, monossílabo, átono.

1º Exemplo: Este.

Este — Adjetivo determinativo demonstrativo, masculino, singular, dissílabo, paroxítona.

2º Exemplo: Esta.

Esta — Adjetivo determinativo demonstrativo, feminino, singular, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Esse.

Esse — Adjetivo determinativo demonstrativo, masculino, singular, dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: O qual.

O qual — Adjetivo determinativo conjuntivo, masculino, singular, dissílabo, oxítona.

2º Exemplo: Cujo.

Cujo — Adjetivo determinativo conjuntivo, masculino, singular, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Cujá.

Cujá — Adjetivo determinativo conjuntivo, feminino, singular, dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Que.

Que — Adjetivo determinativo interrogativo, masculino, singular, monossílabo, átono.

2º Exemplo: Qual.

Qual — Adjetivo determinativo interrogativo, masculino, singular, monossílabo, tônico.

3º Exemplo: Quanto.

Quanto — Adjetivo determinativo interrogativo, masculino, singular, dissílabo, paroxítona.

1º Exemplo: Meu.

Meu — Adjetivo determinativo possessivo, masculino, singular, monossílabo, átono.

2º Exemplo: Minha.

Minha — Adjetivo determinativo possessivo, feminino, singular, dissílabo, paroxítona.

3º Exemplo: Seu.

Seu — Adjetivo determinativo possessivo, masculino, singular, monossílabo, átono.

1º Exemplo: Dois.

Dois — Adjetivo determinativo numeral cardinal, masculino, plural, monossílabo, átono.

2º Exemplo: Três.

Três — Adjetivo determinativo numeral cardinal, masculino, plural, monossílabo, tônico.

(Continua)

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra publicados no "Diário Oficial" no período de 9 de novembro a 22 de dezembro de 1950

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO PERMANENTE DE REVISÃO

DECRETO N. 28.836 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1950

Modifica o § 3º do artigo 27 do Decreto n. 27.959, de 5 de abril de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O § 3º, do art. 27, do Decreto n. 27.959, de 5 de abril de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27.

1º.

2º.

3º. O funcionamento do Conselho Permanente de Revisão pode, a critério do Chefe do Estado-Maior do Exército, tornar-se público, parcial ou totalmente. A decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército terá por fundamento o exame do processo e anuirá ou não, com seu parecer final.

Quando o oficial recorrer desta decisão, o resultado será comunicado:

— ou à Diretoria respectiva (do Pessoal de Saúde ou de Intendência), em caráter reservado, para conhecimento imediato e exclusivo do interessado ou do círculo de seus pares, segundo o disposto pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

— ou à Secretaria Geral do Ministério da Guerra para publicação no Boletim Reservado do Exército se assim for determinado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 9-XI-1950).

* *

CLASSIFICAÇÃO DE GUARNIÇÃO COMO DE 1ª CATEGORIA

DECRETO N. 28.837 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1950

Classifica a Guarnição Especial do Forte Príncipe da Beira, na 8ª Região Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É classificada como de 1ª categoria a Guarnição Especial do Forte Príncipe da Beira, na 8ª Região Militar.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 9-XI-1950).

* *

INSTRUÇÕES PARA MATRICULA NA ESCOLA DE SAÚDE DO EXERCITO

O Ministro de Estado da Guerra, por Portaria n. 176, de 24 de outubro de 1950, resolve aprovar as "Instruções para matrícula na Escola de

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Instrução para o Serviço em Campanha — Estado M. do Exército.....	6,00
Legislação Militar — Cap. Toscano de Brito.....	18,00
Lança Rojão — Ten. Gustavo L. Braga.....	4,00
Morteiro "Tiro do" — Maj. Euro L. Martins.....	8,00
Morteiro — Gutemberg Ayres de Miranda.....	10,00
Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger.....	5,00
Metralhadora Browning P. 50 — Ten. Gustavo L. Braga	5,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet....	20,00
Manual de Orientação em Campanha — Cap. An- tônio P. Lira.....	25,00
Manual do Serviço de Campanha na Cavalaria — Maj. José Horácio Garcia.....	12,00
Meu Diário na Guerra na Itália — Cap. Newton C. de Andrade Melo.....	30,00
Manual Básico de Campanha, o Esclarecedor e a Patrulha "C-21-75" — E. A. O.....	10,00
Noções Elementares do Tráfego — Cel. Olímpio Mourão Filho.....	8,00
Noções de Topografia de Campanha — Gen. Paes de Andrade.....	12,00
Narrativas Autobiográficas — Gen. Klinger.....	25,00
O Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães	30,00
O Tiro de Grupo nas Intervenções Rápidas — Cap. Lindolfo Ferraz Filho.....	6,00
O Exército Alemão — Tradução do Cel. Leony de O. Machado.....	25,00



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

Saúde do Exército", apresentadas pelo Estado-Maior do Exército.

A Portaria acima citada, e as Instruções acham-se publicadas às páginas 16324 a 16329, do D.O. n. 260, de 13 de novembro de 1950.

* *

VANTAGENS A SERVIDORES QUE OPERAM COM RAIOS X

LEI N. 1.234 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1950

Confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Todos os servidores da União, civis e militares, e os empregados de entidades paraestatais de natureza autárquica, que operam diretamente com Raios X e substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação, terão direito a:

- a) regime máximo de vinte e quatro horas semanais de trabalho;
- b) férias de vinte dias consecutivos, por semestre de atividade profissional, não acumuláveis;
- c) gratificação adicional de 40 % (quarenta por cento) do vencimento.

Art. 2º. Os Serviços e Divisões do Pessoal manterão atualizadas as relações nominais dos servidores beneficiados por esta Lei e indicarão os respectivos cargos, ou funções, lotação e local de trabalho, relações essas que serão submetidas à aprovação do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3º. Os chefes de repartição ou serviço determinarão o afastamento imediato do trabalho de todo o servidor que apresente indícios de lesões radiológicas, orgânicas, ou funcionais e poderão atribuir-lhes, conforme o caso, tarefas sem risco de irradiação, ou a concessão ex-officio, de licença para tratamento de saúde, na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Não serão abrangidos por esta Lei:

- a) os servidores da União, que, no exercício de tarefas acessórias, ou auxiliares, fiquem expostos às irradiações, apenas em caráter esporádico e ocasional;

b) os servidores da União, que, embora enquadrados no disposto no art. 1º, desta Lei, estejam afastados por quaisquer motivos do exercício de suas atribuições, salvo nos casos de licença para tratamento de saúde e licença a gestante, ou comprovada a existência de moléstias adquirida no exercício de funções anteriormente exercidas, de acordo com o art. 1º citado.

Art. 5º. As instalações oficiais e paraestatais de Raios X e substâncias radioativas sofrerão revisão semestral, nos termos da regulamentação a ser baixada.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias e estabelecerá as medidas de higiene e segurança no trabalho, necessárias à proteção do pessoal que manipular Raios X e substâncias radioativas, contra acidentes e doenças profissionais e reverá anualmente, as tabelas de proteção.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1950: 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

José Francisco Bias Fortes.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

João Valdetaro de Amorim e Mello.

A. de Novaes Filho.

Pedro Calmon.

Marcial Dias Pequeno.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 17-XI-1950).

* *

NORMA SOBRE TRANSITO E INSTALAÇÃO

Em solução a uma consulta do Comandante do 1º Batalhão de Saúde, em ofício n. 443, de 11-IX-1950, sobre o modo de proceder no caso de um oficial que se apresentou à mesma unidade após gozar, nesta Capital, o trânsito regulamentar previsto no artigo 26 da Lei de movimento de quadros, e pediu, ainda, que lhe fosse concedido o prazo para instalação de que trata o art. 29 da referida Lei,

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

declaro em face do parecer do Departamento Geral de Administração, que aos oficiais nessa situação, devem ser concedidos os dias de instalação a que têm direito — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 716, de 14-XI-950 — "Diário Oficial" de 17-XI-950).

ESTAGIO NA E.E. CONSIDERADO, COMO ARREGIMENTADO

De acôrdo com o que propõe a Diretoria de Ensino do Exército e à vista do parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que o estágio feito, na Escola de Instrução Especializada, pelos aspirantes à oficial, como aperfeiçoamento dos ensinamentos colhidos na Escola Militar, deve ser computado como tempo de serviço arregimentado, para efeito da letra b), do Aviso n. 265, de 16-V-950 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 717, de 14-XI-950 — "Diário Oficial" de 17-XI-950).

INTEGRAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL DA PLATAFORMA SUBMARINA

DECRETO N. 23.840 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1950

Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território e às outras providências

O Presidente da República,

Considerando que a plataforma submarina, que borda os continentes e ilhas e se prolonga sob o alto mar, é um verdadeiro território submerso e constitui, com as terras a que é adjacente, uma só unidade geográfica;

Considerando que o interesse da declaração da soberania, ou do domínio e jurisdição, dos Estados, sobre a parte assim acrescida ao território nacional, tem avultado em consequência da possibilidade, cada vez maior, da exploração, ou do aproveitamento, das riquezas naturais aí encontradas;

Considerando que, em consequência, vários Estados da América, mediante declarações, ou decretos, de seus Presidentes, têm afirmado os direitos, que lhes cabem, de domínio e jurisdição, ou de soberania, sobre a parte da plataforma submarina, contígua e correspondente ao território nacional. (Declarações do Presidente dos Estados Unidos da América, de 28 de setembro de 1945; do Presidente do México, de 29 de outubro de 1945 e do Presidente do

Chile, de 25 de junho de 1947; decretos do Presidente da Argentina, de 11 de outubro de 1946, e do Peru, de 1 de agosto de 1947);

Considerando que, em tais condições, cabe ao Governo brasileiro, para salvaguarda dos direitos do Brasil sobre a plataforma submarina na parte correspondente ao seu território continental e as suas ilhas, formular idêntica declaração;

Considerando que a declaração dos direitos do Brasil se torna urgente e inadiável;

Considerando que a pesca, nas águas territoriais e em alto mar, tem sido objeto de leis nacionais e de convenções internacionais, e pode convir aos interesses do Brasil participar de novas convenções ou promulgar novas leis sobre a matéria;

Considerando que, nos termos da Constituição Federal, compete ao Presidente da República zelar, de pronto, pela integridade nacional e pela segurança interna do país — sem prejuízo, aliás, da competência do Poder Legislativo nesta matéria;

Decreta:

Art. 1º. Fica expressamente reconhecido que a plataforma submarina, na parte correspondente ao território, continental e insular, do Brasil se acha integrada neste mesmo território, sob jurisdição e domínio, exclusivos, da União Federal.

Art. 2º. O aproveitamento e a exploração de produtos ou riquezas naturais, que se encontram nessa parte do território nacional, dependem, em todos os casos, de autorização, ou concessão federal.

Art. 3º. Continuam em pleno vigor as normas sobre a navegação nas águas sobrepostas à plataforma acima referida, sem prejuízo das que venham a ser estabelecidas, especialmente sobre a pesca nessa região.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

Eurico G. Dutra.

José Francisco Bias Fortes.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

João Valdetaro de Amorim e Melo.

A. de Novaes Filho.

Pedro Calmon.

Marcial Dias Pequeno.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 18-XI-950).

EXIJA



SACO AZUL CINTA ENCARNADA

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

COEFICIENTE A CURSO

De acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, fica atribuído o coeficiente 1 (um) ao Curso de Operadores Cinematografistas, de que trata a Portaria n. 60, de 7 de abril de 1948. — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 723, de 18-XI-950 — "Diário Oficial" de 20-XI-950).

• •

COMPUTO DE IDADE PARA OFICIAIS DOS SERVIÇOS CANDIDATOS A E.E.M.

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército:

Comunico a V. Excia. em face da consulta feita em seu Ofício 347-C, de 10 do corrente, e do parecer nele emitido, que deve ser adotado para computo de limite de idade os Oficiais dos Serviços candidatos à Escola de Estado-Maior, o mesmo critério prescrito no Aviso 450, de 1 de julho de 1949, para os Oficiais combatentes isto é, o limite de idade pode ser completado em qualquer dia do ano em que se realizar o concurso. Gen. Canrobert P. da Costa.

(Nota n. 149, de 18-XI-950 — "Diário Oficial" de 20-XI-950).

• •

SALÁRIO-FAMÍLIA A DEPENDENTES DE MILITAR FALECIDO

Declaro que os dependentes de militar reputado falecido antes da vigência da Lei n. 488, de 13 de novembro de 1948, têm direito ao benefício de que trata o art. 1º da Lei n. 1.149, de 30 de junho de 1950.

O salário-família será pago pela Unidade Administrativa que for designada, após a habilitação definitiva pelo Departamento Geral de Administração — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 739, de 21-XI-950 — "Diário Oficial" de 23-XI-950).

• •

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A 4ª Cia. Leve de Manutenção passa a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o disposto no ar-

tigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 740, de 21-XI-950 — "Diário Oficial" de 23-XI-950).

• •

VALORES DE RAÇÃO DE ETAPA

1. São fixados os seguintes valores da ração de etapa para os Estabelecimentos de Ensino abaixo, a partir de 1 do corrente:

	Cr\$
Escola Preparatória de Pôrto Alegre	14,40
Escola Preparatória de São Paulo	18,00
Escola Preparatória de Fortaleza	17,10
Colégio Militar	16,00

2. Fica, assim, alterado o Aviso n. 78, de 3 de fevereiro de 1950 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 741, de 21-XI-950 — "Diário Oficial" de 23-XI-950).

• •

ENTREGAS DE QUANTITATIVOS ÀS UNIDADES

1. As entregas de quantitativos às Unidades Administrativas, autorizadas de uma só vez por ato ministerial, à conta de créditos orçamentários distribuídos em tabelas ou conservados "em ser" no Orçamento Analítico a que se refere a Lei n. 601, de 28 de dezembro de 1948, não são consideradas adiantamentos.

2. A prestação de contas dos quantitativos a que se refere o item anterior, será feita:

a) em balancetes mensais, obedecendo às normas vigentes para os demais créditos orçamentários;

b) em balancete especial dentro do exercício financeiro correspondente, quando a despesa tiver caráter sigiloso ou quando se tratar de órgão que não disponha de balancetes mensais.

3. Fica revogado, no que diz respeito a créditos orçamentários, o item n. 1 do Aviso n. 943, de 5 de dezembro de 1947, mantidas as demais disposições do citado Aviso, sobre a matéria que regula — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 742, de 21-XI-950 — "Diário Oficial" de 23-XI-950).

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Ensaio Sobre Informação na Guerra — Trad. Maj. José Horácio e Enio Garcia.....	15,00
Estratégia do Terror — Cel. J. B. Magalhães.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Ten. Gustavo L. Braga....	4,00
Educação Física do Exército — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda.....	9,00
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos	3,00
Escola de Instrução Especializada — Dep. Engenharia — Programa Detalhado.....	25,00
Ensaio Sobre a Instrução Militar — Ten. José Horácio Garcia.....	12,00
Emprêgo Tático do Btl. de Transmissões — Maj. Adalardo Fiálho.....	20,00
Estudos Sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães....	15,00
Escolas de Fogo "Mort. 75" — Cap. Dario Coelho..	8,00
Formulário do Contador — Ten. José Sales.....	5,00
Fichário dos Instrutores de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos.....	20,00
Geopolítica do Brasil — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....	25,00
Guerra de Secessão — Cel. Carnaúba.....	5,00
História Militar do Brasil No Reg. Colonial — Ten. Cel. A. A. Souza Ferreira.....	18,00
Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe de Figueiredo.....	45,00
Instrução e Observação nos Corpos de Tropa — Maj. A. Batista Gonçalves.....	9,00

—o—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

DECLARAÇÃO SOBRE NOME DE LOCALIDADE

Declaro, para os devidos fins, que a localidade de "Bela Vista do Norte", mencionada no Decreto n. 21.800, de 3 de setembro de 1946, é a mesma "Bela Vista" do Estado de Mato Grosso, onde está sediado o 10º R.C. — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 743, de 21-XI-950 — "Diário Oficial" de 23-XI-950).

* *

AUTORIDADE COMPETENTE PARA CONCEDER ENGAJAMENTOS E REENGAJAMENTOS

A fim de derimir dúvidas quanto à autoridade competente para conceder engajamento e reenajamento às praças dos Contingentes das Divisões de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército, declaro, aprovando o parecer do Departamento Geral de Administração e à vista do despacho exarado em 4 de janeiro do corrente ano por este Ministério no parecer do Estado-Maior do Exército, bem assim atendendo às condições peculiares dos serviços prestados por aquelas praças, que cabe à Diretoria do Serviço Geográfico do Exército a solução dos engajamentos e reenajamentos em questão — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 757, de 28-XI-950 — "Diário Oficial" de 29-XI-950).

* *

REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE OFICIAIS DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

LEI N. 1.246 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1950

Reestrutura o Quadro de Oficiais do Serviço de Intendência do Exército, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Quadro de Oficiais do Serviço de Intendência do Exército (Q.I.E.) passa a ter a seguinte constituição:

20 (vinte) Coronéis;

51 (cinquenta e um) Tenentes-Coronéis;

122 (cento e vinte e dois) Majores;

392 (trezentos e noventa e dois) Capitães;

456 (quatrocentos e cinquenta) Primeiros Tenentes;

220 (duzentos e vinte) Segundos Tenentes.

Art. 2º. O preenchimento das vagas decorrentes dos efetivos, fixados nesta Lei, será realizado progressivamente, começando pelos postos mais elevados, de acordo com a ordem de urgência que for estabelecida pelo Ministério da Guerra.

Art. 3º. O Quadro de Oficiais Generais do Exército, no que diz respeito ao Serviço de Intendência, terá o efetivo de 1 (um) General de Divisão Intendente, que será o Diretor Geral de Intendência do Exército e 2 (dois) Generais de Brigada Intendentes, que serão, respectivamente, Diretor de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército e Diretor de Finanças do Exército.

§ 1º A permanência no serviço ativo do Exército do General de Divisão Intendente e dos Generais de Brigada Intendentes será o primeiro de 2 (dois) e para os demais de 4 (quatro) anos, a partir da data do decreto que os promover.

§ 2º As atuais Subdiretorias de Material de Intendência, Subsistência e Transportes constituirão a Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército; a atual Subdiretoria de Fundos passará a ter a denominação de Diretoria de Finanças do Exército.

Art. 4º. O Quadro Auxiliar de Oficiais Intendentes (Q.A.O.I.) passará a ter os efetivos de 100 (cem) Primeiros Tenentes e 100 (cem) Segundos Tenentes.

Art. 5º. Na base da reestruturação consignada nesta Lei, o Ministro da Guerra, por intermédio de seus órgãos competentes, regulamentará as funções dos integrantes dos respectivos Quadros, definindo suas atribuições técnicas ou especializadas, de modo que tais funções somente possam ser desempenhadas por esses oficiais.

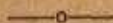
Art. 6º. Compete ao Ministro da Guerra fixar a dotação das diferentes Unidades, Repartições e Estabelecimentos em oficiais dos Quadros mencionados nesta Lei.

Art. 7º. É autorizado o Ministro da Guerra a expedir as Instruções que se fizerem necessárias à imediata execução desta Lei.

Art. 8º. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Repúblicas Hespano Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....	20,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..	15,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães	12,00
Aspecto Geográfico — Cap. M. F. Castelo Branco	6,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00
Bateria de Acumuladores — Maj. Archimedes Pinto Oliveira.....	15,00
Balística Externa — A. Morgado da Hora.....	60,00
Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança — Euzébio de Souza.....	12,00
Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....	6,00
Crônicas de Guerra — Cel. Olivio Gondim de Uzeda	30,00
Contribuição para a Hist. da Guerra entre Brasil e Buenos Ayres — Gen. Bertoldo Klinger.....	12,00
Centralização do Tiro — Maj. Breno B. Fortes.....	6,00
Coletâneas de Leis e Dec. de 1544 a 1938 — Maj. Bello Lisboa.....	13,00
Dêem Estádios ao Exército — Cap. Jair Jordão Ramos	30,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antônio de Souza Júnior.....	50,00
Dicionário Inglês-Português de Termos Militares — Homero Castro Jobim.....	25,00
Dicionário Inglês-Português de Armamento e Tiro — Ten. Eugênio Malanga.....	50,00



Pedidos pelo Reembolso Postal ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 30-XI-950).

* *

FIXAÇÃO DE VAGAS PARA MATRÍCULA NAS E. P. C.

De acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, é fixado em 350 o número de vagas para matrícula nas Escolas Preparatórias, assim distribuídas:

1º ano.....	320
2º ano.....	15
3º ano.....	15

General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 767, de 2-XII-950 — "Diário Oficial" de 4-XII-950).

* *

PROMOÇÕES DE PRIMEIROS TENENTES DAS FORÇAS ARMADAS

LEI N. 1.252 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1950

Dispõe sobre a promoção dos Primeiros Tenentes da ativa das Forças Armadas e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São promovidos ao posto de Capitão-Tenente, ou Capitão, todos os Primeiros Tenentes da ativa das Forças Armadas, que hajam cursado Escola de Formação de Oficial, na Marinha, no Exército ou na Aeronáutica, ou tenham feito concurso correspondente para ingresso no oficialato e contem, ou venham a contar, dez anos de oficial subalterno, a partir da data de declaração de Aspirante, de nomeação por término do curso ou aprovação em concurso.

Parágrafo único. Os 2ºs Tenentes que contem, ou venham a contar, mais de dez anos de posto, serão promovidos a Capitão-Tenente, ou Capitão, após completar o interstício regulamentar no posto de 1º Tenente.

Art. 2º. As presentes disposições são extensivas no que lhes forem aplicáveis, aos oficiais subalternos da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros.

Art. 3º. O Presidente da República promoverá as medidas legais para o

cumprimento desta Lei e agregará, com tôdas as vantagens e prerrogativas, inerentes ao novo posto, os oficiais promovidos, que não tiverem vagas no respectivo quadro.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trómpowsky.

("Diário Oficial" de 6-XII-950).

MODIFICAÇÃO DE ITEM DE AVISO

A fim de atender às necessidades das Unidades Ferro e Rodoviárias, em face do Aviso n. 101, de 13 de fevereiro de 1950, resolvo dar ao seu item 3º a seguinte redação:

"Em consequência do item I, a partir de 30 de abril de 1951, deverão ser movimentados, paulatinamente, de maneira a não exceder de 4 (quatro) oficiais por trimestre, os oficiais que não satisfaçam às condições de arremetimento prévia em Batalhão de Engenharia, sejam os divisionários, seja a unidade Escola e que já tenham completado 2 (dois) anos de comissão. — Gen. Canrobert P. da Costa".

(Aviso n. 771, de 5-XII-950 — "Diário Oficial" de 7-XII-950).

* *

SITUAÇÃO DE SARGENTOS DE ENGENHARIA HABILITADOS COM O C.R.A.S.

A vista das considerações feitas pelo Estado-Maior do Exército, a respeito da situação dos Sargentos de Engenharia habilitados com o C. R. A. S. de Motomecanização, e aprovando seu parecer conclusivo, declaro que esses sargentos deverão ser mantidos na categoria de fileira das Unidades da Arma ou Contingentes que comportem a sua qualificação, e considerados como tendo satisfeito o requisito do curso de aperfeiçoamento exigido para o acesso à graduação de 1º sargento e ao posto de subtenente da referida categoria, bem como ao ingresso no Q.A.O. — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 774, de 5-XII-950 — "Diário Oficial" de 7-XII-950).

MINISTÉRIO DA GUERRA

Coisas práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL DA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DE "A DEFESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da Capital

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal n. 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

**CURSO DE ESGRIMA DE BAIONETA
FEITO NO DEPÓSITO DA F.E.B.**

Sr. Chefe do Departamento Geral de Administração.

Comunico a V. Excia. que, de acordo com os pareceres desse Departamento e do Estado-Maior do Exército, o curso de esgrima de baioneta feito no Depósito da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, em 1949:

a) não pode ser enquadrado como de contribuição de caráter técnico-profissional;

b) não pode ser assemelhado aos Cursos da Escola de Educação Física do Exército;

c) deve ser apenas considerado como treinamento para melhor emprego dos combatentes. — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Nota n. 182, de 5-XII-50 — "Diário Oficial" de 7-XII-50).

* *

**CARACTERÍSTICAS DE PASSADEIRA
PARA A MEDALHA "PRÊMIO
DR. MUNIZ DE ARAGÃO"**

O Ministro de Estado da Guerra resolve, de acordo com o parecer da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, aprovar as características de uma passadeira para a medalha "Prêmio Dr. Muniz de Aragão" a que se refere o Aviso n. 295, de 16 de maio de 1922 publicado no Boletim do Exército n. 23, de 25 do mesmo mês e ano:

— passadeira retangular, de trinta e dois por dez centímetros, recoberta por uma fita de seda chamalotada de cor carmezim, e carregada, no Centro, do distintivo do Serviço de Veterinária, em ouro. — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Portaria n. 191, de 6-XII-50 — "Diário Oficial" de 8-XII-50).

* *

NOVA REDAÇÃO A ARTIGO DE REGULAMENTO**DECRETO N. 28.962 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1950**

Dá nova redação ao art. 16 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.264, de 28 de setembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º. O art. 16, do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado pelo Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16. Ao estagiário, que realizar todo o estágio previsto, será conferido um diploma, assinado pelo Comandante da Escola, correspondente ao curso em que haja sido matriculado.

§ 1º. O Comandante da Escola, mediante parecer favorável da Junta Consultiva, poderá conceder diploma "Honoris Causa", a personalidades civis ou militares, nacionais ou estrangeiras, que se tenham distinguido por serviços à organização da Escola ou que se tornem merecedoras dessa honra, por colaboração em assuntos ligados à segurança nacional.

§ 2º. Enquanto não for organizada a Junta Consultiva, o parecer referido no parágrafo anterior será emitido pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1950: 120º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha,
Canrobert P. da Costa,
Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 12-XII-50).

05

* *

**PROMOÇÃO DE MILITARES QUE TOMARAM PARTE NA REPRESSÃO À
INTENTONA COMUNISTA****LEI N. 1.267 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1950**

Dispõe sobre promoção de oficiais e praças das Forças Armadas que tenham tomado parte no combate à revolução comunista de 1935.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os oficiais e as praças das Forças Armadas que, nas 1ª e 7ª Regiões Militares, tenham tomado parte com suas Unidades no combate contra a revolução comunista de 1935, cumprido missões e cooperado com

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :

- a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
- b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
- c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
- d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.

2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

as mesmas, se deslocado de sua sede com seus Corpos, para os mesmos fins, ou tenham oferecido resistência comprovada nas Corporações rebeldes quando transferidos para a Reserva remunerada, serão, em seguida, promovidos ao posto imediato com os respectivos vencimentos integrais, sem prejuízo das demais vantagens legais a que tiverem direito.

Art. 2º. Os oficiais e as praças que estejam na reserva remunerada ou reformados, desde que satisfaçam as exigências do artigo anterior, serão promovidos ao posto imediato, na data da publicação deste Lei, com os vencimentos integrais do novo posto, mediante requerimento.

Parágrafo único. Os oficiais amparados por esta Lei e que hajam ingressado no Magistério Militar serão também promovidos ao posto imediato, quando passarem para a inatividade.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1950, 129º da Independência e 82º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 13-XII-1950).

* *

REGULAMENTAÇÃO DO REAJUSTAMENTO DOS PROVENTOS DE INATIVIDADE DOS MILITARES

DECRETO N. 23.966 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1950

Regulamenta a Lei n. 1.030, de 3 de janeiro de 1950, na parte em que reajustou os proventos de inatividade dos militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Consideram-se amparados pela Lei n. 1.030, de 3 de janeiro de 1950:

a) os militares em inatividade atingidos de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

b) os reformados por invalidez em consequência de acidente ocorrido no exercício de sua atribuições ou de doença adquirida no desempenho da profissão;

§ 1º. Esses militares serão submetidos à inspeção de saúde obrigatória,

renovada periodicamente de dois em dois anos, excetuados os mutilados da última guerra, já beneficiados pela Lei n. 776, de 8 de agosto de 1949.

§ 2º. Entende-se por invalidez, para os fins da Lei n. 1.030 citada, a incapacidade física definitiva para o serviço militar decorrente de acidente ocorrido no exercício da atribuição militar ou de doença adquirida no desempenho da profissão.

Art. 2º. A inspeção de saúde a que se refere este Decreto será "ex-officio" e promovida pelo órgão do respectivo Ministério ao qual esteja vinculado o interessado.

Parágrafo único. O militar que se deslocar para atender às exigências deste artigo terá direito ao transporte e diárias estabelecidas para os militares da ativa, de postos ou graduações correspondentes e previstos nos respectivos códigos de vencimentos e vantagens.

Art. 3º. As inspeções de saúde serão realizadas em princípio, nas sedes das Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, por juntas médicas constituídas de três médicos militares da ativa.

§ 1º. As juntas de que trata este artigo poderão ser também constituídas de médicos das três Forças Armadas, mediante prévio entendimento dos correspondentes Comandantes de Regiões Militares, Zonas Aéreas e Distritos Navais.

§ 2º. As cópias das atas das sessões das juntas serão encaminhadas ao órgão de saúde do Ministério correspondente para fins de homologação pela respectiva Junta Superior de Saúde.

Art. 4º. Se o laudo médico da Junta Superior de Saúde concluir pela incapacidade física definitiva do inativo, este terá seus proventos reajustados aos vencimentos da atividade do respectivo posto ou graduação, respeitados todos os direitos e vantagens mencionados na carta-patente ou provisão de reforma.

Parágrafo único. O reajustamento dos proventos será feito por ato Ministerial e apostilado pelo órgão competente na carta-patente ou provisão de reforma do interessado.

Art. 5º. Se o laudo médico da Junta Superior de Saúde concluir pela capacidade do examinando e este desejar voltar à atividade, será transferido para a reserva remunerada e, em seguida, convocado mediante ato do Ministro, desde que não haja ultrapassado a idade de permanência na reserva.

Art. 6º. O inativo julgado apto para o serviço militar, que não puder ser convocado em virtude de haver ultrapassado a idade limite para a

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Anuário Militar do Brasil de 1935.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1936.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1937.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1940.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1941.....	40,00
Anuário Militar do Brasil de 1942.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1943.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1944.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1945.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1946.....	50,00
Anuário Militar do Brasil de 1947.....	80,00
A Força Mecanizada — Cap. Silvio do Vale Amaral	60,00
A Arte da Guerra — Cel. Renato Batista Nunes....	35,00
A Intendência em Campanha — Maj. José Sales..	35,00
A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Linha de Fogo na Guerra — Ten. Germano Seidl Vidal.....	5,00
A Compreensão na Guerra — Cel. J. B. Magalhães	30,00
A Técnica do Tiro de Costa — Cap. J. Ayres da Silveira.....	20,00
A F. E. B., pelo seu Comandante — Mar. Mascarenhas de Moraes.....	55,00



Pedidos pelo Reembólso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Serviço de Informações e de Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.....	11,00
O 6º R. I. Expedicionário — Cap. Antonio Silveira..	35,00
Psicologia da Aprendizagem.....	1,00
Probabilidades e Dispersão do Tiro — Cel. A. Morgado da Hora.....	60,00
Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari.....	4,00
Pedagogia da Educação Física Feminina — J. B. de Aquino.....	25,00
Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Cel. José Gomes S. Chaves.....	15,00
Travessias de Cursos D'agua — Cap. José H. Garcia	6,00
Tática de Infantaria — Gen. X.....	3,00
Telêmetros de Inversão — Cap. José Joaquim G. Silva.....	9,00
Tabela de Vencimentos de Militares — Lei n. 488, de 15-XI-948 — Cap. Macedo.....	26,00
Transferidor Militar tipo "A" grande — Carlos Morim	85,00
Transferidor Militar tipo "B" pequeno — Carlos Morim.....	25,00
Um Ano de Observação no Extremo Oriente — Cel. Lima Figueiredo.....	20,00
Vamos Aprender Inglês — Ten. Eugenio Malanga	25,00
Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa.....	6,00
Pub. 11 — Cavalaria, Organização e Emprego — Segurança — E. A. O.....	17,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de janeiro do corrente ano :

a) *Do exterior*

- Argentina — Revista Militar — N. de dezembro de 1950
- Argentina — Revista del Suboficial — Ns. de dezembro de 1950 e janeiro de 1951
- Bolívia — Revista Militar — N. de agosto de 1950
- Chile — Revista de Infanteria — N. 220, de maio e junho de 1950
- EE. UU. — Revista Aérea Latino-americana — N. de julho
- EE. UU. — Military Review — Ns. de nov. e dez. de 1950
- Espanha — Revista "Ejército" — N. de novembro de 1950
- Espanha — Revista de la Oficialidad de Complemento — N. de novembro
- Espanha — Revista "Guion" — N. de novembro de 1950
- França — Revue Militaire d'Information — N. 165
- França — Revue mensuelle de l'armée de l'air — Ns. 46, 47 e 48
- França — Revue de Défense Nationale — Ns. de julho, agosto e setembro de 1950
- Itália — Revista Militare — N. de outubro de 1950
- México — Revista del Heroico Colegio Militar — N. de setembro de 1950
- Paraguai — Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion — Ns. de 106 a 118
- Peru — Revista de la Escuela Militar — N. de setembro de 1950
- Portugal — Revista Militar — Ns. de nov. e dez. de 1950
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas — N. de julho

b) *Nacionais*

- Resenha Econômica do Banco do Brasil — N. de nov. de 1950
- Brasil Açucareiro — N. de agosto de 1950
- Itamarati — Boletim de Informações do Min. do Exterior — N. de novembro
- Revista da Força Pública de São Paulo — Ns. de setembro e outubro de 1950

Estas Revistas encontram-se na nossa Biblioteca à disposição dos companheiros que as queiram consultar.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação dêsses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

BIBLIOTECA MILITAR

SECRETARIA

Publicado no Boletim de Defesa Nacional, nº 47